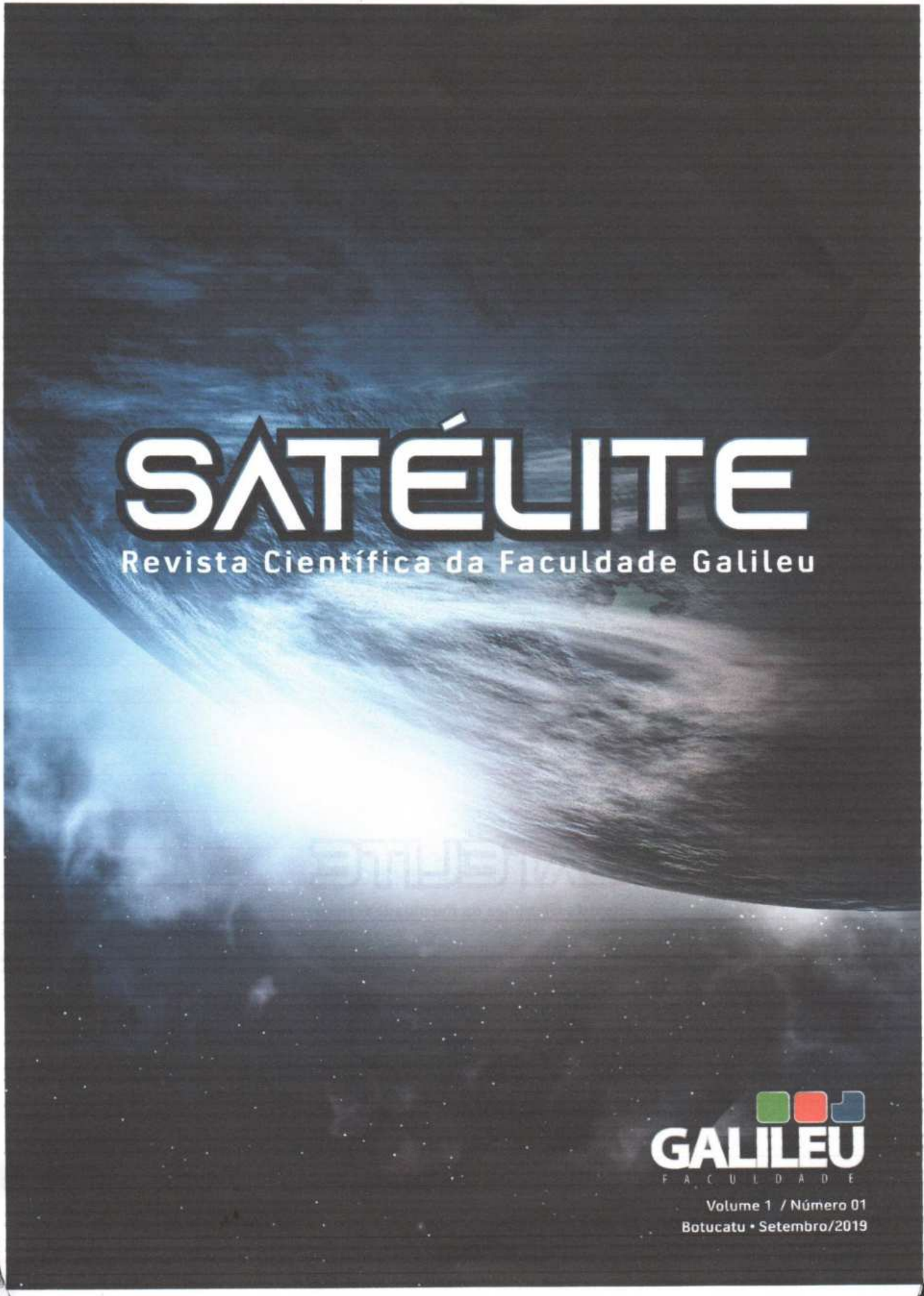


SATÉLITE

Revista Científica da Faculdade Galileu

GALILEU
FACULDADE

Volume 1 / Número 01
Botucatu • Setembro/2019

SATÉLITE

Revista Científica da Faculdade Galileu

GALILEU
FACULDADE

Faculdades Reunidas de Botucatu Ltda

v.01, nº01, Setembro de 2019, Botucatu/SP; ISSN

Av. Marginal, 200, Botucatu/SP, cep 18.606-294

A SATÉLITE - REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE GALILEU, criada em agosto de 2019, é um veículo destinado a divulgação científica, com conteúdo interdisciplinar, mantida Faculdades Reunidas de Botucatu Ltda.

Dr. Antonio Aparecido Mendes Junior
Diretor da Faculdade Galileu

Emerson Aparecido Barduco
Coordenador Geral da Faculdade Galileu

Ms. Juliana Zacarias Fabre Tebaldi
Coordenação Editorial

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Fernando Frederico de Almeida Junior
Faculdade Galileu

Prof. Ms. Vanderlei de Freitas Nascimento
Universidade Federal de São Carlos / Faculdades Integradas de Jaú

Prof. Ms. Juliana Zacarias Fabre Tebaldi
Faculdade Galileu / Faculdades Integradas de Jaú

Prof. Ms.. Jamile Gonçalves Calissi
Faculdade Galileu / Faculdades Integradas de Jaú

Emerson Aparecido Barduco
Faculdade Galileu

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Aparecido Mendes Junior
Diretor da Faculdade Galileu

Dr. Francisco José Blasi de Toledo Piza
Faculdade Galileu

Dr. Marcio Gonçalves Campos
Faculdade Galileu

Ms. Guilherme Aparecido da Rocha
Faculdade Galileu

Dra. Meire Cristina Nogueira de Andrade
Faculdade Galileu

SATÉLITE: REVISTA DA FACULDADE GALILEU
Periodicidade: Semestral
Capa e diagramação: Fernando Castro Tinós
Produção e organização: Juliana Zacarias Fabre Tebaldi
Apoio: FRB – FACULDADES REUNIDAS DE BOTUCATU

R454

SATÉLITE - REVISTA DA FACULDADE GALILEU. Botucatu - SP: FRB, 2019- . Semestral – v.1, n.1 (set.2019). / Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica. Faculdade Galileu. ISSN –

Semestral, v.1, n.1, 2019

CDD 001.42

As ideias emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.
É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.
Catalogação na fonte Bibliotecário: Marcelo Pereira – CRB 8° - 7440
Aceita-se permuta

A Faculdade Galileu tem a honra e a satisfação de lançar o primeiro volume da "Revista Científica da Faculdade Galileu".

A implantação desse importante projeto demonstra o reconhecimento da Coordenação Geral, Diretoria e Mantenedora da Galileu da importância da divulgação da pesquisa, facultando sua divulgação aos seus alunos e a toda comunidade científica.

A ideia dos organizadores da revista é continuar divulgando o conhecimento científico, fazendo a ponte entre os pesquisadores e os leitores interessados nas informações.

Neste volume, temos trabalhos científicos do corpo docente, alunos, bem como de pesquisadores vinculados a outras instituições.

São 10 artigos, com temática bastante diversificada, analisada criteriosamente pelo conselho editorial.

É importante ressaltar que a produção científica e sua publicação é uma das prioridades na Faculdade Galileu. Desde o início do curso os alunos são incentivados a escrever, a participar de eventos científicos e a publicar suas pesquisas.

Botucatu, agosto de 2019.



Prof. Ms. Juliana Zacarias Fabre Tebaldi
Editora e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa

ARTIGOS DE PESQUISA

1. A adequação do ensino das ciências exatas para um modelo pedagógico contemporâneo ____ 08
(Douglas Ricardo Fumes e Aline Jauch Antonio)

2. A municipalização do ensino fundamental e o seu contexto histórico ____ 16
(Alessandra Lucchesi de Oliveira)

3. A avaliação na disciplina Teoria Geral da Administração em consonância com os parâmetros avaliativos do ENADE de Administração ____ 21
(Francis Biazon Gonzalez)

4. Higienização das mãos com água e sabão: da teoria à prática realizada pelos alunos do segundo termo do curso de graduação em enfermagem da Faculdade Galileu ____ 30
(Larissa Godoy de Souza, Érika Santos de Souza, Lauara Silveira de Souza, Livia Fontes Capelluppi, Sebastiana Aparecida Pedro, Maria Justina Dalla Bernardina Felippe)

5. A pessoa com deficiência e o ensino superior ____ 35
(Fabiana Frolini Marques Mangili)

6. O adoecimento dos profissionais do ensino superior: tutela jurídica e consequências ____ 44
(Rodrigo Chavari de Arruda)

7. O ato empreendedor ____ 54
(Luiz Ricardo Mangili)

8. A Educação no Combate à Intolerância Religiosa ____ 62
(Claudia da Cruz Moraes e Guilherme Aparecido da Rocha)

9. Redução de desperdícios em uma empresa do ramo alimentício através de ferramentas de gestão 69
(Aline Jauch Antonio e Douglas Ricardo Fumes)

10. O diálogo entre a teoria e a prática no processo de aprendizagem do ensino superior: estudo de caso sobre a formação do engenheiro agrônomo ____ 77
(Márcio Gonçalves Campos)

A ADEQUAÇÃO DO ENSINO DAS CIÊNCIAS EXATAS PARA UM MODELO PEDAGÓGICO CONTEMPORÂNEO

The approach of exact science teaching for a contemporary pedagogical model
El enfoque de la enseñanza exacta de ciencias para un modelo pedagógico contemporáneo

DOUGLAS RICARDO FUMES
Bacharel em Engenharia de Controle e Automação, Mestrando em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), Pós-graduado em Docência nos Ensinos Técnico e Superior pela Faculdade Galileu e Instituto Égia. Professor das Faculdades Galileu e Gran Tietê.
E-mail: douglas.fumes@hotmail.com
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8388645T4

ALINE JAUCH ANTONIO
Bacharel em Engenharia de Controle e Automação, Mestranda em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), Pós-graduada em Engenharia e Gestão da Produção pela UniCesumar. Professora das Faculdades Galileu e Gran Tietê.
E-mail: aline_jauch@hotmail.com
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8388695D5 2

RESUMO

A filosofia convencional de ensino tem se demonstrado pouco eficaz para o desenvolvimento dos educandos nas últimas décadas, principalmente no que se refere ao ensino das ciências exatas, onde a necessidade de compreensão plena e objetiva de conceitos fundamentais torna-se imprescindível para o desenvolvimento do discente. O ensino das ciências exatas de forma assertiva afeta o educando de forma muito significativa, não somente em âmbito acadêmico ou profissional, mas também no exercício da cidadania. A partir deste ponto de vista, podemos afirmar que, desenvolver o discente em conceitos complexos permite ao mesmo uma evolução natural de seu senso crítico e visão de mundo, tornando-o uma peça fundamental no processo de desenvolvimento social em diversos níveis. Entretanto, necessidades de adequação no modelo tradicional de ensino são observadas. Estas adequações, reivindicadas por educadores a nível global são compreendidas como parte fundamental do desenvolvimento cultural, social e tecnológico. Quando consideramos o ensino das ciências exatas dentro deste contexto, devemos compreender que este tipo de conhecimento deve ser incorporado às situações rotineiras do educando. Métodos como a descentralização do professor, o diálogo, o pensamento livre e crítico favorecem a construção de conhecimento em ambiente de ensino e devem ser adotados como modelos pedagógicos evolutivos.

Palavras-chave: Ciências exatas. Educando. Ensino. Cultural. Cidadania.

SUMMARY

The conventional philosophy of teaching has been shown to be ineffective for the development of learners in the last decades, especially with regard to the teaching of the exact sciences, where the need for full and objective understanding of fundamental concepts becomes indispensable for the development of the student. Assertive teaching of the exact sciences affects the student very significantly, not only in the academic or

professional sphere, but also in the exercise of citizenship. From this point of view, we can say that developing the student in complex concepts allows him to naturally evolve his critical sense and worldview, making him a key player in the process of social development at various levels. However, adequacy needs in the traditional teaching model are observed. These adaptations, claimed by global educators, are understood as a fundamental part of cultural, social and technological development. When we consider the teaching of the exact sciences within this context, we must understand that this kind of knowledge must be incorporated into the routine situations of the student. Methods such as teacher decentralization, dialogue, free and critical thinking favor the construction of knowledge in a teaching environment and should be adopted as evolutionary pedagogical models.

Kay-words: exact sciences, learners, teaching, cultural, citizenship.

RESUMEN

La filosofía convencional de la enseñanza ha demostrado ser ineficaz para el desarrollo de los alumnos en las últimas décadas, especialmente con respecto a la enseñanza de las ciencias exactas, donde la necesidad de una comprensión plena y objetiva de los conceptos fundamentales se vuelve indispensable para el desarrollo del alumno. . La enseñanza asertiva de las ciencias exactas afecta al estudiante de manera muy significativa, no solo en el ámbito académico o profesional, sino también en el ejercicio de la ciudadanía. Desde este punto de vista, podemos decir que desarrollar al estudiante en conceptos complejos le permite evolucionar naturalmente su sentido crítico y su visión del mundo, convirtiéndolo en un jugador clave en el proceso de desarrollo social en varios niveles. Sin embargo, se observan necesidades de adecuación en el modelo de enseñanza tradicional. Estas adaptaciones, reclamadas por los educadores globales, se entienden como una parte fundamental del desarrollo cultural, social y tecnológico. Cuando consideramos la enseñanza de las ciencias exactas dentro de este contexto, debemos entender que este tipo de conocimiento debe incorporarse a las situaciones rutinarias del estudiante. Métodos como la descentralización docente, el diálogo, el pensamiento libre y crítico favorecen la construcción del conocimiento en un entorno de enseñanza y deben adoptarse como modelos pedagógicos evolutivos.

Palabras-clave: ciencias exactas, educación, enseñanza, cultura, ciudadanía.

1. INTRODUÇÃO

A diversidade cultural e comportamental dos estudantes ao longo das gerações tem levado diversos profissionais da educação a questionar a eficácia dos métodos tradicionais de ensino.

Historicamente, um sistema de ensino-aprendizagem é visto, de maneira global, como um processo de transmissão de conhecimento, que ocorre no sentido educador-aluno, baseado em um modelo "depositário", onde o professor é a figura central, fornecedora de dados e informações, e os alunos ouvintes e observadores da prática exercida pelo profissional de ensino em ambiente acadêmico. Neste modelo, nota-se com facilidade, uma abstenção generalizada por parte dos estudantes no exercício do processo ensino-aprendizagem, restringindo a prática de ensino a um fluxo unilateral de informações.

Esta filosofia tradicional de ensino tem se demonstrado pouco eficaz de acordo com a visão contemporânea de ensino, onde são consideradas como variáveis fundamentais o público interessado no auto desenvolvimento e a forma com que estas pessoas se comunicam com o mundo.

Logo, torna-se necessária a compreensão dos perfis básicos de aprendizagem dos estudantes, considerando que cada indivíduo necessita de uma interação específica com o conteúdo de interesse e suas particularidades. Neste formato, o profissional de ensino propicia ao estudante uma interatividade superior com os temas abordados, permitindo ao mesmo a realização de conexões com suas experiências de vida e conhecimentos

previamente adquiridos, transformando o processo de aprendizagem em algo prazeroso e que, de fato, faça sentido ao mesmo.

No ensino das ciências exatas, fica cada vez mais nítida a dificuldade dos estudantes em assimilar dados e informações que, para estes, soam de forma subjetiva, sem sentido ou finalidade prática alguma, quando simplesmente transmitidas de forma verbal pelo profissional de ensino.

Considerando o cenário nacional atual, em específico, tornam-se evidentes algumas características das novas gerações inseridas nos diversos segmentos do sistema de ensino. Trata-se de um público de alta interconectividade e que demonstra clara preferência por uma interação direta com o conteúdo abordado, ou seja, um nítido contraste com o ensino tradicional proposto e desenvolvido pela maioria das instituições de ensino até os dias atuais.

Desta forma, torna-se cada vez mais urgente a necessidade de uma reformulação no ensino das ciências exatas, adequando-o à conceitos pedagógicos modernos e ferramentas metodológicas específicas, para obtenção de êxito no processo de aprendizagem de seus conteúdos tradicionais, em função do público alvo, sua cultura, experiências de vida e perfil profissional.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo avaliar o modelo atual de ensino das ciências exatas de um ponto de vista pedagógico, detectando oportunidades de melhoria e propondo a adoção de uma filosofia e metodologias de trabalho alternativas ao profissional da educação, baseado em um modelo pedagógico contemporâneo.

Dentro deste contexto, abordar-se-á o estudo das ciências exatas do ponto de vista científico, pedagógico e social, promovendo a reflexão sobre questões relacionadas ao baixo desempenho, a falta de interesse de grande parte dos jovens por conteúdos tradicionais da área de exatas e suas causas potenciais. Em complemento, propõe-se um ajuste ao modelo de trabalho dos educadores da referida área de atuação, visando uma maior eficácia no processo ensino-aprendizagem.

2. A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS CIÊNCIAS EXATAS

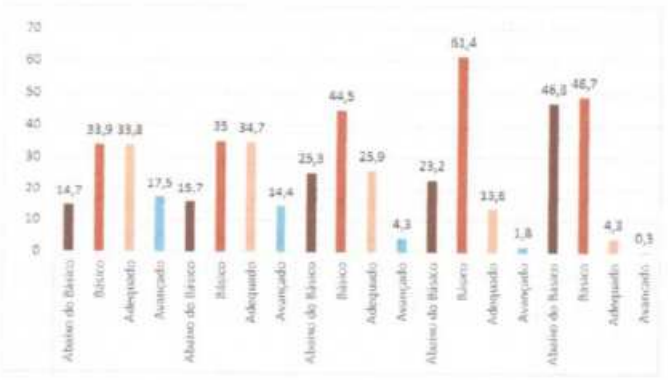
Atualmente, um dos grandes desafios dos educadores (talvez o maior deles) remete à conscientização dos estudantes quanto à relevância das disciplinas e conteúdos alocados como requisitos para sua formação básica. Não é incomum, no sistema atual de ensino, o professor se deparar com o questionamento "Por que eu preciso aprender isso?". Esta questão não apresenta relação direta com características sociais, geográficas, tampouco se limita a algum segmento científico específico, pois depende de inúmeras outras variáveis, tais como o conhecimento prévio dos estudantes, suas experiências de vida, sua cultura educacional, e principalmente, a maneira como o educador aborda o conteúdo em ambiente de ensino. A forma com que o aluno é introduzido a um determinado tema ou conteúdo pode estimulá-lo ao desenvolvimento contínuo do mesmo, ou traumatizá-lo, induzindo-o ao bloqueio imediato do assunto.

O resultado do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) do ano de 2017 demonstra que a maioria dos alunos da rede pública de ensino no referido ano apresenta nível de proficiência matemática classificado como básico, considerando uma visão segmentada, ou seja, delimitada por ano escolar.

Também fica nítido que a quantidade de alunos cuja proficiência foi classificada como avançada é relativamente baixa quando comparado aos demais níveis estabelecidos na avaliação.

Por fim, outro aspecto importante a ser considerando durante a análise do referido indicador trata da evolução dos alunos ao longo dos anos escolares. Com o passar do tempo, os níveis de proficiência denominados avançado e adequado apresentam frequências cada vez menores, enquanto aqueles classificados como básico e abaixo do básico apresentam um aumento significativo. Desta forma, pode-se concluir que o desempenho matemático apresenta uma regressão considerável em função dos anos de estudo.

Figura 1 – Percentuais dos Alunos por Nível de Proficiência Matemática - Rede Estadual – SARESP 2017



Fonte: Adaptado de VUNESP (2018)

Outro dado importante, abordado por Moraes (2006) trata do nível de analfabetismo funcional, que atinge 60% da população brasileira no final da década de 1990. Esta é uma situação que gera impactos consideráveis ao desenvolvimento social e progresso de uma nação. Efeitos colaterais como desemprego e baixa renda surgem em virtude de falhas básicas de um sistema educacional. Pesquisas mais recentes realizadas pelo IBGE mostram que no ano de 2010, um a cada cinco brasileiros com 15 anos ou mais (20,3% do total) são analfabetos funcionais (possuem menos de 4 anos de estudo).

Em verificação à esta ideia, não é incomum o surgimento de questionamentos assombrosos em ambientes de ensino, tais como "professor, o que significa esta palavra? ou "professor, não entendi o enunciado do exercício".

Carvalho et al. (2012) segmentam a importância do ensino das ciências acerca de algumas ideias centrais, correlacionando-as principalmente ao compromisso científico e social.

2.1 A Influência do Conhecimento Científico no Exercício da Cidadania

Inicialmente, Carvalho et al. (2012) fazem menção sobre a influência do conhecimento científico no exercício da cidadania. Esta ideia correlaciona o nível científico-cultural das pessoas com a capacidade que as mesmas possuem de analisar criticamente situações diversas e adversas e tomar decisões racionais. Esta lógica nos direciona ao entendimento de que o cidadão deve possuir conhecimento para, no mínimo, compreender e ter uma opinião formada acerca de assuntos mais complexos, cujas decisões afetam ou podem afetar o(s) grupo(s) social(is) que o mesmo integra. Um exemplo básico são as decisões tomadas por governantes políticos que, em geral, se encontram mais preocupados na manutenção do próprio poder ao bem estar social. Formar cidadãos com senso crítico para participação ativa em decisões sociais não faz parte das estratégias políticas de nossos governantes.

Moraes (2006) menciona o elevado índice de votos brancos e nulos produzidos nas eleições do início do regime democrático brasileiro, em virtude do analfabetismo de parte da população, e reforça a importância de formar cidadãos instruídos, capazes de pensar criticamente e contribuir com o desenvolvimento social dentro de um regime democrático: "Penso que, em lugar de usarmos o voto para estimular o eleitor a aprender, deveríamos educá-lo para, então, estimularmos o mesmo a votar".

Um outro aspecto importante mencionado por Carvalho et al. (2012) trata da democracia no desenvolvimento científico, ou seja, da participação ativa do indivíduo na construção da evolução tecnológica, porém, isto só se tornará possível quando políticas sociais e educacionais forem adotadas para o desenvolvimento dos estudantes no sentido de formar cidadãos críticos, capazes de refletir e tomar decisões razoáveis, como mencionado anteriormente.

Segundo Moraes (2006), o regime educacional de trinta anos que resultou na completa alfabetização da população da Coréia, foi predominante para o desenvolvimento do país, que até então, concentrava-se na manufatura de produtos que demandavam muito esforço físico. Após a consolidação educacional no país, os produtos desenvolvidos pelo mesmo passaram a ser baseados na utilização de inteligência e capital. Por este motivo, a Coréia, atualmente, produz e exporta artigos de alta tecnologia para diversos países.

Parini (2007) aborda a relevância do profissional de ensino na formação de cidadãos de elevado senso crítico:

> Um professor tem por obrigação despertar seus alunos para a essência da realidade, propiciando uma rigorosa introdução a determinada disciplina e criando uma percepção de suas responsabilidades como cidadãos treinados na arte do pensamento crítico.

Por meio deste trecho, fica evidente que o papel do educador em ambiente de ensino vai muito além da simples transmissão de conteúdos programados aos educandos. Cabe ao mesmo a árdua missão de prepará-los não somente para a profissão, mas para a vida, formando cidadãos capazes de contribuir de maneira significativa com a sociedade onde estão inseridos.

3. O PÚBLICO ATUAL

Podemos afirmar, com certa convicção, que, atuar como educador nos dias atuais é uma tarefa completamente diferente do que era há três ou quatro décadas. Mas antes de prosseguir com a ideia, torna-se necessário ressaltar que esta afirmação não tem por objetivo uma comparação qualitativa das pessoas em termos educacionais, ou seja, seria insensato afirmar que, ser professor, em tempos modernos, é mais fácil ou mais difícil do que em outros períodos, todavia, fica muito claro a qualquer educador a existência de uma diferença razoável entre ambos os períodos.

Em complemento à esta ideia, podemos nos arriscar a dizer que esta diferença tão marcante ocorre por conta de uma das variáveis mais importantes de todo o processo de aprendizagem – o educando. Ao longo dos anos, é natural que nos tornemos capazes de observar a evolução cultural e comportamental das pessoas inseridas em grupos onde também fazemos parte, especialmente quando estas variáveis são expressas em um ambiente de ensino no qual atuamos como educadores.

Entretanto, a afirmação convicta de que os jovens não se interessam pelas ciências exatas é uma percepção imemorial que permaneceu inalterada no conceito dos educadores até tempos modernos. Grande parte dos profissionais de ensino admitem esta hipótese como uma premissa para seu trabalho e a compreendem como uma causa fundamental para o baixo desempenho dos educandos neste segmento acadêmico. Porém, permita-se indagar: há, de fato, falta de interesse dos alunos em aprender ciências exatas?

A política de ensino tradicional, que propagou-se ao longo dos anos em nosso país, remete a um modelo pedagógico considerado obsoleto por especialistas. Neste modelo, o exercício ensino-aprendizagem ocorre quando o educador tenta, por meio de mecanismos de repetição, acrescentar o conteúdo de interesse ao portfólio de conhecimento de seus alunos. Este modelo é conceituado por Freire (2011) como uma concepção educacional bancária, onde o conhecimento é "depositado" nos alunos pelo educador.

Infelizmente, este método ainda é praticado por grande parte dos educadores brasileiros e visto como um modelo pedagógico usual e eficaz por diversas instituições de ensino. Freire (2011) também associa o conceito de "eficácia" no processo ensino-aprendizagem, baseado neste modelo, a uma visão "qualitativa" do educador e do educando:

> A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em "vasilhas", em recipientes a serem enchidos pelo educador. Quanto mais vai se enchendo os recipientes, com seus "depósitos", tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente encher, tanto melhores educandos serão.

Talvez a melhor reflexão que o trecho acima possa inspirar nos educadores seja a autocrítica sobre sua metodologia de ensino em tempos modernos e seus reflexos nos jovens educandos – o principal deles, a desmotivação do jovem pela educação.

A filosofia bancária de ensino foi considerada como algo natural ao longo da história da educação brasileira, sendo replicada por muitos profissionais nas instituições de ensino até os dias de hoje. Há décadas, o jovem que ingressava em sua jornada educacional era disciplinado a entender e seguir esta filosofia de ensino, sem direito à arguição. Freire (2011) denominou esta concepção de ensino como pedagogia do oprimido (título de sua obra homônima), partindo da ideia que o educador torna-se um agente opressor e o educando um ser oprimido, que deve abster-se do diálogo com o educador, limitando-se à ver e a ouvir os comunicados proferidos pelo mesmo.

Atualmente, de maneira indiferente, nos deparamos com alunos cuja relação com o ensino, até o momento, se baseou unicamente no preceito acima citado, resultando em inúmeras dificuldades, dúvidas, falta de desenvolvimento de senso crítico e perda de interesse nos temas abordados através do referido modelo educacional.

Com base na ideia exposta acima, podemos indagar: Será esta a causa fundamental do desinteresse de grande parte dos jovens pelos estudos?

Carvalho et al. (2012) mencionam o questionamento usual que os educadores se deparam em ambiente de ensino: "Para que é que isto serve?". Este tipo de questionamento nos leva ao entendimento de que o conteúdo de interesse, abordado pelo educador através da filosofia de ensino tradicional, pode não representar significado prático ao educando. Logo, torna-se necessária a adoção de metodologias de ensino diferentes, que possam despertar o interesse do educando pelos temas, inserindo-o na temática em questão, e fornecendo-lhe a oportunidade de perceber os aspectos positivos daquele conhecimento.

Apesar de não termos obtido sucesso (ainda) em nos desvencilhar do modelo pedagógico bancário,

podemos notar que a adoção do mesmo em ambiente de ensino torna-se cada vez mais obsoleto, por apresentar menor eficácia. Um dos sinais mais claros deste resultado é o feedback dos educandos. Diferentemente dos alunos oprimidos pelo conceito da educação depositária há décadas, os jovens de hoje sentem-se confortáveis em questionar a aplicabilidade dos conteúdos abordados pelo educador em sala de aula e seus efeitos práticos em suas vidas e carreiras profissionais.

Não é incomum conhecer alunos cuja percepção sobre ciências exatas é extremamente negativa. Muitos destes alunos não conseguiram integrar o ensino destes conteúdos à sua realidade, seus conhecimentos prévios e às suas expectativas pessoais e profissionais. Tampouco os educadores foram capazes de lhes mostrar estes caminhos de forma clara.

Carvalho et al. (2012) citam como causas principais para o desinteresse dos educandos os erros de políticas educativas, falta de perspectivas para os jovens, burocratização do trabalho dos professores nas instituições, currículos extremamente acadêmicos, entre outras.

Todavia, devemos salientar a importância do educador no processo ensino-aprendizagem. Um professor bem preparado, com conhecimento pedagógico e entendimento educacional adequados pode obter resultados significativos. Carvalho et al. (2012) mencionam que um possível caminho para fomentar o entusiasmo dos jovens pelo estudo das ciências é ajudá-los a reinventar sua relação com o conhecimento, explorando a interdisciplinaridade, formando ligações entre diferentes áreas de conhecimento.

4. A ADEQUAÇÃO METODOLÓGICA

Freire (2011) refere-se à educação bancária como uma inconciliação educador-educando, em virtude da ausência de comunicação e diálogo em ambiente educacional, e defende uma filosofia educacional denominada pelo mesmo como problematizadora, onde o educador deve propor ao educando problemas que o desafiem, lhe solicitando respostas, a nível intelectual e de ações.

> A inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação. Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos -, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada.

Quando nos referimos ao ensino das ciências, em específico, o desafio pode-se tornar ainda maior, pois, em diversas situações, nos deparamos com conceitos abstratos e situações-problema que exigem um elevado nível de compreensão destes conceitos. Segundo Carvalho et al. (2012) um aspecto importante neste contexto, além da subjetividade conceitual, remete ao pensamento contrário ao senso comum. Duschl (apud CARVALHO et al., 2012) menciona que o conhecimento científico tem por premissa compreender e explicar o porquê algo acontece e existe da forma como existe.

A maneira como a educação científica foi planejada e desenvolvida ao longo dos anos trouxe reflexos negativos ao desenvolvimento social e tecnológico a nível nacional, considerando o afastamento dos jovens das disciplinas exatas. É de fundamental importância que os educadores modernos não só entendam, mas aceitem esta realidade, e estabeleçam uma rotina crítica de autoanálise em seu processo educacional, pois somente com a plena compreensão do fracasso do modelo atual, e uma mudança significativa no processo ensino-aprendizagem, seremos capazes de assegurar o futuro da educação, principalmente aquela voltada ao ensino das ciências exatas.

Carvalho et al. (2012) abordam o afastamento dos jovens em relação ao mundo científico: "Visões deformadas sobre a natureza da ciência e tecnologia tem contribuído para afastar os jovens dos estudos tecno-científicos"

Observa-se que todo e qualquer educador, naturalmente, deve se questionar sobre as denominadas "visões deformadas sobre a natureza do conteúdo científico", assim como a maneira adequada de abordar estes conteúdos e introduzi-los ao mundo dos educandos.

Carvalho et al. (2012) mencionam que nenhum aluno aprende realmente a ciência escolar sem

perceber que o que deve aprender vale a pena aprender.

Ainda neste contexto, e em complemento à ideia, abordemos o tema do ponto de vista de Freire (2011), que faz menção à importância do educador em respeitar a visão e conhecimento de mundo do educando ao estabelecer um processo educacional. O autor aborda o iminente fracasso dos processos educativos onde esta premissa não é considerada, e denomina tal situação como uma invasão cultural, onde o educando adquire a sensação de ameaça, em virtude da falta de interação do assunto em pauta com seus conhecimentos prévios e visão de mundo.

> Por isto é que não podemos, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de invasão cultural, ainda que feita com a melhor das intenções. Neste sentido, a invasão cultural, indiscutivelmente alienante, realizada maciamente ou não, é sempre uma violência ao ser da cultura invadida, que perde sua originalidade ou se vê ameaçado de perdê-la.

Em complemento à ideia do autor, podemos identificar outro papel fundamental do educador no processo ensino-aprendizagem, que é conhecer seu público. Identificando os potenciais individuais dos educandos, seus anseios e carências educacionais, o educador poderá planejar seu trabalho de maneira mais assertiva e assegurar maior eficácia nos resultados desejados.

Outro aspecto relevante remete ao pensamento singular adotado e exigido pelos profissionais de ensino na compreensão e solução dos problemas tradicionais em ciências exatas. Carvalho et al. (2012) mencionam a singularidade explorada por diversos educadores na resolução de problemas de natureza científica em ambiente educacional, ou seja, situações onde o professor admite que a melhor hipótese, ou até mesmo o único princípio de pensamento válido para a situação problema é o dele próprio, limitando o desenvolvimento crítico do educando. A abordagem dos autores acerca deste conceito remete à perpetuação do referido modelo, o que, segundo o mesmo, ocorre devido à forma que fomos ensinados. Entretanto, ressalta que o ensino das ciências deve ser mais eclético, ou seja, deve considerar a pluralidade de ideias e pontos de vista diferentes, explorando em cada caso conhecimentos diversos e circunstâncias.

Em continuidade à esta visão, outro aspecto muito discutido atualmente por educadores refere-se à segmentação sistemática dos conteúdos, ou seja, a sua divisão em disciplinas. No que se refere à multidisciplinaridade, naturalmente, há uma imposição do educador sobre o educando em relação ao pensamento livre na busca por soluções em situações-problema. Carvalho et al. (2012) defendem a ideia de que, mais importante do que compreender o que separa as áreas de conhecimento é entender o que as une.

Segundo a visão de Freire (2011), um currículo convencional conduz à alienação do educando, enquanto uma abordagem crítica conduz ao que ele próprio denomina libertação do indivíduo, ou seja, lhe proporciona a oportunidade reflexiva sobre os assuntos, de maneira global, sem fronteiras curriculares.

Desta forma, podemos entender o processo ensino-aprendizagem como algo infinitamente superior ao desenvolvimento de conteúdos individualizados, onde a compreensão de situações e desenvolvimento do pensamento lógico e crítico apresenta maior relevância do que a soma das disciplinas previamente organizadas em um contexto curricular.

Carvalho et al (2012) mencionam que a excessiva prescrição curricular desprofissionaliza os professores e retira a autonomia das escolas. Em sua visão, este tipo de situação limita o educador em sua tarefa de combater o desencanto dos jovens pela educação. Os autores defendem, em contrapartida a este cenário, a promoção da interdisciplinaridade em ambiente educacional, e menciona a necessidade de alteração do ensino centrado no professor para o ensino centrado no aluno, o que ele classifica, no contexto curricular, como "ver o currículo pelos olhos dos alunos".

Levy-Leblond (apud CARVALHO et al., 2012) enfatiza que, para que possamos assegurar a sobrevivência da ciência, é necessário torná-la menos técnica e devolver-lhe uma vertente mais cultural e ética.

Por último, mas não menos importante, devemos mencionar a figura do educador como elemento de mudança na concepção educadora, porém, como um personagem mediador, que permite ao educando a interação dos conteúdos de interesse com sua visão de mundo, perfeitamente alinhados com a renovada matriz curricular, previamente estabelecida. Carvalho et al. (2012) reforçam que, ao educador, cabe a perfeita integração entre os saberes acadêmicos e os saberes profissionais (denominada epistemologia das práticas), o que, demonstra uma maior facilidade em transpor a ciência em estudo e desenvolvimento para o ambiente escolar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da filosofia tradicional de ensino praticada até tempos modernos, as ciências exatas perdem cada vez mais espaço entre os jovens que as apreciam pela primeira vez em sua jornada educacional. Os conteúdos, de cálculos complexos, conceitos subjetivos e significado prático limitado em suas vidas os afasta do mundo científico de forma traumática, afetando de forma significativa o desenvolvimento científico, social e cultural de toda uma nação.

O entendimento quanto à necessidade de uma adequação metodológica apresenta-se em caráter emergencial aos profissionais da educação de todos os níveis. É necessário adotar medidas que despertem o interesse dos jovens pela cultura científica, demonstrando a relevância deste mundo, ainda inexplorado por eles, não somente à sua formação acadêmica, mas também ao desenvolvimento científico e social, a níveis ilimitados.

Entretanto, nenhuma adequação metodológica será eficaz sem a percepção do educador a respeito de seus educandos. É de extrema importância a plena compreensão da situação atual do público alvo pelo profissional da educação, não somente acerca de sua formação acadêmica, ou seu conhecimento técnico-científico, mas também no tocante à sua cultura, visão de mundo, percepções sobre a realidade e experiências de vida. O conhecimento do tema de interesse será percebido como relevante pelo educando se, e somente se, o educador respeitar estas premissas ao longo do processo ensino-aprendizagem.

O livre pensamento do educando sobre os temas centrais do ensino, assim como o diálogo entre educador e educando permitirão, quando adequadamente praticados, o desenvolvimento do raciocínio crítico e expansão das oportunidades de solução para os problemas convencionais, expostos regularmente em ambiente de aprendizagem. Não há solução única para os problemas científicos. Visões diferentes devem sempre ser aceitas e discutidas, objetivando a construção de um ambiente favorável ao pensamento crítico livre. O modelo de solução proposto pelo educador pode, em diversos casos, não ser o melhor caminho. Com esta filosofia de atuação, o educador não se limitará à formação de profissionais, mas também, de cidadãos de elevado senso crítico, que poderão refletir livremente em prospecção de melhores soluções, sejam elas científicas, acadêmicas, organizacionais, ou sociais.

A descentralização do ensino na figura do professor é uma tendência natural, cuja necessidade torna-se cada vez mais perceptível para educadores e educandos. A figura central do processo ensino-aprendizagem, nesta linha de pensamento, deve ser sempre o educando. É com base nesta filosofia que devemos pautar todo o trabalho e atuação dos educadores. Sem esta visão, todo o processo educacional remete ao conhecido modelo de ensino depositário, onde o profissional de ensino insiste em acrescentar, de maneira mecânica, conhecimento ao portfólio acadêmico dos educandos.

O modelo curricular tradicional naturalmente tende à obsolescência, considerando a filosofia educacional centrada no aluno, com princípio metodológico direcionado ao pensamento livre. Desta forma, uma renovação curricular torna-se iminente, com tendência a uma abordagem interdisciplinar, baseada no desenvolvimento do pensamento crítico do educando, levando em consideração a pluralidade de ideais na solução de problemas acadêmicos rotineiros.

Por fim, a educação científica não deve se limitar, em uma visão egoísta e apequenada, ao desenvolvimento tecnológico em elevadas escalas acadêmicas e organizacionais, pois somente através da educação permitiremos ao mundo uma renovação cultural, com a construção de uma sociedade de valores éticos e morais fortes, guiada pelo pensamento crítico e racional, respeitando sempre a pluralidade de ideias dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de et al. **O ensino das ciências como compromisso científico e social.** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MORAES, Antônio Ermínio de. **Educação pelo amor de deus!**. 4ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2016.

PARINI, Jay. **A arte de ensinar.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VUNESP, **Saresp em revista**,2017. Disponível em:<http://www. http://saresp.vunesp.com.br/resultadosgeralmat.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL: E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

ALESSANDRA LUCCHESI DE OLIVEIRA
Atualmente é aposentada no cargo de Orientadora Pedagógica da rede municipal de ensino de Botucatu e docente da Faculdade Galileu. Habilitação em Orientação Educacional, em Administração Escolar e em Supervisão Escolar - Faculdades Integradas de Botucatu e graduação em Estudos Sociais - Faculdades Integradas de Botucatu. Especialização em Metodologia do Ensino Superior - Faculdades integradas de Botucatu e em Psicopedagogia - Universidade Sagrado Coração, USC.
Vereadora na 17ª legislatura, no período de 2017 a 2020, em Botucatu.
E-mail: alucchesideoliveira@gmail.com

RESUMO

O processo de municipalização teve seu início lento e muito questionado pelos educadores no Estado de São Paulo pois, apesar de ter o propósito de melhoria na educação básica, temia-se um grande risco de interferência política e econômica fragilizando a condução da escola pelos educadores. A municipalização é uma reordenação das responsabilidades municipal, estadual e federal para que a instituição escolar de nível primário se fortalecesse e se consolidasse. A municipalização do ensino parecia ser a resposta a uma situação crítica do ensino primário que tinha na década de 80 indicadores lastimáveis de reprovação e evasão escolar e que precisavam ser modificados. O artigo apresenta a proposta de municipalização, inspirado na educação norte-americana, e que pareceu a Anísio Teixeira que o maior intercâmbio entre prefeitura, comunidade e escola, favoreceria a comunicação e a pressão por uma escolaridade de maior qualidade trazendo benefícios ao cotidiano escolar e às necessidades pedagógicas do professorado que seriam melhor captados e atendidos.

Palavras-chave: Municipalização. Descentralização do ensino. Qualidade na educação. Legislação. Implantação.

ABSTRACT

The process of municipalization had a slow and much questioned beginning by educators at São Paulo State because, despite having the purpose of improving basic education, there was a great risk of political and economic interference weakening the conduct of the school by educators. Municipalization is a reordering of municipal, state and federal responsibilities for the primary school institution to fortify and consolidate itself. The municipalization of education seemed to be the answer to a critical situation in primary education that had in the 1980s pitiful indicators of failure and dropout that needed to be modified. The article presents the proposal of municipalization, inspired by the American education, that seemed to Anísio Teixeira that the greater exchange between city hall, community and school, would favor the communication and the pressure for a higher quality schooling bringing benefits to the school daily life and to the pedagogical needs of teachers that would be better captured and met.

Keywords: Municipalization. Decentralization of education. Quality in education. Legislation. Implementation.

RESUMEN

El proceso de municipalización tuvo un inicio lento y muy cuestionado por los educadores en el Estado de São Paulo porque, a pesar de tener el propósito de mejorar la educación básica, existía un gran riesgo de interferencia política y económica que debilitara la conducta de la escuela por parte de los educadores. La municipalización es

un reordenamiento de las responsabilidades municipales, estatales y federales para que la institución de la escuela primaria se fortalezca y consolide. La municipalización de la educación parecía ser la respuesta a una situación crítica en la educación primaria que tenía en la década de 1980 lamentables indicadores de fracaso y deserción que debían modificarse. El artículo presenta la propuesta de municipalización, inspirada en la educación estadounidense, y a Anísio Teixeira le pareció que el mayor intercambio entre el ayuntamiento, la comunidad y la escuela, favorecería la comunicación y la presión para una educación de mayor calidad que traiga beneficios a la vida diaria de la escuela. Las necesidades pedagógicas de los docentes que serían mejor captadas y satisfechas.

Palabras clave: municipalización, descentralización de la educación, calidad educativa, legislación, implementación.

1. INTRODUÇÃO

A década de 70 inseriu a política educacional para o Ensino Fundamental I que foi norteando os Projetos Federais com o objetivo de induzir a municipalização do ensino. Essa ação adquiriu relevância à medida que na década de 90 se fez presente em muitos municípios num processo crescente, visto a sua obrigatoriedade.

É cediço, saber, que em meados de 1996 a obrigatoriedade Federal traz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), consequentemente houve algumas inserções, ou novas previsões determinantes na LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sobre a municipalização até 2010. Buscou-se olhar para os resultados da parceria "Estado-Município" frente ao aprendizado dos alunos.

Assim, o estudo compreende a descrição e contextualização da municipalização no Estado de São Paulo

Dada a grande dimensão que a implementação em foco possui e os objetivos de melhoria de qualidade no ensino que pretende alcançar, este estudo apresentará como tema a compreensão e análise dessa descentralização verificando as políticas públicas, o contexto histórico e econômico e a legislação em que se baseia tal proposta. Buscaremos ressaltar que a municipalização do ensino era a resposta a uma situação a ser modificada, a fim de que o processo de ensino nos anos iniciais reunisse condições de melhoria na qualidade da educação.

2. ALGUMAS IDEIAS SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO

Historicamente o contexto educacional da década de 80 apresentou índices alarmantes de analfabetos que acordou a política educacional para uma ação mais efetiva que recebeu o nome de descentralização do ensino fundamental, ou seja, a municipalização. É importante pontuar os números reais desse período: 33 milhões de analfabetos, 7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, 50% dos alunos reprovados ou evadidos na passagem da 1ª para a 2ª série, conforme Mello (1986).

O quadro que refletia a realidade escolar chamava por medidas e intervenções, tanto políticas quanto administrativas, como a formação do professor, a construção de mais salas de aula, reformulação pedagógica, redefinição do papel social da escola e eliminação do favoritismo e clientelismo que existia nas escolas.

A municipalização teve como pressuposto oferecer uma escola acessível a todos, respeitando a igualdade de oportunidades e de oferecer formação básica da cidadania. À escola caberia a tarefa política e técnica de atenuar as diferenças na aquisição dos conhecimentos e habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania.

O poder local, mais próximo, mais sensível e mais vulnerável aos apelos da população foram os indicadores de fortalecimento da implantação da municipalização que veremos, nesse estudo, se refletiram positivamente em sua proposta de inclusão dos alunos fora da escola e na melhora do aprendizado escolar.

3. IMPLANTAÇÃO DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

A descentralização do ensino no final da década de 90 emergiu como uma política educacional capaz de atender as demandas dos problemas relativos à democratização do ensino público, garantindo aos alunos o domínio dos conteúdos necessários e a compreensão de sociedade e do mundo em que vivem. Observa-se nesse processo de descentralização do ensino várias vertentes a serem analisadas, como por exemplo, a questão econômica -liberada do Estado tão onerosa tarefa – incumbiu-se ao Município em acolhê-la.

Entretanto, o processo de municipalização do ensino fundamental ganhou maior velocidade com a criação do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – que foi criado a partir da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e que passou a funcionar em 1998.

O conceito descrito por Callegari traz-nos a compreensão deste instrumento:

> O FUNDEF é uma forma de concentrar e distribuir recursos financeiros para o ensino fundamental público, observados normas e critérios básicos estabelecidos em disposições transitórias da Constituição Federal (Emenda 14, de 12 de setembro de 1996). A Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996 dispõe sobre o FUNDEF e regulamenta seu funcionamento. (CALLEGARI, 2011)

Com a Lei do FUNDEF construiu-se uma tendência descentralizadora, pois a destinação dos recursos financeiros induziu os municípios a se organizarem para assumirem as responsabilidades da educação infantil e ensino fundamental I. Assim a municipalização do ensino passa a ter condições reais, como indica Oliveira (1999, p. 32)

> Constata-se que essa legislação induz claramente à municipalização. A criação do fundo trouxe como consequência a possibilidade do Município "ganhar" ou "perder" parte de seu próprio orçamento. Assim, premiado pela escassez de recursos, provocada pela recessão e agravada pelo FEF – Fundo de Estabilidade Fiscal e pela Lei Kandir, a possibilidade de não perder recursos torna-se algo desejável. Cresceram também os artifícios de não burlar a lei, pela criação de alunos e funcionários "fantasmas", a fim de ter acesso a recursos do Fundo, tal qual denúncias divulgadas pela imprensa.

Com a proposta financeira do "FUNDEF muitos municípios passaram a matricular crianças e a incorporar escolas estaduais inteiras como forma de diminuir suas perdas com o FUNDEF e conquistar mais recursos para o poder local". Assim, a municipalização do ensino fundamental foi se agigantando no estado de São Paulo.

> ... num período extremamente curto, a presença do Governo do Estado na oferta de ensino de 1ª a 4ª séries caiu de 86% para 44% com centenas de prefeituras passando a operar nessa faixa de ensino. (MEC, 2004)

Assim, verifica-se que o atendimento dos alunos no ensino fundamental foi significativo para o atendimento em quase 100% atendendo o primeiro pressuposto de acessibilidade por todos da escola. Faz-se saber a síntese desse processo no estado de São Paulo com os dados apresentados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE:

> Início do processo de Parceria Estado/Município **Março-1996: Ilha Solteira, Jundiaí e Santos.**
> • **Em 1996:** 43 municípios firmaram a Parceria, assumindo 42.933 alunos(junho de 1996).
> • **Em 1997:** sensível progresso - 194 convênios.
> • **Em 1998:** entra em vigor o FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (SEE repassa recursos financeiros conforme número de alunos assumidos pelo município e recebe o ressarcimento do pagamento dos profissionais afastados).
> • **De 98 a 2002** tem-se o acumulado de 285 a 478 municípios conveniados versus 442 a 544 municípios com rede de ensino fundamental (incluindo os Parceiros e os com rede própria).
> • **Até outubro 2004** 499 Município com Convênios 556 Municípios possuem Rede de Ensino Fundamental. (SEE, em 21/10/13)

Comprova-se o número de municípios envolvidos, com significativa quantidade de alunos matriculados em escolas municipalizadas, no resumo apresentado e disponível no site da Secretaria Estadual da Educação:

O Estado atende exclusivamente o ensino fundamental em 87 Municípios.

Taxa de Participação dos municípios com rede: 86,20%.

Taxa de participação Municipal 86,20% Estadual 13,80%, considerando o número de municípios com ensino fundamental e aqueles atendidos apenas pelo Estado.

Total de alunos do Ensino Fundamental em 2003 no Estado de São Paulo: Rede Municipal: 2.012.287; Rede Estadual: 3.108.410.

4. ASPECTO LEGAL DA MUNICIPALIZAÇÃO

A pesquisa, seleção e análise documental permitiram a ampliação do conhecimento e o entendimento das responsabilidades estabelecidas em leis.

A legislação sobre a descentralização do ensino data de 1834, conforme texto publicado por Oliveira (1999, p.11)

> [...] fizeram-se presentes após o Ato Adicional de 1834, passando por discussões ocorridas na Primeira República, estando presente em relação à questão curricular no Manifesto dos Pioneiros de 1932, nas Constituições Federais quanto ao financiamento, na debatida proposta de Anísio Teixeira (1957), durante a tramitação das Leis n. 4.024/61 e n. 5.692/71, durante a Constituinte dos anos 80, além das discussões ocorridas em diferentes Estados, a partir da redemocratização do país, quando da implementação de políticas de parcerias/convênios com os municípios. (OLIVEIRA, 1999)

Azanha (1991) destaca como grande personagem no processo de municipalização, como normatizador da proposta, Anísio Teixeira, que já em 1957 apresentava suas ideias no Congresso Nacional de Municipalidades:

> a) a municipalização abrangeria apenas o antigo ensino primário (na época, o ensino pré-primário era algo muito distante e irrealizável). Com relação ao ensino primário, o município teria as atribuições de organização, administração e execução. Apenas a supervisão ficaria a cargo do Estado;
> b) o desempenho das atribuições municipais de educação ficaria a cargo de um Conselho de Educação. Na ordenação do ensino municipal, o Conselho local atenderia às normas de uma lei orgânica do ensino elaborada por um Conselho Estadual de Educação em consonância com as diretrizes e bases da educação nacional, interpretadas por um Conselho Federal de Educação;
> c) ao Conselho Municipal de Educação caberia a determinação do custo do aluno nas escolas do município e a fixação da cota municipal de contribuição possível para fazer face a esse custo. A complementação desses recursos seria feita pela transferência ao município de uma cota estadual e de uma cota federal. Para administração desses recursos haveria, em cada esfera, os respectivos fundos de educação;
> d) para A. Teixeira, a municipalização do ensino primário ofereceria vantagens de ordem administrativa, social e pedagógica. Quanto à primeira, as razões são óbvias. Quanto à segunda, as vantagens adviriam do fato do professor ser um elemento local ou pelo menos aí integrado e não mais um cônsul representante de um poder externo. Quanto à terceira, residiria principalmente na possibilidade do currículo escolar refletir a cultura local. (AZANHA, 1991, p. 01)

Verifica-se que Anísio Teixeira tinha, sobre o tema de municipalização de ensino, a convicção de que deveríamos quebrar paradigmas para avançarmos nas demandas da educação e, a municipalização para ele poderia ser essa resposta:

> [...] era a resposta a uma situação a ser modificada, a fim de que o ensino primário reunisse condições de melhoria de padrão que, de outro modo, não parecia viável. Inspirado na educação norte-americana, de tradições fortemente locais, pareceu a Teixeira que uma reordenação das responsabilidades municipal, estadual e federal seria suficiente para que a instituição escolar de nível primário se fortalecesse e se consolidasse. Sabemos, hoje, que essa visão era um pouco simplista e algo romântica, porque Teixeira ignorava, deliberadamente, toda a complexidade do jogo político que cerca o traçado de uma política educacional de dimensões tão amplas. (AZANHA, 1991, p. 02)

Após constatarmos que as "discussões e lutas quanto à descentralização do ensino brasileiro não são recentes, vimos a ratificação da legislação da municipalização nos documentos publicados no site da SEE" (SEE, 1998):

- **Decreto nº 40.673, de 16/02/96**
- **Decreto nº 40.889, de 20/06/96**
- **Decreto nº 41.054, de 29/07/96 alterado pelo Decreto 45.777, de 26/04/01**
- **Decreto nº 43.072, de 04/05/98**
- **Deliberação CEE Nº 11/97 e Indicação CEE Nº 10/97.** Aprovada em 30.09.97.
- **RESOLUÇÃO SE Nº 139, DE 19 DE SETEMBRO DE 1997.** Dispõe sobre providencias a serem adotadas pelas Delegacias de Ensino no Programa de Ação de Parceira Educacional Estado-Município para Atendimento ao Ensino Fundamental.
- **RESOLUÇÃO SE Nº 141, DE 24 DE SETEMBRO DE 1997.** Dispõe sobre transferências de servidores e dá providências.
- **INSTRUÇÃO DRHU Nº 8, DE 25 DE SETEMBRO DE 1997.** Providências a serem tomadas sobre transferência de servidores, conforme o disposto no artigo 6º da Resolução SE nº 141/97.

Todos os arquivos citados formam a Legislação vigente que normatiza todo o Projeto de Municipalização do Ensino no Estado de São Paulo.

Ratificando então, que o Termo de Convênio celebrado entre os municípios de interesse no processo de Municipalização foram responsabilizados em apresentar

a documentação estabelecida em legislação, a saber:

Ofício do Prefeito, dirigido ao Sr. Secretário de Educação, solicitando a assinatura de Convênio.
Cópia da Lei Municipal autorizando o Prefeito a celebrar o Convênio.
Publicação da Lei em jornal da região ou certidão de registro em cartório; caso a Lei Orgânica do Município não determine a publicação em jornal, encaminhar cópia do artigo que especifica a forma de divulgação.
Cópia do Certificado de regularidade do Município para celebrar convênios – CRMC.
Declaração da Câmara Municipal de posse e exercício do Sr. Prefeito.
Conta específica para o convênio no Banco especificado.

Começou então uma história educacional com pontos positivos e com desafios novos para os municipalizados e o município que buscam até hoje uma parceria na construção de educação para todos, com qualidade de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A municipalização do ensino básico vem apresentando resultados positivos nos municípios que aderiram a esta proposta dando oportunidade de atendimento em quase 100% a educação básica e de melhoria no rendimento escolar.

Buscou-se apresentar a municipalização como um processo democrático em que a força local e a proximidade das relações entre comunidade e gestão escolar podem tornar a escola menos burocratizada e mais participativa nos interesses e necessidades da comunidade escolar.

A municipalização da educação aproxima as decisões pedagógicas, financeiras e administrativas das verdadeiras necessidades locais oportunizando mais flexibilidade e agilidade nas ações. Fazer a compreensão desse facilitador e não permitir que entraves políticos prejudiquem esse processo é de responsabilidade de todos os envolvidos na gestão educacional.

REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mário Pires. Uma idéia sobre a municipalização do ensino. Scielo, 1990. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.estudosavancados@usp.br. Acesso em: 03.06.14.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm. Acesso em: 26.05.14.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26.05.14.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDEF: muitos municipios passaram a matricular crianças e a incorporar escolas estaduais inteiras como forma de diminuir suas perdas com o FUNDEF e conquistar mais recursos para o poder local. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12707&Itemid=866. Acesso em: 26.05.14.

CALLEGARI, César. Uma Nova Supervisão para um novo Mapa Educacional. Disponível em: http://pt.slideshare.net/jarnaldosilva/superviso-educacional. Acessado em: 04.06.2014.

JARRY, Elena Viveiros, VIERA, Maria de Fátima dos Santos. Municipalização do Ensino: Discurso Oficial e Condições Concretas de implantação. Documental: Relatos de Pesquisa, nº 12, out/1993. Ministério da Educação e Cultura.

MARX, K. A. Ideologia alemã. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

MELLO, Guiomar Namo de. É preciso dar um conteúdo concreto ao debate sobre a municipalização do Ensino do 1º Grau. Em Aberto, Brasília, ano 5, nº 29, jan./mar. 1986.

OLIVEIRA, R. P. de. O direito à educação na Constituição Federal de 1988 e seu reestabelecimento pelo sistema de justiça. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 11, p. 61-74, maio/jun./jul./ago. 1999.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. A síntese desse processo no estado de São Paulo com os dados apresentados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/pesqorient_ano.asp. Acesso em: 26.05.14.

_____. Discussões e lutas quanto à descentralização do ensino brasileiro não são recentes, vimos a ratificação da legislação da municipalização nos documentos publicados no site da SEE. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/pesqorient_ano.asp. Acesso em: 26.05.14.

A AVALIAÇÃO NA DISCIPLINA TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM OS PARÂMETROS AVALIATIVOS DO ENADE DE ADMINISTRAÇÃO

Evaluation in the discipline general theory of administration in accordance with the evaluation parameters of the administration from enade

Evaluación en la disciplina teoría general de administración de acuerdo con los parámetros de evaluación de la administración de enade

FRANCIS BIAZON GONZALEZ
Formado em Administração pela Faculdade Sudoeste Paulista (2009). Professor no curso de administração das Faculdade Galileu e Grantietê. Possui experiência na área de administração e finanças, com ênfase em Gestão de Negócios. Atualmente coordena o núcleo de incentivo ao desenvolvimento e empreendedorismo da Faculdade Galileu
e-mail: prof.francisbiazon@gmail.com

RESUMO

Um dos grandes desafios para o docente do ensino superior é conciliar o ensino de disciplinas que serão utilizadas pelos alunos em suas rotinas diárias no exercício de suas profissões com as avaliações externas utilizadas pelo MEC para classificar as Instituições de Ensino Superior. No caso específico da disciplina Teoria Geral da Administração, essa tarefa se torna ainda mais mister, pois além de ser a base preparatória para o curso de administração, é uma das disciplinas com maior índice de verificação em exames avaliatórios como o ENADE. O professor deve buscar em suas avaliações formas de conciliar as necessidades dos alunos e da Instituição, para que eles estejam preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e das avaliações externas.

Palavras chave: teoria geral da administração, ENADE, avaliação.

ABSTRACT

One of the major challenges for the higher education teacher is to reconcile the teaching of subjects that will be used by students in their daily routines in the exercise of their professions with the external evaluations used by MEC to classify the Higher Education Institutions. In the specific case of the General Administration Theory discipline, this task becomes even more important, since besides being the preparatory basis for the course of administration, it is one of the subjects with the highest verification rate in evaluative exams such as ENADE. The teacher should seek in his assessments ways to reconcile the needs of students and the institution, so that they are prepared to face the challenges of the labor market and external evaluations.

Keywords: General management theory. ENADE. Evaluation.

RESUMEN

Uno de los principales desafíos para el maestro de educación superior es conciliar la enseñanza de las materias que los estudiantes utilizarán en sus rutinas diarias en el ejercicio de sus profesiones con las evaluaciones externas utilizadas por el MEC para clasificar las instituciones de educación superior. En el caso específico de la disciplina de la Teoría de la Administración General, esta tarea se vuelve aún más importante, ya que además de ser la base preparatoria para el curso de la administración, es una de las materias con la tasa de verificación más alta en los exámenes de evaluación como ENADE. El profesor debe buscar en sus evaluaciones formas de conciliar las necesidades de los estudiantes y la institución, de modo que estén preparados para enfrentar los desafíos del mercado laboral y las evaluaciones externas.

Palabras clave: teoría de la gestión general, ENADE, evaluación.

1. INTRODUÇÃO

Um dos principais objetivos do aluno do ensino superior é agregar conhecimento teórico obtido em sua formação acadêmica, ao seu conhecimento empírico, adquirido em sua experiência profissional no mundo do trabalho.

Dentro desse aspecto os conteúdos e disciplinas que apresentam relevância ao seu dia a dia acabam merecendo uma atenção maior aos olhos do aluno. Mas não é possível assistir aulas apenas das disciplinas que podem em uma primeira análise, serem as mais relevantes através de seu julgamento. Também se faz necessário a contemplação de conteúdos que irão fornecer uma base teórica para o desenvolvimento de todo um curso superior, e a verificação da aprendizagem de disciplinas que possuem um perfil mais próximo do dia a dia do mundo de trabalho, consideradas específicas, como por exemplo: Teoria Geral da Administração, Logística, Gestão de Pessoas, dentre outras, pode se tornar um desafio para o professor de uma instituição de ensino superior.

Qual será a diretriz para o professor no momento de ministrar a disciplina e, como ele poderá fazer a verificação da aprendizagem por parte do aluno? Preparar o aluno para o mundo do trabalho ou preparar o aluno para a realização de uma avaliação externa, em um caso mais específico o Enade?

São questões que pode-se acompanhar o docente, daí a importância de uma avaliação que entre em consonância com essas duas vertentes que poderiam deixar de ser como duas retas paralelas que nunca se cruzam e passem a ser duas retas coincidentes, pavimentando com eficiência um caminho sólido, que leve para o mesmo destino, um aprendizado eficaz em que o aluno adquira as competências necessárias para utilizar o conhecimento e as habilidades frente a situações cotidianas do mundo administrativo e possa também enfrentar uma avaliação como o Enade, sem que essa seja uma experiência traumática e desgastante.

2. JUSTIFICATIVA

O processo avaliatório em uma instituição de ensino superior deve provocar o aluno a resolver situações problemas em seu cotidiano profissional e não simplesmente serem exercícios de memorização.

> Aprender significativamente é dar sentido a linguagem que usamos, é estabelecer relações entre os vários elementos de um universo simbólico, é relacionar o conhecimento elaborado com os fatos do dia-a-dia, vividos pelo sujeito da aprendizagem ou por outros sujeitos. (VASCO, 2002, p.17)

3. OBJETIVO

O presente projeto tem como objetivo central demonstrar a interface entre as avaliações realizadas nas instituições de ensino superior com as avaliações externas, como o ENADE por exemplo.

4. A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Dentro das disciplinas propostas na grade do curso superior de administração, a Teoria Geral da Administração aparece com uma relevância considerável, esse fato pode ser confirmado observando a grade das cinco melhores faculdades de administração do Brasil em 2017, conforme o RUF, ranking universitário Folha.

Posição no país	Nome da Instituição	UF	Avaliação do mercado	Qualidade de ensino	Enade
1º	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	5º	1º	13º
2º	Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV – EAESP)	SP	2º	3º	10º
3º	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	16º	2º	17º
4º	Universidade de São Paulo (USP)	SP	1º	5º	-
5º	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	5º	4º	87º

Tabela 1 – RUF 2017[1]
Fonte: Datafolha, 2017

Disciplina	UFMG
Carga horária do curso	***3000***
Fundamentos da Administração	30
Teoria da Administração 1	60
Teoria da Administração 2	60
Total	***150***
Representatividade	***5,00%***

Tabela 2. Relevância da disciplina dentro do curso de Administração da UFMG
Fonte: Elaborada pelo autor[2] (2018)

Disciplina	FGV
Carga horária do curso	***3060***
Introdução a Gestão	60
Processos Administrativos	60
Total	***120***
Representatividade	***3,92%***

Tabela 3. Relevância da disciplina dentro do curso de Administração da FGV
Fonte: Elaborada pelo autor[3] (2018)

Disciplina	UFRGS
Carga horária do curso	***2940***
Teorias Organizacionais 1	60
Teorias Organizacionais 2	60
Total	***120***
Representatividade	***4,08%***

Tabela 4. Relevância da disciplina dentro do curso de Administração da UFRGS
Fonte: Elaborada pelo autor[4] (2018)

[1] O RUF utiliza dois indicadores para avaliar as quarenta carreiras com mais ingressantes no país, ofertadas por faculdades, centros universitários e universidades, de acordo com o censo de 2015. Indicador de mercado considera a opinião de 5.793 profissionais de RH, consultados pela Datafolha em 2015,0 2016 e 2017 sobre preferências de contratação. Indicadores de ensino considera a opinião dos avaliadores do MEC, o percentual de docentes que trabalham em regime de dedicação integral e parcial, percentual de professores com mestrado e doutorado e por último a nota média da universidade no Enade dos anos de 2013, 2014 e 2015.

[2] Essa tabela comparativa foi construída a partir da consulta a grade curricular de cada um dos cursos, junto ao site oficial da UFMG, conforme descrito nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

[3] Essa tabela comparativa foi construída a partir da consulta a grade curricular de cada um dos cursos, junto ao site oficial da FGV, conforme descrito nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

[4] Essa tabela comparativa foi construída a partir da consulta a grade curricular de cada um dos cursos, junto ao site oficial da UFRGS, conforme descrito nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

Disciplina	USP	
	Carga horária do curso	***3210***
	Fundamentos da Administração	60
	Tópicos de Administração Geral 1	30
	Tópicos de Administração Geral 2	30
	Total	***120***
	Representatividade	***3,74%***

Tabela 5. Relevância da disciplina dentro do curso de Administração da USP
Fonte: Elaborada pelo autor[5] (2018)

Disciplina	UFRJ	
	Carga horária do curso	***3060***
	Fundamentos da Administração	60
	Teoria das Organizações	60
	Total	***120***
	Representatividade	***3,92%***

Tabela 6. Relevância da disciplina dentro do curso de Administração da UFRJ
Fonte: Elaborada pelo autor[6] (2018)

Apesar de ser oferecida com nomenclaturas diferentes, é possível constatar que o conteúdo é o mesmo conforme descrito nas ementas de cada uma das disciplinas que se encontram disponíveis no sítio oficial de cada uma das instituições de ensino.

Outro aspecto interessante a notar-se é que a faculdade que atribui a maior relevância a disciplina TGA, UFMG com 5% da carga horária total, foi considerada no ano de 2017, pelo MEC como a melhor instituição de ensino superior do curso de Administração do País.

Em uma primeira análise pode parecer que o valor porcentual pode ser irrelevante, mas é mister recordar que essa disciplina é o alicerce pedagógico para o curso de administração, pois nela são apresentadas as origens da Administração como ciência, as abordagens administrativas desenvolvidas durante todo o século XX, bem como suas tendências atuais

> A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização seja ela lucrativa ou não lucrativa. (...) Assim, a administração é imprescindível para existência, sobrevivência e sucesso das organizações. (...) A Teoria Geral da Administração é o campo do conhecimento humano que se ocupa do estudo da Administração em geral, não importa onde ela seja aplicada, se nas organizações lucrativas (empresas) ou se nas organizações não lucrativas. (CHIAVENATO, 2011, p. 2)

Essa importância é ainda maior ao lembrar-se que por mais que as práticas administrativas estejam presentes desde os primórdios da civilização, a Administração só passou a ser tratada como uma ciência recentemente

> Empreendimentos complexos da antiguidade, como as pirâmides do Egito, construídas 4.000 anos antes de Cristo, evidenciam que havia teorias com algum grau de sofisticação.
> No entanto, foi somente nos últimos 150 anos que a administração tornou-se um corpo organizado de conhecimentos ou teorias, assumindo a estatura de uma disciplina com vida própria. (MAXIMIANO, 2010, p. 26)

A partir dessas considerações faz-se destaque sobre a importância das disciplinas ditas específicas, pois são elas que fornecem todo o alicerce pedagógico para os futuros administradores.

> (...) Nos períodos seguintes, são ministradas as disciplinas da formação profissional que tornarão o administrador capaz de operar dentro de sua área: Teorias da Administração, Administração Mercadológica, Administração de Recursos Humanos, Administração de Produção, Administração Financeira e Orçamentária, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais e Organização, Sistemas e Métodos. Nessa formação, trabalha-se para construir no estudante o domínio das áreas técnicas consideradas como de âmbito exclusivo dos administradores e que compõe o campo do saber administrativo propriamente dito. É quando se constrói toda a base técnica do administrador e se manipulam as ferramentas minimamente necessárias para a habilitação e o exercício da profissão. (Nicolini, 2003, p. 44, grifo nosso)

Essa consideração com a disciplina vai ser encontrada também nas avaliações realizadas pelo ENADE (Exame Nacional de Desempenho Estudantes), a aplicação da prova é de responsabilidade do INEP, uma entidade federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), para os alunos concluintes do curso superior de várias disciplinas, e no caso deste estudo em específico dos alunos do curso de Administração desde 2006.

Conforme os dados coletados nas provas realizadas

[5] Essa tabela comparativa foi construída a partir da consulta a grade curricular de cada um dos cursos, junto ao site oficial da USP, conforme descrito nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.
[6] Essa tabela comparativa foi construída a partir da consulta a grade curricular de cada um dos cursos, junto ao site oficial da UFRJ, conforme descrito nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

nos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015 e agora organizados na tabela 3, a seguir, podemos confirmar a relevância dessa disciplina diante dos olhos do MEC.

	Ano			
	2006	2009	2012	2015
Total de questões específicas	24	27	25	25
Total de questões de TGA	3	6	4	4
Relevância	12,50	22,22	16,00	16,00

Tabela 3 – Comparativo das questões de TGA nas avaliações do ENADE
Fonte: Elaborada pelo autor[7] (2018)

A elaboração desta tabela realizou-se da seguinte forma:

a) realizou-se a leitura pormenorizada de cada uma das questões da prova do ENADE, dentro do conteúdo classificado como COMPONENTE ESPECÍFICO, pelo próprio ENADE no cabeçalho da prova;

b) localizava-se o conteúdo central da questão e comparava-se com o conteúdo da ementa da disciplina Teoria Geral da Administração[8].

Toma-se como exemplo do processo a análise da questão a seguir:

> (Questão 10 – Componente Específico – ENADE 2012)
> A discussão sobre novas formas organizacionais explora modelos de gestão flexíveis, caracterizados pela tomada de decisão mais frequente, rápida e complexa, pelo achatamento de níveis hierárquicos, pela contínua e ampla aquisição e compartilhamento de informações e pelo fomento à aprendizagem organizacional. Em paralelo, questiona elementos do paradigma modernista de organização, como a racionalidade instrumental, a produção em massa e o modelo fordista de organização do trabalho.
> Essas novas formas organizacionais são vistas pelos estudiosos de duas maneiras principais: a) como representação de uma lógica de ação diferente da instrumental, que é típica do modelo modernista de organização; e b) como aperfeiçoamento da abordagem contingencial da administração. Os estudos realizados carecem, entretanto, de aprofundamento para que se possa considerar as chamadas organizações pós-modernas ou como expressão da ruptura qualitativa com a modernidade ou como versão especificamente histórica de organizações modernas.
>
> DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? In: Organizações e Sociedade, v. 7, n. 19, p. 19, set./dez. 2000 (adaptado).
>
> Considerando as ideias acima, avalie as afirmações a seguir.
> I. A abordagem contingencial, própria do projeto modernista de organização, procura discutir as novas alternativas organizacionais em um ambiente considerado turbulento e competitivo, com a preocupação de desenhar o melhor arranjo organizacional para o alcance de maior efetividade.
> II. De acordo com a compreensão sistêmica e comportamental da administração, as novas formas organizacionais revelam a ruptura com
> a racionalidade instrumental, caracterizando o paradigma pós-modernista.
> III. Na visão pós-modernista, as novas formas organizacionais podem representar a operacionalização de modos de racionalidade diferentes daquele descrito por Weber como típico do modelo burocrático.
> É correto o que se afirma em
> A I, apenas.
> B II, apenas.
> C I e III, apenas.
> D II e III, apenas.
> E I, II e III.
> (ENADE 2012 Administração, p. 8, grifo nosso)
>
> Ementa da disciplina Teoria da Administração 1: Os primórdios da administração: revolução industrial, acumulação extensiva de capital e controle disciplinar do trabalho. Acumulação intensiva e a emergência do OCT: a idade de ouro do fordismo. As soluções gerenciais para a administração do fordismo: relações humanas (UFMG, ADMINISTRAÇÃO – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS Versão Curricular: 2008/01, grifo nosso)
>
> Ementa da disciplina Teoria da Administração 2: A crise do Fordismo e o modelo Japonês. A racionalidade instrumental; a abordagem sistêmica e contingencial e o institucionalismo. A Administração e o caso brasileiro. (UFMG, ADMINISTRAÇÃO – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS Versão Curricular: 2008/01, grifo nosso)

Diante dos dados anteriormente expostos, pode-se levantar a seguinte indagação, a necessidade de se alinhar as avaliações realizadas durante o curso superior com a avaliação proposta pelo MEC.

Outra indagação importante a ser levantada, quais são os parâmetros e critérios que estão sendo utilizados para confecção das avaliações realizadas durante o andamento do curso superior

[7] Tabela desenvolvida a partir da análise das avaliações de Enade, específicas para o curso de Administração, realizadas nos anos de 2006, 2009, 2012 e 2015.
[8] Como objeto de referência foi utilizada a ementa do curso de Administração da UFMG

5. AVALIAÇÃO

Segundo Vasco Moretto, avaliar a aprendizagem está profundamente relacionado com o processo de aprendizagem (MORETTO 2002), se essa relação já é importante no desenvolvimento pedagógico, quando transferimos esse processo avaliativo para a andragogia[9] a preocupação torna-se ainda maior, pois é necessário dar ao processo avaliativo um novo sentido.

> Transforma-lo em oportunidade para o aluno ler, refletir, relacionar, operar mentalmente e demonstrar que tem recursos para abordar situações complexas. (MORETTO, 2002, p.11)

Essa concepção de oferecer ao aluno avaliações que o provoquem intelectualmente para resolver situações complexas encontradas dentro do mundo do trabalho, ou como alguns preferem, no mundo real, vai de encontro as aspirações de um dos maiores educadores da história do Brasil, Paulo Freire, que já nos alertava sobre os riscos da educação bancária

> É isto que nos leva, de um lado, à crítica e à recusa ao ensino "bancário", de outro, a compreender que, apesar dele, o educando a ele submetido não está fadado a fenecer; em que pese o ensino "bancário", que deforma a necessária criatividade do educando e do educador, o educando a ele sujeitado pode, não por causa do conteúdo cujo "conhecimento" lhe foi transferido, mas por causa do processo mesmo de aprender, dar, como se diz na linguagem popular, a volta por cima e superar o autoritarismo e o erro epistemológico do "bancarismo". (FREIRE, 1996, p. 14)

São constatações que trazem um aspecto relevante, que ocorrem em algumas avaliações realizadas durante o longo da jornada educacional, no ciclo do ensino fundamental 1 e 2 e, em seguida no ensino médio. Avaliações em que o aluno simplesmente devolve o que o professor passa como verdade absoluta, se tornando um mero repetidor de fatos, datas e fórmulas.

Seria a criação de uma zona de conforto para o aluno, impedindo o desenvolvimento de seu pensamento crítico e, por trás dessa zona de conforto de certa forma mutua, pois facilitaria o processo de docência, que por vezes poderia se estender até o ensino superior.

Retorna-se então a discussão sobre o processo de educação bancária, alertado por Paulo Freire, em que o professor deposita a informação durante a aula e o aluno a saca apenas no momento da avaliação.

Sobre avaliação, é interessante ainda, registrar um conceito sintetizado por Paulo Ronca, que vários alunos desenvolveram ao longo dos anos. Só se estuda se tiver prova, para a prova, se cair na prova e, o que cair na prova. (RONCA, 1991). Ou como nos alerta Vasco Moretto, a avaliação não deve servir de instrumento de pressão para manter a disciplina em aula ou fazer o aluno estudar (MORETTO, 2002).

Então assume-se uma vereda que para avaliar algo, isto é mensurar o conhecimento, competências e habilidades que possam ser apresentadas pelo aluno, o professor estaria obtendo indicadores da eficácia do seu método de ensino. Poderia então a vaidade de alguns docentes impedirem uma avaliação condizente com a forma com que o conteúdo foi apresentado e a disciplina ministrada, pois como é mister, se o aluno não conseguiu desenvolver uma competência, o objeto não foi aprendido e, se não foi aprendido, não foi ensinado.

Isto quer dizer que quando um aluno obtém sucesso em uma avaliação externa, elaborada por outro que não o professor que ministrou o conteúdo, o processo de ensino obteve sucesso. Essa parte oferece a recompensa e a beleza do processo de ensino aprendizagem, em que o professor assume um caráter de facilitador e não simplesmente um detentor do conhecimento. Vasco Moretto diz isso com maestria, ao afirmar que se o professor sabe o que deseja ensinar, certamente encontrará formas para fazê-lo (MORETTO, 2002).

Hoje o professor depara-se com novos rumos para a educação, novos focos voltados para o desenvolvimento de competências em vários campos do saber. A sociedade não quer mais profissionais formados em faculdades que conhecem todas as fórmulas matemáticas possíveis, mas que não sabem como utilizá-las. A competência está associada a um conjunto de elementos que permitem a um sujeito abordar uma situação complexa e resolvê-la a contento (MORETTO 2002), é a capacidade de o sujeito mobilizar recursos cognitivos visando abordar uma situação complexa (PERRENOUD, 1999).

> (...) três aspectos importantes. O primeiro é entender a competência como uma capacidade do sujeito: "ser capaz de". O segundo é ligado ao verbo mobilizar, que significa movimentar com força interior, o que é diferente de apenas deslocar, que seria transferir de um lado para o outro. O terceiro está ligado à palavra recursos. (...) a competência exige além dos recursos da cognição, isto é, do conhecimento intelectual, recursos do domínio emocional. Por fim, o conceito de competência está ligado à sua finalidade: abordar (e resolver) situações complexas. (MORETTO, 2002, p. 20)

[9] Andragogia refere-se ao ensino para adultos

De acordo com Mario Sérgio Cortella, a educação deve gerar autonomia (CORTELLA, 2016). O professor de instituições do ensino superior deve ter em mente que ao transmitir determinado conteúdo para o aluno, esse conteúdo deve fazer sentido, em seu cotidiano. Não é aconselhável, querer que o aluno apenas memorize autores e siglas isto é, o aluno deve vislumbrar a aplicabilidade desse conteúdo em seu cotidiano pessoal e / ou profissional.

> A palavra importar significa levar para dentro, tudo aquilo que você leva para dentro se torna conhecimento (...) Conhecimento é o que vai com você quando você sai da aula, (...) Conhecimento é inesquecível, o que é esquecível é informação (...) informação é cumulativa, conhecimento é seletivo. A escola do Brasil em grande medida, foi marcada por uma perspectiva ilustrativa com um excessivo número de informações, sem lidar de fato com aquilo que seria importante, (...) não é casual que o método de avaliação mais usual no campo da escolaridade é a memória, isto é (...) provas e avaliações em que se recorria à sua memória e não ao seu conhecimento (...) Se recorria à sua capacidade de guardar informações, se eu trabalho com a ideia de conhecimento como aquilo que vai servir para operar minha vida, faze-la funcionar, o conhecimento como solução de problemas, (...) a informação vai ser só a base do conhecimento.(...) O que importa? Importa o que faz ou que auxilia tua vida ou da tua comunidade a crescer. (...)O que nós queremos da formação de pessoas dentro do território escolar, qual é o conhecimento que importa? Qual é o conteúdo que tem que caber? Como se seleciona? (...). Se o conteúdo é seleção (...) temos que selecionar determinados temas que importem para aquele determinado tipo de projeto (...). O que importa é saber o que importa. O que é que importa? Aquilo que está no meu ponto de partida, aquilo que está no meu cotidiano. (CORTELLA, 2016)

Surge então a dificuldade de realizar-se uma avaliação condizente com o conteúdo ministrado, é possível que uma avaliação típica da "pedagogia bancária" seja eficiente sem ser eficaz, isto é, o professor propõe uma avaliação em que o que realmente esteja sendo testado no aluno seja a sua capacidade de memorização e não a sua capacidade de lidar com problemas complexos que exijam raciocínio e relacionalização de situações problemas com observações e conclusões.

Segundo Antônio Ermírio de Moraes, preparar o estudante universitário para situações não apenas profissionais, mas também sociais em que a capacidade de discernimento e interpretação, passa a ser mais do que uma função do professor, torna-se uma verdadeira missão (MORAES, 2006). Antônio Ermírio de Moraes verbalizou publicamente em sua coluna dominical, que circulava na Folha de São Paulo, o pensamento de muitos educadores:

> Para consolidar a democracia não basta a crença nesse regime (...) A ignorância constitui o maior perigo para a democracia e para o próprio crescimento econômico. Há muitas nações que são pobres em recursos naturais, mas, pelo fato de terem um bom ensino, prosperaram (...) Inversamente, muitas nações que têm recursos naturais abundantes não conseguiram avançar devido a precariedade de seus recursos humanos. (MORAES, 2006, p. 50)

O problema pode não estar na forma de se avaliar, e sim na forma de se ministrar o conteúdo, muitas vezes o professor deixa de lado valores culturais relevantes para o processo de aprendizado.

> (...) Os valores culturais específicos de cada contexto precisam estar disponíveis para serem mobilizados ao se abordar uma situação complexa. Valores culturais são elementos que estabelecem o contexto cultural da situação (MORETTO, 2002, p. 25)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível para o professor sair de sua zona de conforto e provocar o aluno para que o mesmo o acompanhe nessa jornada de aprender a aprender, basta que deixe de lado questões avaliativas de caráter repetitivo e que acaba testando a capacidade do aluno "decorar" respostas prontas e repeti-las quando o professor perguntar.

Por exemplo ao invés de elaborar uma questão como a apresentada a seguir:

Pergunta: Qual foi o autor que descreveu ORT – Organização Racional do Trabalho?

Resposta: Frederick Taylor

Procurasse elaborar uma questão como a descrita a seguir:

Pergunta: De que forma a ORT – Organização Racional do Trabalho, proposta por Frederick Taylor no início do século XX pode ser encontrada em linhas de produção ainda no século XXI

Resposta: A ORT propunha a especialização do operário e o reagrupamento de movimentos, operações e trabalhos. Essa situação foi observada no início da indústria automobilística, aperfeiçoada com a

implementação do sistema Toyota de produção com a criação de "células" de trabalho. Essa situação produtiva também pode ser observada em prestação de serviço, como por exemplo nas agências de atendimento bancário.

Com essa avaliação, o professor poderia mensurar a capacidade interpretativa do aluno sobre o conteúdo, bem como a habilidade de transportar uma situação claramente teórica para alguns, para uma situação cotidiana de fácil observação para vários alunos. Alguns poucos alunos poderiam ter tido algum contato com uma linha de produção automotiva, mas vários seguramente já entraram em uma agencia bancária e demandaram algum tipo de atendimento específico, sendo então direcionados para o setor especializado.

Agora observemos a questão abaixo retirada da parte de formação especifica, da avaliação para Administração, aplicada em 2009 no Enade.

> (Questão 12 – ENADE 2009) Carlos Andrade foi nomeado para substituir o antigo presidente do grupo empresarial Xambri. Seu principal desafio será transformar a cultura de uma empresa familiar em uma nova cultura organizacional, fundada em novos valores, como profissionalismo, envolvimento e proatividade. Carlos sabe que essa não será uma tarefa fácil, principalmente em função da resistência dos gerentes e dos funcionários do grupo Xambri, que não estão acostumados com mudanças e participação nas decisões. Uma solução fácil seria demiti-los e contratar outros funcionários, mas Carlos não quer criar um clima tenso na organização. Prefere optar por um caminho que melhore o clima e estimule o envolvimento dos antigos funcionários. **Em qual abordagem teórica da administração Carlos deve se basear para enfrentar esse desafio?**
> A) Clássica.
> B) Comportamental.
> C) Contingencial.
> D) Fundamental.
> E) Sistêmica.

Resposta de acordo com o gabarito oficial, alternativa B.

A Abordagem Comportamental é apresentada dentro da disciplina Teoria Geral da Administração da seguinte forma

> A Abordagem Comportamental – também chamada behaviorista (em função do behaviorismo na psicologia) – marca a mais forte influência das ciências do comportamento na teoria administrativa e a busca de novas soluções democráticas, humanas e flexíveis para os problemas organizacionais. (CHIAVENATO, 2011, p. 302)

Ainda sobre a abordagem Comportamental, podemos apreciar uma definição complementar proposta por Amaru Maximiano

> O enfoque comportamental considera as pessoas em sua totalidade e como parte mais importante das organizações e de seu desempenho. Quando você usa o enfoque comportamental, as pessoas ficam em primeiro plano. **Em segundo**[10], fica o sistema técnico – máquinas, equipamentos, produtos e regras[11]. (MAXIMIANO, 2010, p. 37)

Ao comparar a questão proposta como ideal, e a questão proposta pelo Enade, é possível constatar a consonância dos objetivos de convergir a avaliação proposta pelo professor ao aluno, não apenas na disciplina Teoria Geral da Administração, mas em qualquer outra disciplina presente na grade do curso superior aos critérios de avaliação propostos pelo Enade

O objetivo do Enade é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). (http://portal.inep.gov.br/enade)

Avaliar é mais do que testar a memória, é obter um indicador de sua competência e conhecimento em um determinado assunto, como nos propõe Vasco Moreto.

> O conhecimento não é uma descrição do mundo, mas uma representação que o sujeito faz do mundo que o rodeia em função de suas experiências de interação com ele. Dizemos, então, que todo conhecimento é uma construção individual, resultante das experiências do sujeito cognoscente, em sua interação com o mundo físico e social que o rodeia, isto é, todo conhecimento é uma construção medida pelo social. (MORETTO, 2002, p. 37)

Muitas vezes o que o professor acaba provocando é apenas um processo de memorização, e não um processo de aprendizagem. Por isso ao elaborar suas avaliações, caso elas não procurem despertar e provocar o aluno para a resolução de problemas que podem ser encontrados diariamente no mundo administrativo, seguindo os parâmetros utilizados atualmente pelo Enade as retas avaliativas nunca deixarão de ser paralelas.

A busca do sucesso é fazer a convergência dessas retas avaliativas, fazer que deixem de ser retas paralelas

[10] Grifo do autor
[11] Grifo do autor

e tornem-se retas coincidentes com as propostas pelo Enade por exemplo. Assim todo o trabalho e dedicação, do aluno e do professor, podem ser coroados com resultados significativos, tanto no dia a dia do mundo do trabalho, como em uma avaliação externa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. Avaliações Enade Administração, anos de 2006, 2009, 2012, 2015. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/enade>, acesso em 25 de abril de 2018.

CORTELLA, Mario Sergio. A era da curadoria: O que importa é saber o que importa. Café Filosófico, Rede Cultura. Publicado em 17 de outubro de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9CLXe6nzgq0>, acesso em 20 de abril de 2018).

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral da Administração. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Grade curricular do curso de Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV – EAESP). Disponível em <http://eaesp.fgv.br/grade-corpo-docente/graduacao-administracao-empresas-cgae>, acesso em 28 de abril de 2018.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução a Administração. 7ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

MORAES, Antônio Ermínio de. Educação: pelo amor de Deus. 4ª ed. São Paulo: Gente, 2006.

MORETTO, Vasco Pedro. Prova um momento privilegiado de estudo e não um acerto de contas. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de administradores? Revista de Administração de Empresas. vol.43 no.2, São Paulo Abril/Junho 2003.

Ranking Universitário Folha. Disponível <https://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-cursos/administracao-de-empresas/>. Acesso em: 28 de abril de 2018

RONCA, Paulo A. C e TERZI, Cleide A. A prova operatória, 13ª ed. São Paulo: Edesplan, 1991

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Grade curricular do curso de Administração, Universidade de São Paulo (USP). Disponível em <https://www.fea.usp.br/administracao/graduacao/estrutura-curricular/diurno>, acesso em 28 de abril de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Grade curricular do curso de Administração, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em <http://www.face.ufmg.br/graduacao/administracao/o-curso.html>, acesso em 28 de abril de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Grade curricular do curso de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em <http://www.facc.ufrj.br/joomla/index.php/graduacao/administracao> acesso em 28 de abril de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Grade curricular do curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em <http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=298>, acesso em 28 de abril de 2018.

HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS COM ÁGUA E SABÃO: DA TEORIA À PRÁTICA REALIZADA PELOS ALUNOS DO SEGUNDO TERMO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA FACULDADE GALILEU

LARISSA GODOY DE SOUSA
ÉRIKA SANTOS DE SOUZA
LAURA SILVEIRA DE SOUZA
LIVIA FONTES CAPELLUPPI
SEBASTIANA APARECIDA PEDRO
Aluna do Curso de Enfermagem da Faculdade Galileu

MARIA JUSTINA DALLA BERNARDINA FELIPPE
Graduada em Enfermagem pela Universidade do Sagrado Coração. Especialização em administração hospitalar pela Faculdade São Camilo. Mestrado em Fisiopatologia em Clínica Médica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutora em Doenças Tropicais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. MBA em Auditoria de Serviços de Saúde pelas Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo e Especialização em Acreditação pela Fundação Lucas Machado de Belo Horizonte.
Atualmente é coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Galileu em Botucatu e Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Gran Tietê em Barra Bonita.
E-mail: majudalla@gmail.com

RESUMO

A realização da higienização das mãos no ambiente hospitalar impede a disseminação de doenças, pois as mãos não higienizadas transferem agentes potencialmente contaminantes, tanto por contato direto quanto indireto. É imprescindível que os alunos de Graduação em Enfermagem, no início de sua formação, saibam a importância desse procedimento na prática assistencial. Avaliar o conhecimento adquirido pelos alunos do Segundo Termo de Graduação em Enfermagem relacionado ao Procedimento Operacional Padrão de Higienização das Mãos com Água e Sabão (POP 001) por meio de demonstração prática. Participaram do estudo 26 universitários do Segundo Termo do Curso de Graduação em enfermagem já orientados na disciplina de Introdução ao Exercício Profissional de Enfermagem, ministrada no primeiro termo. Os dados foram coletados a partir da apresentação da técnica de higienização "passo a passo" pelos alunos, analisada pelo observador por meio de uma ficha de avaliação contendo 30 itens, sendo atribuídos valores 0 para itens não realizados corretamente, valor 1 para os parcialmente corretos e 2 para os itens totalmente corretos. Responderam o instrumento, 21 (88,46%) alunos do sexo feminino e 11 (57,69) % atuam em áreas da saúde. A pontuação obtida na técnica de lavagem das mãos variou de 34 (73,91%) a 60 (100%), sendo 20 (76,92%) alunos com valores maiores que 51 (94,44%) acertos. A maior ocorrência de erros aconteceu nas questões 20 (total de 27 pontos), 25 (34 pontos), 24 (37 pontos), 5 (40 pontos), além das 7, 28 (41 pontos) e 30 (43 pontos). As demais questões obtiveram pontuação entre 46 e 52 pontos. Sobre os itens de maiores erros estavam: fatores relacionados ao momento de "abrir e fechar" a torneira, uso do papel toalha, quantidade de sabão a ser colocada nas mãos e sequência correta das fricções. Também o tempo em que realizaram o procedimento foi significativo, expresso pela questão 30. A maioria dos graduandos de enfermagem (76,92%) desenvolveu corretamente a técnica de lavagem das mãos embora tenha apresentado dúvidas sobre questões menos impactantes na execução do procedimento e reforço para realizá-lo corretamente.

SUMMARY

Performing hand hygiene in the hospital environment prevents the spread of disease, as unhygienic hands transfer potentially contaminating agents, either through direct or indirect contact. It is essential that undergraduate Nursing students, at the beginning of their education, know the importance of this procedure in care practice. Objectives: To evaluate the knowledge acquired by students of the Second Undergraduate Nursing Term related to the Standard Operating Procedure for Hand and Water Soap Hygiene (POP 001) through practical demonstration.

Methodology: The study included 26 undergraduate students of the Second Term of the Undergraduate Nursing Course, already oriented in the discipline of Introduction to the Professional Exercise of Nursing, taught in the first term. The data were collected from the presentation of the step-by-step sanitation technique by the students, analyzed by the observer through an evaluation form containing 30 items, being assigned values 0 for items not performed correctly, value 1 for partially correct. and 2 for the totally correct items. Results: The instrument answered, 21 (88.46%) female students and 11 (57.69)% work in health areas. The score obtained in the handwashing technique ranged from 34 (73.91%) to 60 (100%), with 20 (76.92%) students with values higher than 51 (94.44%) correct answers. The highest occurrence of errors occurred in questions 20 (total 27 points), 25 (34 points), 24 (37 points), 5 (40 points), in addition to 7, 28 (41 points) and 30 (43 points). The remaining questions scored between 46 and 52 points. Discussion and Conclusion: The items with the biggest errors were: factors related to the time of "opening and closing" the tap, use of paper towels, amount of soap to be placed in the hands and correct sequence of friction. Also the time they performed the procedure was significant, expressed by question 30. Most nursing undergraduates (76.92%) correctly developed the handwashing technique although they had doubts about less impacting issues in the procedure and reinforcement. to accomplish it correctly.

RESUMEN

Introducción: la higiene de las manos en el entorno hospitalario previene la propagación de la enfermedad, ya que las manos no higiénicas transfieren agentes potencialmente contaminantes, ya sea por contacto directo o indirecto. Es esencial que los estudiantes de pregrado de Enfermería, al comienzo de su educación, conozcan la importancia de este procedimiento en la práctica asistencial. Objetivos: evaluar los conocimientos adquiridos por los estudiantes del segundo período de enfermería de pregrado relacionados con el procedimiento operativo estándar para la higiene de manos y agua con jabón (POP 001) a través de demostraciones prácticas. Metodología: El estudio incluyó a 26 estudiantes de pregrado del Segundo Periodo del Curso de Pregrado de Enfermería, ya orientados en la disciplina de Introducción al Ejercicio Profesional de Enfermería, impartidos en el primer trimestre. Los datos fueron recolectados a partir de la presentación de la técnica de saneamiento paso a paso por los estudiantes, analizados por el observador a través de un formulario de evaluación que contiene 30 ítems, asignándose valores 0 para ítems no realizados correctamente, valor 1 para parcialmente correcto y 2 para los artículos totalmente correctos. Resultados: El instrumento respondió: 21 (88.46%) alumnas y 11 (57.69)% trabajan en áreas de salud. La puntuación obtenida en la técnica de lavado de manos varió de 34 (73.91%) a 60 (100%), con 20 (76.92%) estudiantes con valores superiores a 51 (94.44%) respuestas correctas. La mayor ocurrencia de errores ocurrió en las preguntas 20 (total de 27 puntos), 25 (34 puntos), 24 (37 puntos), 5 (40 puntos), además de 7, 28 (41 puntos) y 30 (43 puntos). Las preguntas restantes obtuvieron entre 46 y 52 puntos. Discusión y conclusión: Los ítems con los mayores errores fueron: factores relacionados con el momento de "abrir y cerrar" el grifo, el uso de toallas de papel, la cantidad de jabón que se colocará en las manos y la secuencia correcta de fricción. Además, el tiempo que realizaron el procedimiento fue significativo, expresado en la pregunta 30. La mayoría de los estudiantes de pregrado en enfermería (76.92%) desarrollaron correctamente la técnica de lavado de manos, aunque tenían dudas sobre los problemas de menor impacto en el procedimiento y el refuerzo. para lograrlo correctamente.

1. INTRODUÇÃO

Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2009) mostram que aproximadamente 234 milhões de pacientes são operados por ano em todo o mundo, e dentre este, um milhão morre em decorrência de infecções hospitalares1.

Comissões de Controle de Infecções Hospitalares (CCIH), normatizadas no Brasil, pela portaria do Ministério da Saúde nº 196, de 1993, abordam controle das infecções hospitalares com o objetivo de oferecer subsídios aos profissionais da área da saúde que garantam o desenvolvimento das atividades voltadas para seus respectivos controles, beneficiando a sociedade através do uso de medidas de proteção e promoção à saúde2.

Durante a assistência prestada ao paciente no ambiente hospitalar, as mãos dos profissionais de saúde representam o principal veículo de transmissão de microrganismos, principalmente aqueles que executam tarefas e atendem sucessivos pacientes ao mesmo tempo. (SOUZA et al, 2013)

A pele é um possível reservatório de diversos microrganismos que podem se transferir de uma superfície para outra, por meio de contato direto (pele com pele), ou indireto, através do contato com objetos e superfícies contaminadas. Por isso, a higienização das mãos não deve ser vista apenas como uma prática opcional, mas encarada como obrigação, fundamental para a garantia da assistência segura2,3.

Conforme Dantas (2009), a resistência dos profissionais da área de saúde em se adaptarem e aderirem à lavagem de mãos antes e após os procedimentos assistenciais, é fator impactante na proliferação de infecções hospitalares4.

É fato constatado que os profissionais envolvidos na assistência à saúde não são conscientes da correta prática da higiene das mãos, cujas taxas de adesão à essa prática, são baixas e de difícil melhora, mesmo com insistentes e adequadas campanhas de incentivo à lavagem das mãos 3,4,5.

A correta Higienização das Mãos impacta, além da adesão, sua correta execução, levando-se em consideração todas as etapas estabelecidas pelo Manual de Higienização das Mãos da ANVISA2. Desse modo, segundo Neves (2006) a não realização ou a realização incorreta traz implicações para o corpo profissional, pacientes e instituições, podendo contribuir para a incidência das infecções hospitalares.

O importante é que todos os profissionais estejam em sintonia com suas atitudes, pois se uma equipe realiza todos os procedimentos de forma correta e outra não o faz, o trabalho que a comissão de controle preconiza não tem valor usual5.

2. OBJETIVOS

Como objetivo, a pesquisa propôs-se a avaliar o conhecimento adquirido em sala de aula, pelos alunos do Segundo Termo de Graduação em Enfermagem relacionado ao Procedimento Operacional Padrão de Higienização das Mãos com Água e Sabão (POP 001), por meio de demonstração prática e a identificar maiores dificuldades relacionadas à prática de Lavagem das Mãos após 5 meses de aulas teóricas e expositivas do procedimento proposto, posicionando-os quanto aos elevados índices de infecção hospitalar causado por práticas indevidas.

3. METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada no mês de setembro de 2018, em que 26 alunos do Curso de Graduação em Enfermagem já orientados na disciplina de Introdução ao Exercício Profissional de Enfermagem, ministrada no primeiro termo, foram submetidos à avaliação do Procedimento Operacional Padrão "POP 001 – Higienização das Mãos com Água e Sabão", constituído de 30 itens padronizados para o procedimento em questão.

A cada item avaliado foi atribuído valor 0 (se o executor o fizesse totalmente errado ou não o fizesse) valor 1 (se o item estivesse parcialmente correto) e valor 2 (se o item estivesse totalmente correto).

Portanto o valor máximo obtido para a realização correta do POP 001 soma 60 pontos.

O instrumento de avaliação foi extraído do "Procedimento Operacional Padrão POP 001 – Higienização das Mãos com Água e Sabão", em que o observador avaliou a técnica proposta, demonstrada pelos 26 alunos em laboratório de Semiologia e Semiotécnica da Faculdade Galileu, conforme técnica descrita por ALBUQUERQUE et al (2010)7.

Após coletados os dados foram organizados e submetidos ao programa Microsoft® Excel 2007 que viabilizou a construção de tabela e gráfico para subsidiar a análise das informações.

4. PARECER ÉTICO

O projeto de elaboração do presente estudo foi enviado à direção da Faculdade Galileu para aprovação do Conselho Mantenedor da Faculdade, conforme técnica descrita não houve necessidade de ser submetido ao Comitê de Ética e Avaliação, conforme Parecer FG 022/2018 de 22 de agosto de 2018.

5. RESULTADOS

Se submeteram ao estudo da avaliação do procedimento de higienização das mãos, 26 alunos do Segundo Termo do Curso de Graduação em Enfermagem e destes, 21 (88,46%) alunos do sexo feminino e 11 (57,69%) atuam em áreas da saúde.

A pontuação obtida na técnica de lavagem das mãos variou de 34 (73,91%) a 60 (100%), sendo que vinte (76,92%) alunos obtiveram valores maiores que 51 (94,44%) pontos.

A maior ocorrência de erros aconteceu nas questões 20 (total de 27 pontos), 25 (34 pontos), 24 (37 pontos), 5 (40 pontos) e as maiores pontuações ocorreram nas questões 7, 28 (41 pontos) e 30 (43 pontos). As demais questões obtiveram pontuação entre 46 e 52 pontos, expressos na figura 1.

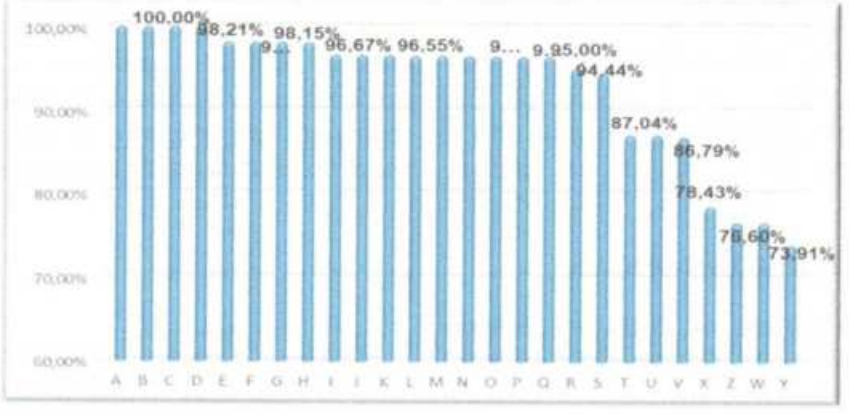


Figura 1: Dados de porcentagem de acertos de cada um dos 26 alunos avaliados.

Sobre os itens de maiores erros estavam os fatores relacionados ao momento de "abrir e fechar" a torneira, uso do papel toalha, quantidade de sabão a ser colocada nas mãos, sequência correta das fricções. Também o tempo em que realizaram o procedimento foi significativo, avaliado na questão 30, variado entre 10 e 30 segundos.

A maioria dos graduandos de enfermagem (76,92%) desenvolveu corretamente a técnica de lavagem das mãos, embora tenham apresentado dúvidas sobre questões menos impactantes na execução do procedimento. A disposição das questões e suas respectivas pontuações estão expressas na figura 2.



Figura 2: Pontuação obtida pelos alunos em cada questão do instrumento.

6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A higienização das mãos é de extrema significância epidemiológica na prevenção das infecções hospitalares, devendo acontecer antes e após o contato com o paciente, entre os procedimentos e ao manusear artigos e equipamentos7,8,9.

O presente estudo mostrou que 76,92% realizaram o procedimento de forma prática e segura, considerando-se os pontos em que detectou-se falhas e a importância da lavagem das mãos na prevenção de infecções hospitalares.

Entretanto, Neves et al. (2006), afirmam que a higienização das mãos mesmo sendo reconhecida pelos profissionais como prática simples e importante na prevenção e controle das infecções associadas à saúde, quando relacionada a prática adequada tem sua eficácia reduzida, sendo necessário a adesão permanente desses profissionais6.

Somente 15,38% dos alunos desenvolveram o procedimento na sua íntegra, e 76,92% obtiveram até 51 pontos na avaliação, acertando de 100 a 94,4% da técnica proposta. Embora vários fatores possam ser incluídos na falta de adesão à higienização das mãos, Bryan e colaboradores apud Santos (2013) sumarizaram, a partir da revisão de 18 estudos, examinando a ligação entre lavagem das mãos e infecções, três recomendações8,10: (1) a lavagem das mãos pode adicionar valor às estratégias de controle de infecções em assistência a pacientes agudos, (2) a higienização das mãos dos pacientes pode favorecer o controle de infecções, e (3) o efeito da lavagem "ideal" das mãos nas taxas de infecção é improvável de ser quantificado. A lavagem das mãos é, sem dúvida, a rotina mais simples, mais eficaz, e de maior importância na prevenção e controle da disseminação de infecções, devendo ser praticada por toda a equipe, sempre ao se iniciar e ao término de cada procedimento realizado ou tarefa executada em ambientes assistenciais9. MACHADO (2001).

Portanto, mesmo que os alunos tenham apresentado dúvidas sobre questões menos impactantes na execução do procedimento, torna-se relevante observar a necessidade de rever a prática e discutir aspectos prioritários ao seu desenvolvimento e conscientizar os alunos sobre a prática correta de Higienização das Mãos em todo período da graduação. Considera-se também, fundamental o aprendizado efetivo e consciente do profissional de enfermagem a fim de capacitá-lo para novos desafios na assistência ao paciente, com qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente em Serviço de Saúde. Higienização das Mãos. Brasília; 2009.

_____. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Higienização das Mãos na Assistência à Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Ministério da Saúde. Brasília; 2017.

SOUZA, E.C.; LUZ, G.M.; SANTOS, I.T.O. et al. IMPORTÂNCIA DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS COMO PROFILAXIA A INFECÇÃO HOSPITALAR PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE. Revista Eletrônica Gestão & Saúde. São Paulo, v.04, nº. 04, 2013. p.1421-1433.

DANTAS et al. Higienização das mãos como profilaxia das infecções hospitalares: Ano 3. N ° 13 Maio/Junho – 2010. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/interscienceplace/article/ viewFile/136 /1 58>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

CAVALCANTI, R.S.; FERREIRA FILHO, S.P.; FORTALEZA, C.M.C.B. Protocolo de Vigilância da Higienização de Mãos da Comissão de Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (CCIRAS). Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, R 03, 2012, 38p.

NEVES et al. Higienização das mãos: O impacto de estratégia de incentivo à adesão entre profissionais de saúde de uma unidade de terapia intensiva neonatal. Rev. Latino-am Enfermagem. v.14, n.4, p.546-552, 2006.

ALBUQUERQUE, S.E.K.; CARDUCCI, A.C.; GOMES, A.E.B.; PAVAN, É.C.P.; FREITAS, E.S. PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO N° 004 – HIGIENE DAS MÃOS COM ÁGUA E SABÃO. Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, R 03, 2010, 3p.

SANTOS, F. M; GONÇALVES, M. S. Lavagem das Mãos no Controle da Infecção Hospitalar: um estudo sobre a execução da técnica. 2009. Disponível em: <http://www.unilestemg.br/enfermagem integrada/artigo /v2/Fernanda_ santos_ e_ Virginia_ goncalves. pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2018.

MACHADO et al. Prevenção da Infecção Hospitalar. Sociedade Brasileira de Infectologia. São Paulo, 2001.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Curso Básico de Controle de Infecção Hospitalar: Manual do Monitor. 2000. Disponível em: http://www.cvs.saude. sp.gov.br/pdf/CIHManual.pdf. Acesso em: 07 de junho de 2018.

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O ENSINO SUPERIOR

The disabled person and higher education

La persona discapacitada y la educación superior

FABIANA FROLINI MARQUES MANGILI
Graduada em Pedagogia pela Faculdades Integradas de Jaú. Pós-graduada em Psicopedagogia. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior. Professora na Faculdade Gran Tietê (Barra Bonita) e Faculdade Galileu (Botucatu).
E-mail: fabianamangili@outlook.com.

RESUMO

O presente artigo aborda a temática de jovens de todas as classes sociais, gêneros e idades portadores de algum tipo de deficiência que chegam à etapa de ensino superior e, por outro lado, instituições que precisam se adequar a este público crescente de estudantes que hoje tem acesso a este nível de ensino. O estudo faz uma análise da legislação vigente, direitos para acesso e permanência do estudante nestas instituições bem como aspectos relacionados ao preparo da instituição em termos de acessibilidade, formação docente, aquisição de recursos necessários, enfrentamento de práticas discriminatórias, além de número de vagas disponíveis suficientes. Trata-se de uma temática recente na História da Educação brasileira e que atende, além da pessoa deficiente, o público alvo com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. A educação inclusiva precisa ser vista como uma modalidade transversal a todas as etapas, níveis e modalidades de educação e ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência. Acessibilidade. Público Alvo. Inclusão. Discriminação.

ABSTRACT

This article deals with the theme of young people from all social classes, genders and ages with some type of disability who reach the higher education stage and, on the other hand, institutions that need to adapt to this growing public of students who today have access to this level of education. The study analyzes current legislation, rights of access and permanence of students in these institutions as well as aspects related to the preparation of the institution in terms of accessibility, teacher training, acquisition of necessary resources, coping with discriminatory practices, and the number of places available. enough. It is a recent theme in the History of Brazilian Education and it serves, besides the disabled person, the target audience with global developmental disorders, high skills and giftedness. Inclusive education needs to be seen as a cross-cutting mode at all stages, levels and modalities of education and teaching.

KEY WORDS: Disability. Accessibility. Target. Audience. Inclusion. Discrimination.

RESUMEN

Este artículo aborda el tema de los jóvenes de todas las clases sociales, géneros y edades con algún tipo de discapacidad que alcanzan la etapa de educación superior y, por otro lado, las instituciones que necesitan adaptarse a este público cada vez mayor de estudiantes que hoy tienen acceso a este nivel de educación. El estudio analiza la legislación vigente, los derechos de acceso y permanencia de los estudiantes en estas instituciones, así como los aspectos relacionados con la preparación de la institución en términos de accesibilidad, capacitación docente, adquisición de los recursos necesarios, hacer frente a prácticas discriminatorias y la cantidad de plazas disponibles. suficiente Es un tema reciente en la Historia de la Educación Brasileña y sirve, además de la persona discapacitada, al público objetivo con trastornos del desarrollo global, altas habilidades y talento. La educación inclusiva debe verse como un modo transversal en todas las etapas, niveles y modalidades de educación y enseñanza.

PALABRAS CLAVE: Discapacidad. Accesibilidad. Audiencia. Objetivo. Inclusión. Discriminación.

1. INTRODUÇÃO

O atendimento às pessoas com deficiência numa educação inclusiva aparece, no Brasil, na década de 90, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial e também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, seguidas por Decretos , Diretrizes e Portarias que regulamentam o acesso ao Ensino Regular de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar práticas discriminatórias e criar caminhos para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate sobre a sociedade contemporânea e sobre o papel da escola na superação da lógica da exclusão.

Os educandos público alvo da educação especial passaram a frequentar escolas regulares de Educação Básica e hoje, passados alguns anos do início desse movimento de Inclusão, uma parcela destes mesmos educandos chegam ao Ensino Superior. As Faculdades e Universidades se deparam com o desafio de proporcionar ensino de igual qualidade a todos os seus alunos, atendendo à diversidade da clientela.

Para que as Instituições de Ensino Superior atendam à atual clientela formada por alunos com deficiência, se fazem necessárias adaptações arquitetônicas, aquisição de recursos multifuncionais e formação continuada de seus professores, além da oferta de matrículas em número suficiente a estes estudantes.

Justifica-se que, a Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A convenção da Guatemala (1999), afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação toda diferenciação ou exclusão que anulem o exercício dos direitos humanos. Esta convenção, que foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, exige que se compreenda a educação especial com uma nova interpretação, onde se promova a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Já a Resolução CNE/CP nº 1/2002, define que as instituições de ensino superior devem formar seus docentes para a atenção à diversidade e especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Aos gestores cabe formação para que garantam o direito de acesso de todos à escola, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Os números indicam a importância de se garantir o acesso e a permanência de alunos da educação especial no ensino superior; o Censo da Educação Superior registra, entre 2003 e 2012 um crescimento de 425% no número de estudantes matriculados nesta etapa de ensino- passou de 5.078 para 26.663 estudantes brasileiros.

Os objetivos, quando pensamos em Educação Inclusiva no Ensino Superior, pensamos em acesso, permanência e aprendizagem efetiva dos

estudantes com Deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação , orientando as Instituições de ensino superior para que garantam:

• Acessibilidade arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, na comunicação e na informação;

• Articulação entre professores das diversas disciplinas;

• Formação de professores para a inclusão escolar;

• Continuidade dos estudos aos alunos com deficiência até a conclusão da formação em nível superior ou níveis mais elevados de ensino;

• Organização de materiais didáticos e pedagógicos que devem ser disponibilizados nos processos seletivos bem como no desenvolvimento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SÉCULO XXI

No início do século atual, a Educação Inclusiva questiona a segregação dos sistemas de ensino, que além de manter número expressivo de alunos com deficiência fora da escola, também mantêm alto número de alunos em escolas especiais.

A Constituição Federal de 1988 torna efetivo o direito de todos à educação e a proposta de um sistema educacional inclusivo passa por um processo de reflexão e prática, que possibilita a efetivação de mudanças conceituais, político e pedagógicas.

A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2006), é ratificada pelo Brasil como emenda constitucional; este documento sistematiza os debates mundiais realizados ao longo da última década do século XX e nos primeiros anos deste século, criando um panorama favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no modelo da inclusão social.

Este tratado internacional altera a visão de deficiência baseado no modelo clínico, em que a condição física, sensorial ou intelectual da pessoa se transformava em obstáculo à vida social, cabendo ao deficiente se adaptar às condições sociais vigentes.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

> Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial ,os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (ONU, 2006).

À sociedade cabe promover condições a fim de possibilitar às pessoas deficientes uma vida de forma independente e com participação plena em todos os aspectos, inclusive o aspecto educacional, que se torna um direito inquestionável. O direito da pessoa com deficiência à educação é confirmado no artigo 24:

> Para efetivar esse direito sem discriminação com base na igualdade de oportunidades, os estados partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. (ONU, 2006).

Com o objetivo de transformar os sistemas educacionais em sistemas inclusivos e desenvolver propostas pedagógicas que assegurem o acesso e a participação de todos os estudantes no ensino regular, são implementadas no país estratégias para disseminar os referenciais de educação inclusiva.

> O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (MEC, 1997, p. 17 e 18).

Tem início, assim, a construção de uma política de educação especial transversal, que percorra desde a educação infantil até a educação superior, repensando-se as práticas educacionais, perfil de estudante, de professor, de currículo e de gestor, bem como condições de infraestrutura das escolas e recursos pedagógicos.

3. O DIREITO DAS PESSOAS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), define a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização; o conceito de atendimento educacional especializado complementar a formação dos estudantes e o público alvo da educação especial constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação:

> Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, à participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (MEC, 2007).

Nos debates educacionais brasileiros, a educação inclusiva passa a ser pauta constante, com relação aos apoios técnicos e financeiros, que proporcionem as condições às redes públicas de ensino de promoverem a igualdade de condições entre todos, com apoio financeiro da União aos sistemas de ensino públicos. Os sistemas de ensino devem garantir a matrícula de todos os estudantes, organizando suas escolas para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC, 2001).



	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de Inclusão	13,0%	16,9%	21,4%	20,1%	24,6%	28,8%	34,4%	41,0%	46,4%	47,0%	54%	60,5%	69%	74,2%	76%

Fonte: MEC/Inep

4. ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A criação do Programa INCLUIR, em 2005, implementado em parceria com a Secretaria de Educação Superior, tem por objetivo tornar as instituições públicas de ensino superior acessíveis, para que as pessoas com deficiência possam participar do ensino ofertado por estas instituições; as Instituições (IES) passaram a apresentar projetos para a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, projetos estes apoiados através de investimentos pelo MEC.

O Programa Observatório da Educação estimula o desenvolvimento de estudos e pesquisas em nível de

pós-graduação, promovendo a formação de mestres e doutores em educação, que tenham como característica a utilização de dados do Censo da Educação Superior, Censo da Educação Básica, o ENEM, o ENADE, o SAEB, a Prova Brasil, O Cadastro Nacional de Docentes e o Cadastro de Instituições e Cursos.

Os projetos podem ter duração de dois a quatro anos e que desenvolvam linhas de pesquisa voltadas à educação; os estudantes de pós-graduação envolvidos nos projetos de pesquisa aprovados recebem bolsas de estudos ; o Observatório da Educação teve editais em 2006, 2008 e 2010.

Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais- Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa, tem por objetivo certificar profissionais em todas as capitais brasileiras, por meio de exames de âmbito nacional. Até o ano de 2010 foram certificados mais de 5.000 profissionais.

Acesso das pessoas com deficiência à educação superior



5. PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2007), definem-se como público alvo da Educação Especial: pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/ superdotação. Conforme conceito formado no âmbito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), considera estudantes com deficiência aqueles com impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual ou sensorial os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação social em igualdade de condições com as demais pessoas, apresentando a seguinte classificação:

Deficiência intelectual – definida por alterações significativas, tanto no desenvolvimento intelectual como na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades práticas, sociais e conceituais;

Deficiência múltipla – definida pela associação de dois ou mais tipos de deficiência (intelectual/visual/auditiva/ física);

Deficiência auditiva – consiste na perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz;

Surdez – perda auditiva acima de 71 dB, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz;

Baixa visão- acuidade entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

Cegueira – acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; ausência total de visão até a perda da percepção luminosa;

Surdo-cegueira – trata-se de deficiência única, caracterizada pela deficiência visual e auditiva concomitante. Essa condição apresenta outras dificuldades além daquelas causadas pela cegueira e pela surdez;

Deficiência física – definida pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia,

amputação ou ausência do membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho das funções e

Transtornos globais do desenvolvimento – prejuízo no desenvolvimento da interação social e da comunicação; pode haver atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem; naqueles que a possuem, pode haver uso estereotipado e repetitivo ou uma linguagem idiossincrática; repertório restrito de interesses e atividades; interesse por rotinas e rituais não funcionais. Manifesta-se antes dos 3 anos de idade. Prejuízo no funcionamento ou atraso em pelo menos uma das três áreas: interação social; linguagem para a comunicação social; jogos simbólicos ou imaginativos.

O Censo escolar/INEP define como estudantes com **Altas habilidades/superdotação** aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Por seu turno, o IBGE coleta a informação sobre a condição de deficiência mental/intelectual, subdivididas em "grande dificuldade", "alguma dificuldade" e "não consegue de modo algum", apresentando a seguinte classificação:

Deficiência mental permanente – Retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se caracteriza por dificuldades ou limitações intelectuais associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, autodeterminação, cuidados com saúde e segurança, aprendizagem, lazer, trabalho etc. Não foram consideradas deficiências mentais perturbações como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose. (MEC, 2007).

6. DO DIREITO À MATRÍCULA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Os sistemas públicos e privados de educação básica e superior devem assegurar a matrícula das pessoas com deficiência, considerando que a educação constitui direito humano (MEC, 2012); para que esse direito se efetive deve ser garantida a matrícula e as condições para a participação e aprendizagem em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

A Constituição Federal de 1988 garante o ensino livre à iniciativa privada, desde que se cumpram as normas gerais da educação nacional, bem como a avaliação de qualidade pelo Poder Público, compreendido que o direito à educação somente se efetiva em um sistema educacional inclusivo. Ao gestor que recusar a matrícula de aluno com qualquer tipo de deficiência será determinada multa de três a vinte salários mínimos (MEC, 2012).

> Cabe aos órgãos competentes pelos respectivos sistemas de ensino e ao Ministério Público a instauração de processo administrativo com vistas ao exame de conduta: Posto que cada ente federativo possui competência para dispor sobre seu próprio processo administrativo, recomenda-se que o processo inicie-se com a denúncia ou representação da infração, seguindo-se a coleta de informações administrativas sobre a instituição de ensino e posterior notificação para apresentação de defesa e indicação de provas, em prazo razoável, seguindo-se uma etapa de diligências eventuais e julgamento por instância administrativa responsável pela supervisão das escolas públicas e privadas, prevendo-se, ainda, uma instância recursal ao menos.(MEC, 2012).

Compete ao Ministério da Educação, juntamente com o Ministério Público Federal, acompanhar os procedimentos relativos à recusa de matrículas nas instituições privadas de educação superior e toda rede federal, a fim de recomendar à Advocacia Geral da União para que proceda à execução da multa, assegurado o processo legal. Dessa forma, fortalece-se o desenvolvimento do sistema educacional inclusivo, garantido o direito de todos à educação.

7. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE PRIVADA

O Decreto nº 3.289/1999 define que os serviços de educação especial serão ofertado nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado ao sistema regular de ensino (BRASIL, 1999).

A Convenção da Guatemala (1999), reafirma que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e liberdades que as demais pessoas, definindo como discriminação:

> (...) toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (BRASIL, 2001).

No que se refere ao direito de acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações, estabelece-se no Decreto Nº 5.692/2004, que:

> Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou Modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso para utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004).

Já conforme disposto no Decreto Nº 6.571/2008:

> Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de Atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado- AEE disponibiliza serviços, recursos e estratégias que eliminem as barreiras para o desenvolvimento da aprendizagem e para a participação na sociedade; atende os alunos público alvo da educação especial, em todas as etapas e modalidades da educação básica. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula, não substituindo a escolarização em classe comum. Esse atendimento complementa a formação dos estudantes visando à autonomia dentro e fora da escola.

Esse atendimento disponibiliza, de acordo com as necessidades específicas dos alunos, o ensino do Sistema Braille, de soroban, da comunicação aumentativa e alternativa, do uso de tecnologia assistiva, da informática acessível, da LIBRAS, além de atividades de enriquecimento curricular que desenvolvam as funções mentais superiores. (BRASIL, 2009).

Aos Estados cabe garantir o acesso dos alunos público alvo da educação especial às escolas regulares e às classes comuns, articulando o ensino regular à educação especial, contemplando a flexibilização do currículo, valorizando o ritmo de cada aluno, avaliando suas habilidades e necessidades e ofertando o AEE, além de promover a participação da família no processo educativo.

Dessa forma, a legislação garante a inclusão aos alunos público alvo da educação especial, nas instituições públicas ou privadas de ensino, as quais devem promover o atendimento de suas necessidades educacionais específicas; desse modo, sempre que o AEE for requerido, as escolas deverão disponibilizá-lo, não cabendo o repasse dos custos desse atendimento às famílias dos alunos.

As instituições de ensino privadas, submetidas às normas da educação nacional, deverão matricular no ensino regular todos os estudantes, independente de sua condição de deficiência, bem como ofertar o AEE, promovendo sua inclusão escolar. (BRASIL, 2009).

> Portanto, não encontra abrigo na legislação a inserção de qualquer cláusula contratual que exima as instituições privadas de ensino, de qualquer nível, etapa ou modalidade, das despesas com a oferta do AEE e demais recursos e serviços de apoio da educação especial. Configura-se descaso deliberado aos direitos dos alunos o não atendimento às suas necessidades específicas e, neste caso, o não cumprimento da legislação deve ser encaminhado ao Ministério Público, bem como ao Conselho de Educação, o qual, como órgão responsável pela autorização de funcionamento dessas escolas, deverá instruir processo de reorientação ou descredenciá-las. (BRASIL, 2009).

Na educação superior, a educação especial se efetiva através de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento de recursos e serviços que promovam a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados desde os processos seletivos e durante todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A avaliação pedagógica considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto suas possibilidades futuras de aprendizagem, numa visão de avaliação processual e formativa que analisa o progresso do aluno em relação a ele mesmo. Aos professores, cabe criar estratégias como ampliação do tempo para realização dos trabalhos bem como o uso da língua de sinais, textos em Braille, uso de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.

Cabe aos sistemas de ensino disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador de estudantes com necessidade de auxílio em atividades de higiene, alimentação, locomoção que exijam auxílio no cotidiano escolar.

O professor, para atuar na educação especial, deve ter na sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área, possibilitando sua atuação no atendimento educacional especializado, bem como podendo atuar nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços e recursos pedagógicos, assegurando a acessibilidade mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, na edificação, incluindo instalações, equipamentos e mobiliários, bem como nos transportes escolares, nas comunicações e informações.

8. METODOLOGIA

A pesquisa para o presente trabalho foi realizada de forma qualitativa, apresentando os resultados através de análises que descrevem a complexidade do problema e a interação das variáveis. O estudo foi desenvolvido a partir de Pesquisa bibliográfica, analisando-se os conceitos de "educação inclusiva", "práticas discriminatórias", "direitos humanos" e as obras que mais contribuíram com o trabalho foram: Brasil (1988, 1990, 1994, 2001, 2004, 2008, 2009), Ministério da Educação e Cultura (1989, 1994, 1996, 1999, 2001, 2006, 2007, 2012) e Organização das Nações Unidas (2006).

9. CONCLUSÃO

Os sistemas de ensino atualmente reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com igualdade de oportunidades, devem assegurar um sistema de educação inclusivo em todos os níveis de ensino, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

As pessoas com deficiência não podem ser excluídas do sistema de educação sob alegação de deficiência, bem como as pessoas com deficiência devem ter acesso ao ensino inclusivo, de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. Este direito refere-se tanto às etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), quanto às modalidades de educação de jovens e adultos e educação profissional, bem como à educação superior.

A partir da concepção de educação inclusiva a escola passa a refletir acerca da pedagogia centrada no desenvolvimento do aluno e não mais na sua condição física, sensorial ou mental.

A Constituição Federal de 1988 define a educação como direito de todos, o ensino fundamental como etapa obrigatória de direito subjetivo, além de garantir o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência. (BRASIL, 1988). Observa-se que cada um desses direitos são distintos e não substitutivos um do outro.

Nessa perspectiva, ter acesso à educação significa o direito à matrícula nas diferentes etapas da educação, inclusive na educação superior para o desenvolvimento da proposta curricular prevista para todos os alunos; ao mesmo tempo significa o direito de matrícula no atendimento educacional especializado-AEE, realizado de forma complementar, em salas de recursos multifuncionais das escolas comuns ou em centros de atendimento educacional especializado, públicos ou privados, sem fins lucrativos. Esse atendimento deve ser inserido no projeto pedagógico da escola onde o aluno está matriculado e independe da idade do aluno. Não substitui a escolarização regular do aluno, mas tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam o acesso e a aprendizagem dos alunos no ensino regular, tais como: ensino de Libras, ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, Braille, orientação e mobilidade, tecnologia assistiva, comunicação alternativa, atividades para o desenvolvimento das funções mentais, entre outras. (ONU, 2006).

O AEE deve complementar a formação dos alunos com deficiência, matriculados na educação básica ou superior da rede regular de ensino; os estudos atuais demonstram a necessidade de uma aprendizagem colaborativa que possibilite a todos os alunos, com ou sem deficiência, da mesma faixa etária, aprender e conviver com as diferenças.

Equivale dizer que crianças, jovens e adultos com deficiência devem ter assegurado o direito de aprender, na série correspondente à sua idade. Os professores da educação básica, em articulação com a educação especial, devem estabelecer estratégias e metodologias que favoreçam a aprendizagem e participação desses alunos no contexto escolar, considerando que os alunos com deficiência continuarão a ter direito ao AEE em qualquer etapa, nível ou modalidade de ensino, considerando as necessidades específicas dos alunos que formam o público alvo da educação especial que, na perspectiva da educação inclusiva, é uma modalidade transversal a todas as etapas, níveis e modalidades de educação e ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL., Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº.7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL., Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL., Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL., Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL., Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL., Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL., Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL., Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala; 2001.

BRASIL., Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais- orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL., IBGE. Censo Demográfico, 2000 Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm. Acesso em:20 de jan.2007.

BRASIL., Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL., Ministério da Educação. Terminalidade Específica. Brasília: MEC/SEESP/DPEE, 23 de fevereiro de 2009.

BRASIL., Ministério da Educação. Implementação da Educação Bilíngue. Brasília: MEC/SECADI/DPEE, 18 de julho de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

O ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO SUPERIOR: TUTELA JURÍDICA E CONSEQUÊNCIAS

The illness of higher education professional: legal protection and consequences

La enfermedad de los profesionales de educación superior: atención jurídica y consecuencias

RODRIGO CHAVARI DE ARRUDA
Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru - Instituição Toledo de Ensino. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Instituição Toledo de Ensino - Bauru. MBA em Administração Pública pela Uninove - Botucatu. Especialista em Docência dos Ensinos Técnico e Superior pela Égia Pós-Graduação - Bauru. Mestre em Direito pela Instituição Toledo de Ensino - Bauru. Mestrando em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp.
E-mail: rodrigochavari_adv@yahoo.com.br.

RESUMO

O adoecimento profissional é um grave problema de saúde pública no Brasil. Quanto aos profissionais do ensino superior, o adoecimento está muito presente. A correria da vida moderna já é geradora de adoecimento para qualquer trabalhador. O estresse, a cobrança por metas e resultados, o assédio moral e outros fatores são geradores de transtornos mentais e adoecimentos. Dentre os profissionais do ensino superior, esses fatores ainda se somam ao novo perfil dos estudantes brasileiros, em que a educação tradicional concorre com os "smartphones" e o mundo virtual. Assim, é preciso que esses profissionais conheçam seus direitos, principalmente no que tange à tutela jurídica do adoecimento, visando não só a indenização, como também a prevenção de doenças e afastamentos.

Palavras-chave: Adoecimento, profissionais do ensino superior, educação, afastamento, prevenção.

SUMMARY

Occupational illness is a serious public health problem in Brazil. As for higher education professionals, the disease is very present. The rush of modern life is already generating illness for any worker. Stress, demands for goals and results, bullying and other factors generate mental disorders and illness. Among higher education professionals, these factors still add to the new profile of Brazilian students, in which traditional education competes with "smartphones" and the virtual world. Thus, it is necessary that these professionals know their rights, especially with regard to the legal protection of the disease, seeking not only compensation, but also the prevention of illness and sick leave.

Key-words: Illness. Higher education professionals. Education. Removal, prevention.

RESUMEN

La enfermedad profesional es un grave problema de salud pública en Brasil. En cuanto a los profesionales de la educación superior, la enfermedad está muy presente. La fiebre de la vida moderna ya está generando enfermedades para cualquier trabajador. El estrés, las demandas de objetivos y resultados, la intimidación y otros factores generan trastornos mentales y enfermedades. Entre los profesionales de la educación superior, estos

factores aún se suman al nuevo perfil de los estudiantes brasileños, en el que la educación tradicional compite con los "smartphones" y el mundo virtual. Por lo tanto, es necesario que estos profesionales conozcan sus derechos, especialmente con respecto a la protección legal de la enfermedad, buscando no solo compensación, sino también la prevención de enfermedades y licencias por enfermedad.

Palabras-Clave: Enfermedad. Profesionales de educación superior. Educación. Remoción. Prevención.

1. INTRODUÇÃO

São muitos os profissionais que trabalham na área do ensino superior. Professores, pedagogos, psicólogos, coordenadores, diretores, etc. Todos têm sua parcela de importância na formação do aprendizado e do caráter do ser humano.

Contudo, o índice de adoecimento desses profissionais é muito alto. Apesar de não serem vítimas de acidentes de trabalho propriamente ditos, a quantidade de doenças profissionais a que eles estão sujeitos é bem superior que a média dos demais profissionais.

A correria da vida moderna já é geradora de adoecimento para qualquer trabalhador. O estresse, a cobrança por metas e resultados, o assédio moral e outros fatores são geradores de transtornos mentais e adoecimentos.

Dentre os profissionais do ensino superior, esses fatores ainda se somam ao novo perfil dos estudantes brasileiros, em que a educação tradicional concorre com os "smartphones" e o mundo virtual.

Os professores necessitam de muita habilidade para atrair a atenção de alunos desatentos e conectados o tempo todo à internet, sem prejudicar o conteúdo programático e o aprendizado deles.

Assim, a quais doenças estão expostos os profissionais do ensino superior? Quais são as causas desse adoecimento? Quais são as repercussões jurídicas do adoecimento desses profissionais? Eles estão sujeitos a afastamentos? Eles podem ter direito a indenizações? Em caso positivo, quais?

Respondendo a estas questões, objetiva-se contribuir para a comunidade científica, visando orientar os profissionais acerca de seus direitos, bem como, visando a prevenção do adoecimento.

2. ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇA LABORAL

Acidente de trabalho e doença laboral são eventos anormais que acometem o trabalhador, e geralmente estão ligados às condições presentes no meio ambiente de trabalho.

O acidente de trabalho e a doença laboral estão ligados à saúde e segurança do trabalho. Flávio de Oliveira Nunes diferencia segurança no trabalho e saúde ocupacional:

> 1. Segurança no Trabalho
> É um conjunto de medidas que deve ser adotado pelas empresas de forma integrada para eliminar ou neutralizar os riscos existentes no ambiente de trabalho, com a finalidade de preservar a integridade física e a saúde dos trabalhadores.
> 2. Saúde Ocupacional
> É um conjunto de procedimentos que deve ser adotado pelas empresas, respeitando princípios éticos, morais e técnicos, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto de seus trabalhadores. Pode-se entender ainda como sendo a ausência, entre os trabalhadores, de desvios de saúde causados pelas condições de vida no ambiente de trabalho. (NUNES, 2016, p. 13)

Francisco Ferreira Jorge Neto e Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante colocam a saúde do trabalho como verdadeiro direito humano:

> A saúde e a incolumidade física do trabalho são fatores integrantes do próprio direito à vida. A vida humana possui um valor inestimável e deve ser protegida através de todos os meios. A medicina e segurança do trabalho é uma matéria de grande valia, como instrumental técnico-jurídico, a valorizar e dignificar a vida humana, além do patrimônio jurídico do trabalhador, o qual é representado pela sua força de trabalho. (JORGE NETO; CAVALTANTE, 2004, p. 795)

O regramento do acidente de trabalho vem disciplinado nos artigos 19 a 21 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

O artigo 19 da aludida Lei conceitua o acidente de trabalho:

> Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico

> ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (BRASIL, 2017)

O acidente de trabalho se distingue da doença laboral, mas juridicamente são totalmente equiparados.

O acidente de trabalho é o evento traumático no ambiente de trabalho ou em decorrência deste, causador de danos perceptíveis. Assim, por exemplo, a queda de um andaime, a lesão no braço por uma serra, a queda de uma escada, etc.

> O acidente de trabalho é decorrente do exercício do trabalho. A lesão é decorrente do acidente, à qual leva à ocorrência de uma incapacidade total ou permanente. O nexo de causa e efeito é tríplice. Quando o acidente ocorre em função do trabalho, havendo a lesão e a incapacidade do obreiro para o trabalho, seja de cunho temporário ou definitivo, temos o que se intitula de causalidade direta. (...) O acidente de trabalho típico ocorre de forma repentina, ou seja, em um determinado momento o trabalhador está apto para o trabalho, porém, na sequencia, está incapacitado. A doença do trabalho, ao contrário, ocorre de forma paulatina, ao longo do tempo, ensejando a perda da capacidade laborativa. A cobertura securitária se faz através da equiparação legal. (JORGE NETO; CAVALTANTE, 2004, p. 796-798)

Já a doença laboral é mais difícil de ser notada, pois as lesões vão acometendo o trabalhador durante o passar o tempo, em um processo danoso e silencioso. A Lei nº 8.213/1991 define esse tipo de doença como "entidades mórbidas", subdividindo-as em doença profissional e doença do trabalho:

> Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:
> I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
> II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.
> § 1º Não são consideradas como doença do trabalho:
> a) a doença degenerativa;
> b) a inerente a grupo etário;
> c) a que não produza incapacidade laborativa;
> d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho. (BRASIL, 2017)

Assim, o artigo 20 define a doença profissional como aquela relacionada ao exercício do trabalho. Portanto, o próprio exercício da profissão é gerador de adoecimento. O ambiente laboral, em si, não possui condições nocivas para o trabalho, mas o exercício inadequado deste provoca a lesão. É o que ocorre, por exemplo, com as lesões por esforços repetitivos e as depressões ocasionadas por assédio moral. Note-se que o trabalho, em si, não é adoecedor, mas a situação em que é exercido acaba levando ao adoecimento.

Já a doença do trabalho é provocada por condições especiais em que o trabalho é realizado, ou seja, o ambiente laboral possui condições nocivas, que, se não atenuadas, provocam adoecimento. É o que ocorre, por exemplo, em ambientes insalubres ou perigosos. A presença desses agentes nocivos adoece o trabalhador, caso não atenuados por equipamentos de proteção individual ou coletiva fornecidos pelo empregador.

> A Convenção n. 148 da OIT dispõe sobre o meio ambiente de trabalho (contaminação do ar, ruído e vibrações) e se aplica a todas as categorias, sendo facultado ao Estado-parte, na sua ratificação, excluir uma delas. A utilização de procedimentos, substâncias ou materiais que exponham os trabalhadores a esses riscos deverá ser comunicada à autoridade competente, que poderá autorizá-las com cautela ou proibi-las, fixando limites de exposição. O estado de saúde dos trabalhadores, nesses locais, deverá ser objeto de uma vigilância médica gratuita com intervalos apropriados e exame médico prévio e periódico. (BARROS, 2005, p. 1009)

Note-se que o legislador teve o cuidado de afastar da proteção legal as doenças previstas no § 1º do artigo 20, a fim de não responsabilizar o empregador por situações não conexas com o ambiente laboral.

O artigo 21 da mesma Lei ainda traz situações que não configuram acidente de trabalho, porém, são equiparadas a eles para todas as repercussões jurídicas:

> Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:
> I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
> II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:
> a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
> b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;
> c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;
> d) ato de pessoa privada do uso da razão;
> e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos

> ou decorrentes de força maior;
> III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;
> IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:
> a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;
> b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
> c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;
> d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado. (BRASIL, 2017)

Flávio de Oliveira Nunes, comentando os fatores relacionados com o acidente de trabalho, segundo o Guia de Análise de Acidentes de Trabalho, define:

> 1. Imediatos: São aqueles diretamente relacionados com o acidente de trabalho ou evento adverso. Ex.: falta de proteção da zona de risco de uma máquina.
> 2. Subjacentes: São fatores menos evidentes, mas necessários para a ocorrência de um acidente de trabalho, normalmente relacionados com a gestão de SST da empresa. Ex.: excesso de jornada, exigência de elevada produção.
> 3. Latentes: Fatores relacionados com o planejamento, a organização e a gestão da empresa. São condições previamente estabelecidas pela empresa que possibilitam o surgimento dos fatores subjacentes e imediatos para a ocorrência de um acidente de trabalho. Ex.: aquisição de máquina sem consulta prévia ao profissional responsável pela gestão de SST da empresa. (NUNES, 2016, p. 13-14)

René Amalberti, abordando a gestão da segurança organizacional, acrescenta:

> No fim, o ajuste final das prioridades internas da empresa navega forçosamente em um espaço de compromisso limitado:
> - de um lado pela preocupação em reduzir a exposição aos riscos;
> - de outro lado, pela preocupação em aceitar a exposição ao risco pelos benefícios secundários considerados superiores. (AMALBERTI, 2016, p. 151)

Muito embora sujeitos a todos os tipos de acidentes de trabalho e doenças laborais, os profissionais do ensino superior estão mais sujeitos a desenvolverem doenças profissionais, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 8.213/1991.

3. TUTELA JURÍDICA DAS DOENÇAS PROFISSIONAIS

A primeira repercussão jurídica da doença profissional, constatado o seu diagnóstico, é a abertura da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT. Ocorre que os empregadores frequentemente se negam a abrir a CAT diante de doenças profissionais, visto não terem certeza que a lesão originou-se no ambiente laboral, bem como, a fim de evitar qualquer responsabilização futura.

Atento a isso, o legislador permitiu que o próprio trabalhador, o sindicato de sua categoria profissional, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública abra a CAT, em caso de negativa da empresa:

> Art. 22. A empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.
> § 1º Da comunicação a que se refere este artigo receberão cópia fiel o acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria.
> § 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo.
> § 3º A comunicação a que se refere o § 2º não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento do disposto neste artigo.
> § 4º Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.
> § 5º A multa de que trata este artigo não se aplica na hipótese do caput do art. 21-A. (BRASIL, 2017)

Aberta a CAT, o trabalhador se afasta do trabalho, sendo os primeiros 15 dias a cargo da empresa. Após 15 dias, o trabalhador passa a usufruir auxílio-doença perante a Previdência Social:

> Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu

trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
Parágrafo único. Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.
§ 1º Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento.
§ 3º Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral. (BRASIL, 2017)

A segunda repercussão é a estabilidade provisória, assegurada pelo artigo 118 da Lei nº 8.213/1991:

> Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente. (BRASIL, 2017)

Assim, constatada a doença profissional, o trabalhador tem garantida a estabilidade no emprego pelo prazo mínimo de 12 meses após a cessação do auxílio-doença, não podendo ser dispensado imotivadamente. Caso tal ocorra, o empregado demitido poderá ingressar com uma reclamação trabalhista perante a Justiça Especializada do Trabalho, competente para esse tipo de demanda, e pleitear a sua reintegração ao cargo, ou uma indenização substitutiva relativa a 12 meses de salário.

A terceira repercussão são as indenizações previstas na legislação civil.

> A doença profissional representa um ato ilícito indenizável de acordo com a Lei civil. O ato ilícito é definido pelo artigo 186 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), como sendo "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral" (BRASIL, 2017)

A reparação civil da doença profissional se pauta pelos artigos 949 e 950 do mesmo Código:

> Art. 949. No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.
> Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.
> Parágrafo único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez. (BRASIL, 2017)

Assim, a primeira reparação que a empresa deverá arcar em caso de doença profissional é a indenização do trabalhador de todos os prejuízos advindos em razão da doença, como medicamentos, consultas médicas, próteses, etc.

Além disso, se houver uma diminuição da capacidade laborativa constatada em perícia médica devido à doença, o obreiro ainda terá direito a uma pensão mensal, a cargo da empresa, no percentual da diminuição da sua capacidade laborativa, devendo ser paga até a possível data em que o trabalhador permaneceria economicamente ativo. Hoje, essa pensão vem sendo deferida até os 75 anos de idade pelos tribunais.

E ainda poderá haver uma indenização pelos prejuízos morais advindos ao empregado, no caso de a doença causar uma situação vexatória ao mesmo. É o caso, por exemplo, de uma lesão por esforços repetitivos que cause uma deformidade permanente ao obreiro, impedindo que volte ao convívio social normal.

> A ocorrência de dano, em havendo culpa ou dolo do empregador, em caso de acidente em sentido amplo, faz surgir a obrigação de reparar os prejuízos havidos para o empregado e seus dependentes, independente da percepção das prestações advindas da Previdência Social. Porém, como a indenização coberta pelo seguro social é tarifada, sendo que nem sempre cobre os prejuízos havidos pelo trabalhador, é que se justifica o fator da responsabilidade civil do empregador. (JORGE NETO; CAVALTANTE, 2004, p. 811)

Em caso de negativa da empresa em arcar com estas indenizações, o trabalhador deverá ingressar com uma reclamação trabalhista junto à Justiça Especializada do Trabalho, visando a condenação judicial da empresa.

Já em caso de negativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em deferir ou prolongar o auxílio-doença, o empregado deverá se socorrer de uma ação judicial junto à Justiça Comum Federal, caso não esteja em condições de se reapresentar ao trabalho.

4. ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO SUPERIOR

Os profissionais que atuam na área de educação estão expostos aos mais variados fatores geradores de doenças profissionais.

> Para a Organização Mundial da Saúde – OMS, saúde "é o completo bem-estar psíquico, mental e social do indivíduo". Alguns autores criticam o conceito indagando quando foi a última vez que você se sentiu assim? Afirmam que o completo bem-estar é difícil na nossa forma de vida. (BARROS, 2005, p. 1006)

Especificamente em relação aos professores, é alto o índice de adoecimento, por diversos fatores.

Inicialmente, é fato que muitos professores desempenham mais de um contrato de trabalho simultaneamente, devido à necessidade financeira. Geralmente os professores de ensino fundamental, médio e técnico prestam serviços em uma instituição de ensino no período da manhã e outra à tarde. Às vezes, prestam serviços nos três períodos do dia.

Já com relação aos professores do ensino superior, geralmente trabalham em suas respectivas profissões de formação durante o dia, e ministram aulas no período noturno e aos sábados.

O excesso de jornada provoca sérias consequências na vida pessoal do professor. A fim de preparar aulas e corrigir trabalhos e provas, fora do horário da jornada habitual, o que é altamente necessário para o correto exercício da profissão, o professor acaba sacrificando o seu horário de lazer com a família, aos finais de semana e feriados.

Isso provoca fadiga, cansaço, estresse e falta de concentração, que por si só provocam adoecimento.

> Ao mesmo tempo, aproximadamente, em que a indústria se aplicava em "melhorar o fator humano" e em utilizar recursos de tecnologia para aumentar a segurança (automatização aumentada de processos técnicos, controles informatizados), esforços crescentes de produtividade, de rentabilidade e de lucratividade foram empreendidos e realizados. Não há absolutamente necessidade de explicitar essa constatação, gritante em nossos dias: a globalização, a pressão da concorrência, a luta ferrenha pela conquista de fatias de mercado estão na origem desses esforços. Elas se traduzem por fatos objetivos, quantificáveis ou mensuráveis: a diminuição dos efetivos e dos orçamentos para o funcionamento e a manutenção em numerosas empresas. Em consequência disso, houve um aumento da carga de trabalho para muitos empregados, tanto mais que a diversificação se tornou uma palavra de ordem determinante, que se traduz muitas vezes pela polivalência, pelo tempo dividido entre muitos projetos. (LLORY; MONTMAYEUL, 2014, p. 11-12)

Além disso, os professores, principalmente do ensino superior, estão sendo cobrados por metas, no sentido de obriga-los a publicar artigos em revistas e congressos, a fim de que a instituição de ensino possa ser melhor conceituada junto ao Ministério da Educação. Sabe-se a exigência de metas além do razoável configura-se em assédio moral.

Claro que todo professor deve enveredar esforços para publicar artigos e trabalhos, afinal, a pesquisa científica também faz parte de suas atribuições enquanto docente. Contudo, sabe-se que tal publicação nem sempre é fácil, sendo que muitas revistas científicas são extremamente exigentes, e até se negam a publicar um artigo que vai de encontro com a sua posição editorial.

> A complexidade da prática docente explicitada nesta e em outras pesquisas denuncia uma experiência de trabalho que tem muitas implicações sobre a saúde dessa classe de trabalhadores, com o agravante de estarem submetidos a um processo avaliativo com base na produtividade desenfreada e ainda pouco discutida frente aos órgãos avaliativos e de fomento. Muitos aspectos dessa prática, que invade a vida privada, como a sobrecarga de trabalho e suas implicações sobre o tempo, a falta de suporte e as múltiplas responsabilidades, foram revelados como fatores promotores de estresse, ansiedade e, muitas vezes, adoecimento. Esses aspectos são corroborados pela literatura.
>
> Muitos estressores presentes no cotidiano dos docentes podem, em sua maioria, ser fomentados e sedimentados por políticas que têm negligenciado condições importantes à saúde dos professores. Uma escuta ativa por parte das instituições de ensino pode favorecer a realização de ações preventivas ou assistenciais capazes de diminuir ou mesmo eliminar a tensão ocupacional. Estudos sobre a prática docente e seu impacto sobre a saúde dos professores permitem uma maior compreensão sobre a precarização do trabalho docente ao longo do tempo e evidenciam a necessidade de maior atenção às condições do trabalho, à gestão e ao estabelecimento de políticas que estejam mais implicadas na qualidade da educação e da proteção à saúde física e mental dos seus profissionais. (ABREU; COELHO; RIBEIRO, 2016, p. 481-482)

Além disso, uma pesquisa científica de qualidade exige tempo, que, como já explanado, o professor não possui, pois precisa ministrar o máximo possível de aulas, a fim de garantir estabilidade financeira. Sendo

que nada disso é levado em consideração pela maioria das instituições de ensino superior.

A própria tarefa de ministrar aulas nos dias de hoje se mostra um desafio ao professor, posto que lida com um novo perfil de aluno, em que prevalece a falta de respeito para com o profissional e o uso indiscriminado de "smartphones" e da internet em plena aula.

Muitos estudantes, inclusive, enxergam a instituição de ensino como um mero prestador de serviços, adotando a conduta do "eu pago, faça o que eu mando".

Essa conduta gera estresse e desestímulo ao docente, levando ao adoecimento mental.

Já com relação aos coordenadores de curso, o adoecimento também é frequente. Trata-se de uma função extremamente difícil, pois o coordenador é o elo de ligação entre o aluno, o professor e o diretor. Assim, o coordenador deve demonstrar muita habilidade para encontrar a melhor forma de convivência entre eles, lembrando que está diante de um novo perfil de estudante, como acima mencionado.

Da diretoria, o coordenador já tem uma grande pressão, no sentido de tornar o curso o mais agradável possível aos alunos, a fim de evitar a evasão, e, ao mesmo tempo, que tenha uma boa avaliação junto ao ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Se a pressão é muito elevada, sob ameaça de demissão, por exemplo, pode se configurar em assédio moral.

Dos professores, o coordenador precisa resolver problemas de convivência, ausências repentinas, advertências, reclamações, etc.

Dos alunos, o coordenador precisa resolver reclamações dos professores, pedidos de readaptação em disciplinas, ausências justificadas, remarcações de prova, etc.

Enfim, a tarefa do coordenador é extremamente estressante, geradora de muitas doenças profissionais.

Com relação ao diretor, também é alto o nível de adoecimento.

É de responsabilidade do diretor efetuar o pagamento dos salários e todas as despesas da instituição, adquirir os materiais que ela necessita, realizar a atribuição das aulas aos professores, contratar e demitir professores e funcionários, atender as determinações da instituição mantenedora, etc.

Evidente que diante de uma crise financeira ou um grave problema, tudo o que foi planejado pelo diretor pode não dar certo, levando a preocupações, estresse e adoecimento.

E no que tange aos demais profissionais ligados à educação superior, o adoecimento se dá pela difícil relação com os alunos, que hoje ocupam um novo perfil, como já dito. Além disso, há um menosprezo por estas profissões, muito embora extremamente importantes para o processo educacional.

Enfim, a atual realidade escolar demanda um alto nível de habilidade e paciência dos profissionais de educação, caso contrário, estão fadados ao adoecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente trabalho, chega-se à inegável conclusão que o profissional do ensino superior, hoje, lida com um novo perfil de estudante, que não respeita o profissional e a empresa, principalmente sendo instituição privada de ensino.

O uso indiscriminado de "smartphones" e da internet e a conduta dos estudantes do "eu pago, faça o que eu mando", demanda muita paciência e habilidade desses profissionais.

Além disso, são muitos os fatores geradores de doenças profissionais, como o estresse, excesso de serviço, metas, assédio moral, etc.

> Este estudo argumenta sobre a necessidade de realização de novas investigações destinadas a avaliar, mais detidamente, os problemas aqui avaliados de forma exploratória. É através da visualização dessas situações que podemos pensar em medidas que minimizem os problemas enfrentados pelos professores. A prevenção de doenças em professores não é uma tarefa solitária deste, mas exige uma ação coletiva. As reflexões e ações geradas devem visar a busca de alternativas para possíveis modificações, não só na esfera microssocial de seu trabalho e de suas relações interpessoais, mas também no âmbito macro-organizacional que determinam aspectos constituintes da cultura organizacional e social. (LIMA; LIMA FILHO, 2009, p. 79)

É preciso que a comunidade científica se manifeste sobre o assunto, visando a prevenção dessas danosas doenças, caso contrário, os índices de adoecimento, afastamentos e indenizações tendem a aumentar.

Sendo vítima da doença, o profissional deve procurar imediatamente afastamento e tratamento médico, a fim de que os danosos efeitos não se intensifiquem, levando, inclusive, a ideações suicidas.

É preciso que as instituições respeitem os direitos dos profissionais, realizando os devidos afastamentos e custeando os devidos tratamentos, sob pena de socorrerem-se do Poder Judiciário, a fim de receberem as indenizações pertinentes.

> Um primeiro fio condutor é que o saber dos professores deve ser compreendido em íntima relação com o trabalho deles na escola e na sala de aula. Noutras palavras, embora os professores utilizem diferentes saberes, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das situações, condicionamentos e recursos ligados a esse trabalho. Em suma, o saber está a serviço do trabalho. Isso significa que as relações dos professores com os saberes nunca são relações estritamente cognitivas: são relações mediadas pelo trabalho que lhes fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas. (TARDIF, 2010, p. 16-17)

Enfim, o adoecimento mental pode parecer algo sem importância para a maioria dos profissionais, porém, somente aquele que já passou por este transtorno é capaz de dizer os graves e danosos efeitos que ele produz. A prevenção, assim, ainda é o melhor caminho a fim de evitar afastamentos e prejuízos, tanto para a empresa como para o trabalhador.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Angélica Godinho Mendes de; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; RIBEIRO, Jorge Luiz Lordelo de Sales. Percepção de professores universitários sobre as repercussões do seu trabalho na própria saúde. Revista RBPG, Brasília, vol. 13, n. 31, p. 465-486, mai./ago. 2016.

ALMEIDA, Ildeberto Muniz de; VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Modelo de análise e prevenção de acidente de trabalho. Piracicaba: CEREST, 2010.

AMALBERTI, René. Gestão da segurança: teorias e práticas sobre as decisões e soluções de compromisso necessárias. Botucatu: FMB-UNESP, 2016.

ANNONI, Danielle. O direito humano de acesso à justiça no Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. Estudos Avançados, 28 (81), 2014.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BAKER, Edward L.; HONCHAR, Patricia A.; FINE, Lawrence J. Surveillance in occupational illness and injury: concepts e content. Suplement AJPH. vol. 79, 1989.

BARCELOS, C.; QUITÉRIO, LAD. Vigilância ambiental em saúde e sua implantação no Sistema Único de Saúde. Rev Saúde Pública, 2006, v. 40, n. 1, p. 170-7.

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2005.

BERNARDINO, Débora Cristina de Almeida Mariano; ANDRADE, Marilda. O trabalho informal e as repercussões para a saúde do trabalhador: uma revisão integrativa. Revista de Enfermagem Referência, série IV, n. 7, p. 149-158, out./nov./dez. 2015.

BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. 4. ed. Bauru: Edipro, 2008.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. Psicologia & Sociedade, p. 103-111, 2007.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRASIL. Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 25 ago. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRASIL. Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em: 23 jul. 2017.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planato.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/L13467.htm. Acesso em: 23 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda do Brasil. Secretaria de Previdência. Adoecimento mental e trabalho: a concessão de

benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016. Brasília: Ministério da Fazenda do Brasil, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Análise de acidentes do trabalho fatais no Rio Grande do Sul. SEGUR, 2008.

BUOSO, Eduardo; VAROLLA, J. Antenor; PINTO FILHO, Francisco. Manual de segurança e saúde do trabalhador em máquinas de papel e papelão em Piracicaba. Rio das Pedras: Riopedrense, 2017.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 28. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

CASSAR, Vólia Bomfim. Comentários à reforma trabalhista. São Paulo: Método, 2017.

CECCON, Roger Flores; MENEGUEL, Stela Nazareth; TAVARES, Juliana Petri; LAUTERT, Liana. Suicídio e trabalho em metrópoles brasileiras: um estudo ecológico. Ciência & Saúde Coletiva, p. 2225-2234, 2014.

DANIELLOU, François; SIMARD, Marcel; BOISSIÈRES, Ivan. Les cahiers de la sécurité industrielle. Foncsi, 2013.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 13. ed. São Paulo: LTR, 2014.

DIAS, Ana Valéria C.; LIMA, Francisco de P. A. Work organization and occupational health in contemporary capitalism. Frontiers in Occupational Health and Safety, 2014, vol 1, 3-31.

DIAS, Maria Dionísia do Amaral. Jovens trabalhadoras e o sofrimento ético-político. Psicologia & Sociedade, p. 93-102, 2014.

DRUCK, Graça. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. Trabalho, educação e saúde. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, 2016, p. 15-43.

ESPANHA. Ministerio de Economía y Competitividad. Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad. Instituto de Salud Carlos III. Red Nacional de Vigilancia Epidemiológica. Salud mental e salud pública en España: Vigilancia Epidemiológica. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2018.

FAVOREU, Louis. As cortes constitucionais. São Paulo: Landy Editora, 2004.

FERNANDES, Anníbal. Os acidentes do trabalho: do sacrifício do trabalho à prevenção e à reparação. 2. ed. rev. São Paulo: LTR, 2003.

GENNARI, Adilson; ALBUQUERQUE, Cristina. Globalização e reconfigurações do mercado de trabalho em Portugal e no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 27, n. 79, jun. 2012, p. 65-79.

GUIMARÃES, José Maria Ximenes; JORGE, Maria Salete Bessa; ASSIS, Marluce Maria Araújo. (In)satisfação com o trabalho em saúde mental: um estudo em Centros de Atenção Psicossocial. Ciência & Saúde Coletiva, p. 2145-2154, 2011.

HILASKI, Harvey J. Understanding statistics on occupational illnesses. Monthly Labor Review, mar. 1981.

HOEPPNER, Marcos Garcia (org.). Normas regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho. São Paulo: Ícone, 2003.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. Psicologia & Sociedade, p. 97-116, jan./jun. 2003.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Manual de direito do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

KAFKA, Franz. O processo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LEITE, Marcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. Trabalho, educação e saúde, 2(1), 2004, p. 239-265.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; LIMA FILHO, Dario de Oliveira. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. Ciência & Cognição, vol 14 (3), 2009, p. 62-82.

LLORY, Michel; MONTMAYEUL, René. O acidente e a organização. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. O conteúdo jurídico do princípio da igualdade. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MONTEIRO, Antonio Lopes. Acidente do trabalho e doença ocupacional. São Paulo: Saraiva, 1998.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 18. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

NOGUEIRA, Sandro D'Amato. Meio ambiente do trabalho: o princípio da prevenção na vigilância e na saúde ambiental. São Paulo: LTR, 2008.

NUNES, Flávio de Oliveira. Segurança e saúde no trabalho: esquematizada. 3. ed. rev. e ref. São Paulo: Método, 2016.

NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. Remédios constitucionais. São Paulo: Premier, 2008.

OLIVEIRA, José de. Acidentes do trabalho: teoria, prática, jurisprudência. 3 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.

PAPARELLI, Renata; SATO, Leny; OLIVEIRA, Fábio de. A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo, p. 118-127, 2011.

PEDROTTI, Irineu Antonio. Acidentes do trabalho. 3 ed. atual. e ampl. São Paulo: LEUD, 1998.

PORTO, MF.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. Ciênc. saúde coletiva, 2009; 14 (6): 1983-1994.

RAMMINGER, Tatiana. A saúde mental do trabalhador em saúde mental: um estudo com trabalhadores de um hospital psiquiátrico. Boletim da Saúde, v. 16, n. 1, p. 111-124, 2002.

RIBEIRO, H. Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. Saúde Soc., v.13, n.1, p.70-80, 2006.

RIGOTTO, RM.; AUGUSTO LGS. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. Cad. Saúde Pública, 2007; 23 Sup (4): 5475-5501.

SALEM NETO, José. Acidentes do trabalho: doutrina e prática. Bauru: Jalovi, 1977.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Desemprego e desgaste mental: desafio às políticas públicas e aos sindicatos. Revista Ciências do Trabalho, n. 4, p. 89-109, jun. 2015.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Comentários à reforma trabalhista. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. Instituições de direito do trabalho. 18. ed. São Paulo: LTR, 1999.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TORRES, Cibele Almeida; PAULA, Paulo Henrique Alexandre de; FERREIRA, Adriana Gomes Nogueira; PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa. Adolescência e trabalho: significados, dificuldades e repercussões na saúde. Interface, vol. 14, n. 35, p. 839-850, out./dez. 2010.

TORSTORELLO, Jayme Aparecido. Acidentes do trabalho: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

VENCO, Selma. Centrais de atendimento: a fábrica do século XIX nos serviços do século XXI. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 31 (114): 7-18, 2006.

VENCO, Selma; BARRETO, Margarida. O sentido social do suicídio no trabalho. Revista do Espaço Acadêmico. n. 108, mai. 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; LIMA, Franscisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. O cotidiano dos vigilantes: trabalho, saúde e adoecimento. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

VIRKKUNEM, Jaakko; NEWNHAM, Denise Shelley. O laboratório de mudança. Belo Horizonte, FABREFACTUM, 2015.

YARSHELL, Flávio Luiz. Tutela jurisdicional. São Paulo: Atlas, 1998.

O ATO EMPREENDEDOR

LUIZ RICARDO MANGILI
Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Interior Paulista FIP. Pós- graduado em Marketing pela UNIP. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior. Professor Universitário na Faculdade Gran Tietê.
E-mail: ricmangili@hotmail.com

RESUMO

Não somos uma nação conhecida por geração de empregos, mas somos natos em negociar. As ferramentas empreendedoras, assim como as características são os dois principais pilares para o ato empreendedor. Em um passo de cada vez, o que era uma simples ideia pode ser transformado em um negócio lucrativo. Esse artigo alerta sobre as armadilhas e o que pode ser evitado, lembrando que surpresas, sempre aparecerão. O Terceiro pilar, porém, não menos importante é a estratégia bem desenhada, bem estruturada, bem alicerçada nas preliminares do seu projeto. O significado do coração sobre empreender é o fato de acreditar, se arriscar, ter a visão futura do mercado é ter a capacidade de enxergar oportunidades onde a maioria enxerga dificuldades e problemas; é a forma como você encara as dificuldades, transformando em negócios lucrativos.

Palavra-chave: Empreender. Estratégia. Lucro. Ferramentas. Mercado.

ABSTRACT

We are not a nation known for job creation, but we are born to negotiate. Entrepreneurial tools as well as characteristics are the two main pillars for the entrepreneurial act. One step at a time, what was once a simple idea can be turned into a profitable business. This article warns of pitfalls and what can be avoided by remembering that surprises will always come. The third pillar, however, no less important is the well-designed, well-structured strategy, well-grounded in your project preliminaries. The heart of entrepreneurship is that believing, taking risks, having a future view of the market is having the ability to see opportunities where most see difficulties and problems; It is the way you face difficulties turning into profitable businesses.

KEYWORD: Undertake. Strategy. Profit. Tools. Marketplace.

RESUMEN

No somos una nación conocida por la creación de empleo, pero nacimos para negociar. Las herramientas empresariales y las características son los dos pilares principales del acto empresarial. Un paso a la vez, lo que una vez fue una idea simple puede convertirse en un negocio rentable. Este artículo advierte sobre las trampas y lo que se puede evitar al recordar que las sorpresas siempre vendrán. El tercer pilar, sin embargo, no menos importante es la estrategia bien diseñada y bien estructurada, bien fundamentada en los preliminares de su proyecto. El corazón del emprendimiento es que creer, tomar riesgos, tener una visión futura del mercado es tener la capacidad de ver oportunidades donde la mayoría ve dificultades y problemas; Es la forma en que enfrenta dificultades para convertirse en negocios rentables.

PALABRA-CLAVE: Emprender. Estrategia. Ganancia. Herramientas Mercado

1. INTRODUÇÃO

Empreendedorismo, no cerne da palavra, significa empreender. Se aprofundarmos mais nos tema seria resolver problemas ou situações embaraçosas. Termo esse, muito utilizado no campo empresarial e na maioria das vezes, relacionados com a criação de empresas, produtos ou novos serviços. Empreender é empregar e agregar valores, ter um olhar em algo que transforme oportunidades e em um negócio lucrativo.

Neste artigo, serão abordados de uma forma simples e dinâmica os passos para tornar um projeto, uma ideia ou um sonho em realidade. Nos dias atuais, ouvimos muito as palavras empreendedores e empreendedorismo, entende-se que diferem de empresários e empreendimentos, em uma ação rápida e prática será desmistificado esse assunto em nosso país que passa a ser vitrine dessas ações. No Brasil, possuímos 39% da população economicamente ativa dona do seu próprio negócio. A revista Pequenas Empresas, Grandes Negócios, de 08 de abril de 2019, informou que o dado faz parte de um estudo da consultoria McKinsey, realizado em parceria com o evento *Brazil at Silicon Valley,* apontando o Brasil como um país de empreendedores". (PEGN, 2019).

O conceito de empreendedorismo foi utilizado inicialmente pelo economista Joseph Schumpeter, em 1950, economista e cientista político austríaco. Considerado um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX, e foi um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista (WIKIPÉDIA, 2019).

Esses resultados apontados pelo estudo mostra um crescimento em potencial, evidenciado pela McKinsey, do ecossistema empreendedor brasileiro. Mas algumas melhoras ainda são necessárias.

2. EMPREENDEDOR E EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo, de uma forma geral, é essencial nas sociedades, pois é através dele que as empresas buscam a inovação, de outro lado, passa a ser o grande salto para quem pretende ter o próprio negócio, ou por opção ou por vocação. Os empreendedores que procuram intensamente em transformar conhecimentos, ideias e sonhos em novos produtos ou serviços. Existem, inclusive, inúmeros cursos de nível superior com ênfase em empreendedorismo, para transformar e formar indivíduos para criar, inovar e modificar as organizações ou até mesmo seu próprio negócio, modificando assim o cenário econômico.

O empreendedorismo significa aplicar a atitude de empreendedor no âmbito corporativo, ou seja, de uma empresa, de um micro negócio e até mesmo de uma simples ideia. A presença de empreendedores potencializa crescimento de uma organização ou até mesmo seu próprio negócio. Empreendedor por sua vez, é aquele que tem a iniciativa de empreender, de criar um negócio próprio, que sabe identificar as oportunidades onde muitos só enxergam problemas. É aquele indivíduo criativo, inovador, arrojado, visionário, que pensa fora da "caixa", que estabelece suas estratégias, que não aceita não como respostas, que planejam o seu futuro se arriscando para colocar em prática seus sonhos, planos e ideias e que nunca vai desistir no primeiro erro e sempre estar estudando. (BUSCAGLIA, 2006).

3. EMPREENDEDOR E EMPRESÁRIO

Empreendedor e empresário estão muito associados, porém, há uma pequena diferença entre os dois perfis.

O Empresário é que em seu cargo, gerencia um empreendimento, gerencia os recursos disponíveis, buscando o lucro e o crescimento sustentável da organização. Ocupa-se, também, de sua vida profissional e dos interesses de pessoas que acreditam no seu projeto, buscando o sucesso e a vida saudável da organização (CHIAVENATO, 2012).

O empreendedor é ser que pensa fora da caixa, arrojado, corajoso, dinâmico, motivado, incentivado e tem um olhar próprio de ver os negócios, procura transformar seu sonho, apesar das dificuldades e barreiras, em realidade. Para ser empreendedor não necessariamente precisa abrir uma empresa, ele pode ser empreendedor em qualquer área que atue, como por exemplo, sendo ele um professor, um escritor, um médico, um industriário, um farmacêutico, um auxiliar de limpeza, etc. Basta tem em seu interior uma ato inovador, contribuir com ideias arrojadas, com soluções de problemas, sempre com o objetivo de criar algo em sua área de trabalho (ENDEAVOR, 2019).

4. A ESTRATÉGIA

Pode-se afirmar que o processo de criação, inovação passa a ser um ato empreendedor, quando executado através das estratégias.

De acordo com Drucker (2010), "do mesmo modo que o empreendedorismo requer gestão empreendedora, ou seja, práticas e políticas dentro da empresa, ele requer também práticas e políticas externas, no mercado".

Ou seja, o processo de execução da estratégica deve se orientar através das "contrapartidas" dos ambientes interno (comportamento das ações dos colaboradores junto à meta da empresa) e externo (condições econômicas, mercado, tributos e outros), isto é, a razão da sobrevivência da organização, essa atuação, não se restringe aos processos internos, dentro das estruturas físicas do negócio. O olhar tem que ser macro, do todo, do mundo dos negócios. (DRUCKER, 2010).

Em qualquer ação empreendida pelos membros da organização, poderão causar impactos diretos na comunidade onde estão inseridos. E o ato de empreender pressupõe correr alguns riscos e que impactos ocorrerão, podendo ser positivos ou negativos, pois a escolha de uma estratégia empreendedora, tem que ser analisada, estudada, compartilhada com membros da equipe para que possa combinar com alguma inovação ou reinvenção de uma negócio, por isso, uma decisão de alto risco a ser tomada e decidida(ENDEAVOR, 2019.

Existem diversas problemáticas e múltiplas estratégias que podem ser adotadas, combinadas ou não. A estratégia em específico, atrelada a um belo planejamento, tem maior possibilidade de alcance de sucesso. Ela produz um grande rendimento para o usuário e maior capacidade de produção de riqueza.

5. O ATO EMPREENDEDOR

Para Seelig (2011), o ato de ser empreendedor é um ato de liderança, pois ele está criando algo a partir do nada. Uma das grandes qualidades que definem a liderança é pegar os recursos que se tem agora e levá-los para um lugar melhor, para uma nova fase, uma nova era, ou no caso de um empreendedor, pegar uma ideia ou o sonho e transformá-lo em realidade.

Como ato Empreendedor é aquele que empreende, tomando a iniciativa de ter um próprio negócio, de realizar um sonho. Sabe identificar, como ninguém as oportunidades; onde a maioria encontra problemas e ele transforma em uma organização lucrativa. É o indivíduo que pensa constantemente em criatividade, inovação e novos caminhos, aquele, que também, estabelece estratégias para orientar para um futuro promissor. Sabe analisar o mercado e determina quais produtos ou serviços serão colocados no mercado. Vive estabelecendo metas, que inicia projetos, que analisa, busca e controla resultados, que visualiza e busca o sucesso promissor do seu empreendimento. (SEBRAE, 2018).

Ser um empreendedor que busca o sucesso, primeiramente é acreditar na sua capacidade de liderança, inovação, é estar motivado e motivar sua equipe, ter capacidade de planejar e pensar a longo prazo e dinamizar seu desempenho no curto prazo. O bom empreendedor é aquele que analisa, estuda, identifica, define, decide e monitora o resultado e o desempenho do seu negócio. É aquele que descobre e enxerga as armadilhas do mercado e que programa novos rumos e ferramentas em busca de resultados eficazes. (BUSCAGLIA, 2006).

Pode-se basear imediatamente, um ícone como Steve Jobs: visionário, idealista, inovador e fundador de uma das empresas de tecnologia mais valiosas da história, que enriqueceu por meio do trabalho e deixou um legado para as próximas gerações.

Ou alguém que tomou a decisão de abrir uma pastelaria em um bairro afastado do centro da cidade e já trocou de carro por causa do sucesso do negócio. (DORNELAS, 2018)

Para algumas pessoas, segundo Sita (2016), empregar funcionários, ser capaz de honrar as contas com fornecedores e instituições, pagar as contas em dia e prestar um serviço de qualidade é uma bela definição de sucesso. Para outros, porém, sucesso significa acumular fortunas para várias gerações, mudar o panorama do mercado em algum segmento, colocar o próprio nome na história e virar celebridade.

É por isso que a resposta para essa indagação diz muito mais sobre você do que sobre o empreendedorismo. Um empreendedor de sucesso, procura converter suas ideias em negócios e assim ganhar dinheiro, emprega pessoas capacitadas e faz uma diferença positiva na vida de seus clientes.

6. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDOR

Acreditava-se, por um bom tempo, segundo Dolabela (2014), que se nascia empreendedor ou não tinha como se desenvolver um empreendedor. Tese essa, que caiu por terra quando estudiosos do empreendedorismo e comportamento humano começaram a estudar e mapear comportamentos empreendedores e identificaram que era possível sim desenvolver uma atitude empreendedora.

O SEBRAE – SP, através de um dos órgãos mais competentes em empreendedorismo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), (Monitor Global de Empreendedorismo), a GEM é uma avaliação anual do nível nacional de atividade empreendedora em diversos países. Com sede em Londres, Inglaterra, a GEM é hoje o maior estudo em andamento sobre dinâmica empresarial no mundo. E pontua algumas características primordiais para os empreendedores.

A Busca de Oportunidades e Iniciativa

O empreendedor tem atitude proativa e desenvolve a capacidade de se antecipar aos fatos criando oportunidades de negócios com novos produtos e serviços.

A Persistência

Não desiste diante dos obstáculos, desenvolve a habilidade de enfrenta-los para alcançar o sucesso. Esforça-se além da média para atingir seus objetivos.

Corre riscos calculados

Assume desafios e responde por eles. Procura avaliar alternativas para tomar as decisões certas, reduzindo as chances de erros.

Exigência de qualidade e eficiência

Disposição para fazer sempre mais e melhor. Tem a característica, continuamente, de melhorar seu negócio ou seus produtos, sempre busca exceder as expectativas dos clientes, vive criando novos procedimentos para cumprir prazos e padrões de qualidade.

Comprometimento

Esta característica envolve sacrifício pessoal. Essa atitude aparece quando o empreendedor traz para si mesmo as responsabilidades sobre sucesso e fracasso, atua sempre em conjunto com a sua equipe para atingir os resultados, colocando sempre o relacionamento com os clientes acima das necessidades de curto prazo.

Busca de informações

Constantes informações sobre clientes, fornecedores, concorrentes e sobre o próprio negócio. Busca apoio e orientação de especialistas para decidir.

Estabelecimento de metas

Sabe estabelecer objetivos que sejam claros para a empresa, tanto em longo como em curto prazo. Sempre estará perseguindo objetivos desafiantes e importantes para si mesmo, tem objetiva e clara a visão de longo prazo criando objetivos mensuráveis, com indicadores de resultado.

Planejamento e monitoramento sistemático

Desenvolve tarefas de maneira objetiva, com prazos definidos para que os resultados possam ser medidos e avaliados. Sempre agindo por etapas, acompanhando os indicadores financeiros para no momento certo, tomar decisões.

Persuasão e o *Networking* (rede de contatos)

Procura se relacionar com pessoas chaves, que possam ajudar a atingir os objetivos do seu negócio. Desenvolve redes de contatos e constrói bons relacionamentos comerciais.

Independência e autoconfiança

Desenvolve a autonomia para agir e manter sempre a confiança no sucesso. Confia em suas próprias opiniões mais do que nas dos outros, é otimista e determinado, mesmo diante da oposição, transmite confiança na sua própria capacidade.

O empreendedor com as caraterísticas, visões do futuro e competências bem desenvolvidas geralmente tem a capacidade de perceber oportunidades de negócio com mais facilidade e antes do senso comum. O empreendedor, Segundo (Sabbag, 2018) tem um inconformismo com coisas comuns ao seu redor, busca por mudanças constantemente e por seus próprios resultados. Ele altamente apaixonada pelo que faz, motivada, se destaca e busca reconhecimento intencionando deixar um legado.

Mesmo com as características empreendedora,

existem outros pontos a ser relacionados, segundo os estudos de Sosnowiski (2018):

Mude sua mentalidade constantemente

O foco deve ser para o novo, maximizando o sucesso. Exercite essa mudança todos os dias, juntamente com novos processos, novas crenças e valores, formados pelo ambiente onde vivemos.

Expresse ideias de forma objetiva e clara

A comunicação escrita e verbal deve ser encarada como uma arte, pois surgirão problemas e você deverá estar apto a resolvê-los. Tenha objetividade ao relatar seu projeto.

Trabalhar muito

Haverá trabalhos chatos a serem desenvolvidos, precisa ter em mente, que serão necessários.

Resolver problemas

Controle emocional, criatividade, análises e frieza para criar soluções que resolvam o problema e evitem que ele apareça de novo.

Querer crescer sempre

A jornada é árdua e cheia de obstáculos, a estagnação não faz parte do contexto, pois ele buscará o sucesso incansavelmente.

Ter resiliência

As lutas serão diárias para que o negócio funcione, necessita estar atento às mudanças repentinas e criar novas estratégias, para se manter ativo no mercado.

Ser automotivado

Sempre buscar estímulos, através de sonhos e desejos para que sirvam de combustível para os próximos passos.

Atualizar seu *network* (rede de relacionamentos)

Manter os existentes e buscar por novos contatos, através das mídias sociais, grupos de investidores, feiras, apresentações em faculdades, entre outras.

Mudar sempre

Mundialmente as informações se transformam em uma velocidade alucinante, com isso, faz com que o empreendedor fique atendo as mudanças globais.

Ter um modelo de negócio definido

O *business model canvas* (modelo de negócios cartográfico) é uma das ferramentas, que poderá ajudar a definir seu negócio e deve estar facilmente aos olhos das pessoas envolvidas nos processos. É um pequeno cartaz, dividido em nove passos para apresentar as primeiras respostas acerca do negócio.

Planejar, mas executar

Sempre atento a novos planejamentos sempre que ocorrer problemas, dificuldades, obstáculos, mas rapidamente, colocar a empresa no trilho.

Apaixone-se pelo seu próprio negócio

Se necessário, descubra uma nova paixão para os clientes em potencial, faça seu negócio atingir esse objetivo. Se apaixone pelos clientes e conquiste-os.

Aceite *feedbacks* (retorno de suas ações, críticas e sugestões)

Quando positivos, mantenha a reta do negócio, cuidados são essenciais nesse momento; se for negativo, minimize e reconheça de que ninguém é perfeito e que quanto mais maleável você for, maiores serão as chances de obter sucesso.

7. OS CAMINHOS PARA TORNAR UMA IDEIA EM UM NEGÓCIO

A revista Exame de 08 de dezembro de 2015, informa que há uma distância muito grande entre uma ideia e um produto vendável. No intuito de reduzir essa distância, seria preciso seguir alguns passos:

1 – Faça uma pesquisa de mercado específica

Importante atentar-se pelo fato se já não existe patente, ou por informações confiáveis sobre o seu negócio. É de extrema importância averiguar se existe uma massa de consumidores disposta a usar o seu produto ou serviço.

2 – Confirme se a ideia é tecnicamente viável

As coisas geralmente são mais difíceis do que parecem e o empreendedor precisa ter claramente se as evidências para o projeto será viável tecnicamente antes de entrar no plano de negócios.

3 – Apresente um resumo eficaz

Em um primeiro momento, o empreendedor deve fazer um sumário executivo de poucas páginas para entender o próprio negócio. Esse processo torna mais fácil a visualização de todo o contexto e serve como um teste para a avaliação da ideia antes de todo o esforço de um plano detalhado.

4 – Faça projeções financeiras para cinco anos

Importante nesse processo promover e analisar os custos reais, não é fácil, mas salutar para os negócios. Serão esses elementos que poderão avaliar o potencial de sucesso.

5 – Comece a busca pelos recursos mais importantes

Contratação da equipe, busca de capital para os primeiros meses e a escolha das tecnologias e dos fornecedores serão fundamentais nos processos para o funcionamento do seu produto ou serviço.

8. FERRAMENTAS EMPREENDEDORAS

Para se tornar mais produtivo, dentre as ferramentas que possam auxiliar os empreendedores, destacam-se algumas, para nortear as tomadas de decisões e os passos a seguir, Segundo Sosnowski (2018), seriam elas:

5W2H: um plano de ação para empreendedores

Essa ferramenta, apontas pela Revista PEGN (pequenas empresas grandes negócios) de 2019, indica a possibilita e análise de como colocar um plano em ação, ela é um verdadeiro checklist para fazer cumprir etapas antes de iniciar um novo projeto. Com essa ferramenta, podem-se executar as seguintes perguntas:

- O que (What) deve ser feito?
- Por que (Why) deve ser implementado?
- Quem (Who) é o responsável pela ação?
- Onde (Where) deve ser executado?
- Quando (When) deve ser implementado?
- Como (How) deve ser conduzido?
- Quanto (How much) vai custar a implementação?

Matriz de gestão do tempo

Na velocidade do crescimento dos negócios, necessita diferenciar o que é urgente do que é importante. Essa rotina suga as energias do empreendedor, deixando de lado o tempo que ele deveria dedicar às decisões estratégicas. Com essa matriz, você preenche quatro quadrantes incluindo tudo o que é (PEGN, 2019):

– Não importante e urgente
– Importante e urgente
– Importante e não urgente
– Não importante e não urgente

Para cada quadrante, existe uma ação a ser tomada, desde "faça imediatamente", até "elimine da sua lista".

5S para empreendedores

Carvalho (2011, p.37), na questão da qualidade, pontua a filosofia do 5S, funciona para manter o local de trabalho, a empresa e até a vida pessoal mais organizada e eficiente, por meio da disciplina. Cada palavra tem um significado específico:

Seiri–Classificar
Seiton–Organizar
Seisô–Limpar
Seiketsu–Padronizar
Shitsuke–Manter

Plano de marketing para empreendedores

A lógica AIDALA, segundo Sita (2016, p.109), é um plano de marketing, que pode ser aplicado para a formação de clientes mais leais à sua marca. Com essas perguntas feitas em cada etapa, você pode tomar decisões a respeito dos 4 Os do marketing (Preço, Praça, Promoção e Produto).

As seis etapas correspondem a:
- Atenção
- Interesse
- Desejo
- Ação
- Lealdade
- Apóstolo

Planilha para projeção de vendas

Essa ferramenta, para Sita (2016, p.104) permite que o empreendedor faça reflexões antes de definir o volume de vendas projetado. Importante os seguintes questionamentos:

- Sazonalidade do produto;
- Comparativos de outras empresas do mesmo setor;
- Curva de aprendizagem;

Captação de clientes: grandes contas

Essa ferramenta oferece ao empreendedor, um roteiro para contato com grandes empresas. Facilita a criação de um processo consistente de vendas. Entre as etapas, estão (DOLABELA, 2014, p.149):

- Estratégia de clientes de grande porte
- Priorização das empresas-alvo
- Inteligência competitiva
- Lista de tomadores de decisão
- Discurso de venda e roteiro de venda persuasiva
- Checklist de manutenção dos clientes já conquistados

Business Model Canvas

O Canvas, para Buscaglia (2006, p.92) é uma forma visual e simplificada do modelo de negócios da sua empresa. Incluem-se informações sobre:

- Segmentos de clientes
- Proposta de valor
- Canais
- Relacionamento com o cliente
- Fontes de receitas
- Recursos-chave
- Atividades-chave
- Parcerias-chave
- Estrutura de custos

Design thinking para pequenas e médias empresas

É inovação centrada no usuário. Sabbag (2018, p.83) informa ser uma metodologia que tem como objetivo principal desenvolver experiências de consumo:

- Desejáveis pelo consumidor
- Rentáveis para o negócio
- Viáveis tecnologicamente

Job to be done (trabalho a ser feito) para empreendedores

Todo produto resolve um problema do consumidor Para descobrir qual é o job to be done da sua empresa (CHIAVENATO, 2012, p.219):

- Defina o produto ou serviço que deseja trabalhar;
- Descubra todas as tarefas que seu produto executa para o cliente;
- Priorize os jobs que aumentam suas vendas;
- Aprenda com outras soluções que resolvem os mesmos problemas que você;
- Crie uma experiência de consumo em torno disso;
- Valide a experiência com o cliente e coloque para rodar!

Mapa de empatia para empreendedores

Se os melhores produtos, segundo Dornelas (2018, p.107) são aqueles criados a partir da perspectiva do cliente, use esse mapa visual para orientar o brainstorming de criação de novos produtos. Serve de apoio para entender o que o cliente:

- Diz
- Faz
- Vê
- Pensa
- Sente
- Ouve

Definição de metas

O que não pode ser medido, não pode ser gerido. Por isso, para Seelig (2011), mesmo sendo um pequeno negócio, é muito importante definir, para o sucesso, indicadores que possam mensurar a evolução da empresa no dia a dia. A solução proposta nessa ferramenta é uma versão simplificada para as metas de ação, onde e como fazer, pode ser simples, mas o empreendedor, precisa saber as ações a serem propostas e tomadas, qual caminho vai percorrer o 5W2H ajudará nessa etapa.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender em tempos incertos é um grande desafio, porém, os fortes sobreviverão. Com as dicas apresentadas nesse artigo, acredita-se que a possibilidade do fracasso e dos erros, podem ser amenizados. E como disse Buscaglia (2006), o empreendedor visionário e do futuro é aquele indivíduo criativo, inovador, arrojado, visionário, que pensa fora da "caixa", que estabelece suas estratégias, que não aceita não como respostas, que planejam o seu futuro se arriscando para colocar em prática seus sonhos, planos e ideias e que nunca vai desistir no primeiro erro e sempre estar estudando.

Suma importância à utilização das ferramentas para evitar os tropeços e as armadilhas, mesmo assim, não estará isento de erros, necessário sempre estar alinhando o planejamento estabelecido com as metas, sempre que necessário replanejar, verificar os indicadores, acompanhar o mercado e estar atento às mudanças mercadológicas.

A consultoria McKinsey (PEGN, 2019), em sua última pesquisa, realizado em apontando o Brasil como um país de empreendedores", então é planejar, analisar e ter foco no negócio para tirar aquela ideia do papel e transformar em algo lucrativo. Sempre permeando as características empreendedoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

https://exame.abril.com.br/pme/5-passos-para-sua-ideia-de-negocio-virar-realidade/ (Acessado: 20/08/2019).

https://exame.abril.com.br/negocios/ato-ser-empreendedor-fato-ato-lideranca-592810/ (Acessado: 19/08/2019).

https://saiadolugar.com.br/quais-sao-as-caracteristicas-do-empreendedor/ (ACESSADO 19/08/2019).

https://exame.abril.com.br/pme/5-passos-para-sua-ideia-de-negocio-virar-realidade/ (Acessado: 20/08/2019)

https://endeavor.org.br/endeavor-recomenda/10-ferramentas-mais-baixadas-por-empreendedores-com-desafios-de-crescimento/ (ACESSADO: 10/07/2019)

https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2019/04/brasil-e-um-pais-de-empreendedores-aponta-estudo-da-mckinsey.html (ACESSADO:20/08/19)

BUSCAGLIA, Leo. Vivendo, amando & aprendendo. 29. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006.

SEELIG, Tina. Se eu soubesse aos 20. São Paulo: Editora Da Boa Prosa, 2011

DORNELAS, José. Transformando ideias em negócios. São Paulo empreende, 2018 7ª edição.

DORNELAS, José. Empreendedorismo para visionários: desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação. São Paulo, empreende, 2018 – 2ª edição

SITA, Mauricio. Empreendedor Total. Literare Books, 2016 são Paulo.

SABBAG, Paulo Yazici. Inovação, estratégia, empreendedorismo em crise. 1ª EDIÇÃO – 2018. Alta Books.

Dolabela, Fernando. Empreendedorismo na base da pirâmide. ELSEVIER/ALTA BOOKS. 2014 – 1ª edição.

SOSNOWSKI ,ALICE SALVO. Empreendedorismo Para Leigos. STARLIN ALTA CONSULTORIA E EDITORA LTDA 1ª edição 2018.

CHIAVENATO, IDALBERTO. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4ª 2012. Editora Manole. SÃO PAULO

https://www.gemconsortium.org/ (Acessado: 20/08/19).

CARVALHO. Pedro Carlos. O programa 5 s e a qualidade total. Alinea. 5.Ed. 2011 – Rio de Janeiro RJ.

A EDUCAÇÃO NO COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Education in the fight against religious intolerance

El papel de la educación en la lucha contra la intolerancia religiosa

CLAUDIA DA CRUZ MORAES
Discente no Curso de Direito da Faculdade Galileu
E-mail: claudiamoraes2018@gmail.com

GUILHERME APARECIDO DA ROCHA
Professor Orientador
E-mail: guilhermejau@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5444414523142287

RESUMO

A liberdade religiosa é um direito fundamental expresso na Constituição Federal de 1988 (artigo 5º, VI). Também é expressa na legislação infraconstitucional a criminalização da intolerância religiosa. Mas essa criminalização é suficiente ao combate à intolerância? O objetivo da presente pesquisa é demonstrar os efeitos da intolerância religiosa perante as vítimas da discriminação, bem como de indicar alternativa à sanção dos condenados por crime dessa natureza. Aborda-se, especificamente, como a discriminação e o preconceito enfrentados pelos adeptos das religiões como a Umbanda e outras religiões de minorias estão se agravando na sociedade brasileira, o que se confirmou por meio de pesquisa de campo. O método adotado foi o indutivo. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, notadamente consulta ao último relatório mundial sobre liberdade religiosa realizado em 2018 pela Fundação Pontifícia Aid to Church in Need – ACN, e confirmação de resultados por meio de pesquisa de campo realizada em outubro de 2018 em um Centro de Umbanda de determinado Município brasileiro.

Palavras-chave: Intolerância religiosa. Educação. Liberdade religiosa.

ABSTRACT

Religious freedom is a fundamental right expressed in the Federal Constitution of 1988 (article 5, VI). Criminal law also expresses the criminalization of religious intolerance. But is this criminalization enough to combat intolerance? The purpose of this investigation is to demonstrate the effects of religious intolerance towards victims of discrimination, as well as to indicate an alternative to punish those convicted of this crime. Specifically, it addresses how discrimination and prejudice faced by followers of religions such as Umbanda and other minority religions are worsening in Brazilian society, which has been confirmed through field research. The adopted method was inductive. Bibliographic searches were conducted, in particular consultation with the latest global report on religious freedom, conducted in 2018 by the Pontifical Church for Aid to the Needy - ACN, and confirmation of the results through a field investigation conducted in October 2018 in a center. Umbanda from a certain Brazilian municipality.

Keywords: religious intolerance; education; religious freedom.

RESUMEN

La libertad religiosa es un derecho fundamental expresado en la Constitución Federal de 1988 (Artículo 5, VI). También el derecho penal expresa la criminalización de la intolerancia religiosa. ¿Pero es esta criminalización suficiente para combatir la intolerancia? El objetivo de la presente investigación es demostrar los efectos de la intolerancia religiosa hacia las víctimas de discriminación, así como indicar una alternativa para sancionar a los condenados por un delito de esta naturaleza. Específicamente, aborda cómo la discriminación y los prejuicios que enfrentan los seguidores de religiones como Umbanda y otras religiones minoritarias están empeorando en la sociedad brasileña, lo que ha sido confirmado a través de investigaciones de campo. El método adoptado fue el inductivo. Se llevaron a cabo búsquedas bibliográficas, en particular la consulta con el último informe mundial sobre libertad religiosa realizado en 2018 por la Fundación Pontificia Aid to Church en Necesidad - ACN, y la confirmación de los resultados a través de una investigación de campo realizada en octubre de 2018 en un Centro de Umbanda de cierto municipio brasileño.

Palabras llave: intolerancia religiosa; educacion; libertad religiosa.

1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema foi feita a partir de um problema atual, o qual vem se agravando na sociedade, afetando um direito fundamental expresso na Constituição Federal de 1988 (artigo 5º, VI), a liberdade religiosa. Os adeptos das religiões de Umbanda e outras de minoria no País são discriminados por grande parte da sociedade devido à falta de conhecimentos básicos acerca da história e doutrina dessas religiões.

A intolerância religiosa é criminalizada através da Lei 7.716/89, mas essa criminalização é suficiente ao combate à intolerância? Verificado que afetada a liberdade religiosa, também são impedidos outros direitos e liberdades fundamentais como: liberdade de locomoção, expressão, pensamento, direito ao trabalho, a integridade física etc., notou-se a importância de um combate eficaz à intolerância religiosa.

O objetivo deste trabalho é demonstrar os efeitos da intolerância religiosa perante as vítimas da discriminação, bem como de indicar alternativa à sanção dos condenados por crime dessa natureza para que através da educação seja respeita a diversidade religiosa existente no País.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro visa contextualizar a perda de direitos fundamentais na seara religiosa, notadamente dos umbandistas. O segundo recai sobre análise crítica da liberdade formal e como ela afeta direitos e liberdades individuais. Por fim, o último capítulo aborda a educação como instrumento de combate à intolerância religiosa.

Para realização desse artigo foi utilizado o método indutivo, por meio de pesquisas bibliográficas, consulta ao último relatório mundial sobre liberdade religiosa realizado em 2018 pela Fundação *Pontifícia Aid to Church in Need* – ACN e pesquisa de campo realizada em outubro de 2018 em um Centro de Umbanda em determinado Município brasileiro.

2. A UMBANDA NO BRASIL: A PERDA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS UMBANDISTAS E DOS ADEPTOS DE OUTRAS RELIGIÕES DE MINORIA NO PAÍS

A Umbanda é uma religião brasileira fundada em dezesseis de novembro de mil novecentos e oito por Zélio Fernandino de Moraes (BARBOSA, 2014, p. 5) e que já sofreu discriminação antes mesmo da sua criação, por motivos de discriminação racial, como relatado em obras que contam a historia da Umbanda. *Manifestaram-se no médium espíritos apresentando-se como negros escravos e índios. O diretor dos trabalhos, então, alertou os espíritos sobre seu atraso espiritual, como se pensava comumente à época, e os convidou a se retirarem* (BARBOSA, 2014, p. 13). Isso ocorreu dentro de um Centro Espírita Kardecista (religião fundada por Allan Kardec).

Sendo a Umbanda uma religião inclusiva, acolhe a todos indistintamente. Não há distinção de cor, classe social, gênero, orientação sexual etc. As portas estão

sempre abertas a todos. Contudo, a Umbanda não faz proselitismo. A decisão de se tornar umbandista é pessoal, algo que será abordado nesta pesquisa.

Recorde-se, aliás, que se está diante de uma religião genuinamente brasileira que, no entanto, é uma das que mais sofrem preconceito. Grande parte da sociedade, com seu desconhecimento sobre a religião(uma das principais causas da intolerância), simplesmente a repugna, de maneira tal a chamá-la de religião "demoníaca". Outro ponto a se elucidar é o fato do Candomblé e a Umbanda serem religiões distintas, mas normalmente são referidas como religiões de matrizes africanas ou afro-brasileiras o que somente afirma a falta de conhecimento acerca dessas religiões.

Para ilustrar o cenário de discriminação e preconceito, foi realizada uma pesquisa de campo em um Centro Espírita de Umbanda, no qual, por motivos óbvios a sacerdotisa do local solicitou que não fossem divulgados os nomes dos adeptos.

Foram ouvidas 44 (quarenta e quatro) pessoas, entre 14 e 52 anos de idade, em determinado Centro de Umbanda. As pessoas ouvidas pertencem a diferentes classes sociais, havendo também uma diversidade de gênero, de raça e nível de escolaridade.

Após a coleta de dados, constatou-se que 90% das pessoas ouvidas já sofreram algum tipo de preconceito religioso. Esse preconceito ocorre, inclusive, no âmbito familiar, no trabalho e entre amigos.

Do total pesquisado, 41% preferem omitir sua crença religiosa quando indagados sobre isso. Deste total, 78% indicam outra crença religiosa para evitar o preconceito e a intolerância.

Pode-se notar, conforme pesquisa apresentada, que muitos adeptos da Umbanda preferem, na maioria das vezes, não assumir sua condição de Umbandista, isso por saberem e sentirem a imensa discriminação que sofre sua religião. Nesse sentido:

> Segundo dados do Censo de 2010, o número de umbandistas hoje no Brasil, 110 anos depois de sua fundação, chega a 432 mil. Uma queda de 20% em relação ao Censo de 1991. Para Fátima Damas, da Congregação Espírita Umbandista do Brasil, esses números não correspondem à realidade. "Muitos umbandistas não admitem publicamente que são umbandistas. Por medo ou vergonha, preferem dizer que são católicos" (BERNARDO, 2018).

A Umbanda no Brasil, como já exposto, sofreu preconceito antes mesmo da sua criação. Agora, mais de cem anos depois, continua a sofrer discriminação devido à falta de conhecimento da maior parte da sociedade em relação a sua essência e sua historia, ato que ainda é apoiado, infelizmente, por muitos sacerdotes de outras religiões, que acreditam ser a sua fé a única verdadeira, esquecendo-se de que, eles, como sacerdotes, têm a responsabilidade de cuidar e amar o ser humano, e não se limitar a fazê-lo somente àqueles que compartilham da sua fé.

Em relatório específico, noticiou-se que "*em 2016, um jornal evangélico foi denunciado por publicar um artigo intitulado "Nome dos Demônios e em qual área da vida eles atuam", descrevendo alguns demônios com nomes de entidades ligadas às religiões afro-brasileiras* (ACN, 2018).

A liberdade religiosa, segundo Gilmar Mendes, "[...] consiste na liberdade para professar fé em Deus. Por isso, não cabe argüir a liberdade religiosa para impedir a demonstração da fé de outrem ou em certos lugares, ainda que públicos" (MENDES, 2010, p. 464).

A intolerância religiosa, por outro lado, é atentatória à referida liberdade. Ela massacra os umbandistas e os adeptos de outras religiões de minorias no país, espalhando o ódio e a violência. Em relatório da Fundação *Pontifícia Aid to Church in Need* – ACN foi constado que os membros de facções criminosas que se convertem ao neopentecostalismo começam a perseguir os adeptos das religiões afro-brasileiras (2018), propagando ainda mais a intolerância religiosa:

> Segundo os praticantes de religiões afro-brasileiras, vem crescendo o número de ataques realizados por facções criminosas nos últimos anos. O problema já acontece desde a década de 1990, mas era pouco visível porque as vítimas tinham medo de denunciar os ataques. Recentemente, contudo, as ocorrências estão se tornando mais freqüentes e visíveis. Traficantes de drogas, convertidos a religiões neopentecostais, proíbem a prática de religiões de matriz africana nas áreas dominadas por suas facções (ACN, 2018).

A liberdade religiosa é fundamental para a formação de cada indivíduo, não se admitindo que ela seja limitada, de qualquer forma. Essa escolha o orientará em outras esferas da sua vida, sendo assim, o indivíduo que tem sua liberdade religiosa desrespeitada, poderá perder além de outros direitos fundamentais citados anteriormente, também sua direção em relação a outras escolhas que seriam fundadas em sua crença, como por exemplo, em relação à moral, à ética etc. Não é por acaso que está expresso na Constituição Federal de 1988 a proteção à liberdade religiosa. Nesse contexto, Mendes bem indica que:

> O reconhecimento da liberdade religiosa também tem por si o argumento de que tantas vezes a formação moral contribui para moldar o bom cidadão [...] A Constituição assegura a liberdade dos crentes, porque toma a religião

> como um bem valioso por si mesmo, e quer resguardar os que buscam a Deus de obstáculos para que pratiquem os seus deveres religiosos (2010, p. 463).

Deve-se observar que este é um direito imprescindível ao ser humano exatamente porque é a religião escolhida livremente pelo indivíduo que o auxilia em seu desenvolvimento humano. *O desenvolvimento local é um processo endógeno, profundamente ligado a elementos locais, mas não é isolado, faz parte de uma realidade mais ampla e com isso o que acontece no local tem seus reflexos muito além desse local* (BOISIER apud BERNARDI; CASTILHO, s/p.).

3. A LIBERDADE RELIGIOSA MERAMENTE FORMAL AFETANDO DIREITOS E LIBERDADES

Todas as liberdades são de extrema importância, *decisões sobre religião, vida afetiva, trabalho, ideologia e outras opções personalíssimas não podem ser subtraídas do indivíduo sem violar sua dignidade* (BARROSO, 2010), porém a liberdade religiosa é essencial para que sejam garantidas as demais.

Talvez a relevância da liberdade religiosa à formação da pessoa humana e ao seu pleno desenvolvimento não sejam tão claras no Brasil, haja vista a aparente ausência de perseguições e conflitos de âmbito regional ou nacional. É nesse contexto que a presente pesquisa propõe uma releitura do tema, à luz de dados que revelam as percepções de uma sociedade que carrega a intolerância religiosa em relações às minorias, que permanecem em silêncio.

Desrespeitada a liberdade religiosa, consecutivamente as liberdades de consciência, informação, expressão e até de locomoção podem ser alanceadas. Observa-se, de modo hialino, que direitos fundamentais como o direito ao trabalho e à integridade física, por exemplo, também podem ser afetados pela intolerância religiosa.

Isso porque há uma relação direta entre a liberdade de crença e o desenvolvimento da pessoa humana. Sem ela, os limites impostos por grupos totalitários podem reduzir ou impedir a manifestação pessoal da religião escolhida pelo trabalhador, relegando-o à exclusão do convívio com os demais – seguidores de religiões majoritárias.

No mesmo sentido, mas com maior gravidade, coloca-se a lesão à integridade física daqueles que optam por religiões de minorias. Neste caso há grave atentado à liberdade humana, e, por conseguinte, viola-se o dever do Estado brasileiro em garantir a liberdade religiosa, fundamental nos termos fixados pela Constituição da República de 1988.

Na legislação nacional e internacional há previsões voltadas ao enfrentamento da intolerância religiosa. Dentre elas, destaca-se o seguinte dispositivo: art. 3º da Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções – 1981, que dispõe:

> A discriminação entre os seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, deve ser condenada como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal de Direitos Humanos e enunciados detalhadamente nos Pactos internacionais de direitos humanos [...].

A Constituição Federal de 1988 prevê, no art. 5º, inciso VI, *que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias* (BRASIL, 1988).

Já a Lei n.º 7.716 prevê que *serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional* (BRASIL, 1989).

Há, inclusive, uma lei que instituiu o dia do combate à intolerância religiosa no Brasil (Lei n.º 11.635). Esta Lei prevê, em seu art. 1o: *fica instituído o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 21 de janeiro* (BRASIL, 2007).

Pode-se notar que os dispositivos vigentes são claros em vedar qualquer tipo de violação da liberdade religiosa, mas, infelizmente, mesmo com todo o aparato legal constata-se que a realidade apresenta elementos extremamente preocupantes no que tange à eficácia substancial do direito à liberdade religiosa.

Nesse contexto, há que se pontuar a diferença entre eficácia formal e a eficácia substancial de direitos, nesta pesquisa considerada como a distinção entre o conteúdo previsto e o efetivamente convertido em realidade.

> Validade formal ou vigência é, em suma, uma propriedade que diz respeito à competência dos órgãos e aos processos de produção e reconhecimento do Direito no plano normativo. A eficácia, ao contrário, tem um caráter experimental, porquanto se refere ao cumprimento efetivo do Direito por parte de uma sociedade, ao "reconhecimento" (Anerkennung) do Direito pela comunidade, no plano social ou mais particularizadamente, aos efeitos sociais que uma regra suscita através de seu cumprimento (REALE, 2001, p. 106).

Afirma-se que o conteúdo escrito da Constituição enfrenta inúmeras dificuldades para ser convertido em realidade, a partir do forte preconceito religioso que atinge religiões minoritárias, como a Umbanda, o que se demonstra por meio de pesquisa de campo (apresentada no primeiro capítulo) e dados da Fundação *Pontifícia Aid to Church in Need* – ACN.

A proteção às casas religiosas, prevista no inciso VI do art. 5º da Constituição Federal de 1988, também enfrenta problemas de alcance da desejada eficácia substancial. Nesse sentido, fundamental exemplificar o que se está a expor:

> Os ataques mais freqüentes são de dois tipos: (1) agressões verbais ou físicas a pessoas importantes e reconhecidas na comunidade religiosa ou que portam adereços e símbolos religiosos; (2) depredação de espaços sagrados e destruição de objetos religiosos. No caso de agressões à pessoa, os locais mais freqüentes são a rua ou a própria casa da vítima (ACN, 2018, s/p.).

À medida que se classifica uma religião como adequada ou inadequada, certa ou errada, cria-se um movimento redutor de liberdades em alguns casos, e excludente em outros. Por meio da classificação e da intolerância, força-se uma redução dos contingentes das religiões perseguidas, algo que não pode ser tolerado à luz do texto constitucional de 1988.

A discriminação, como mencionado, não ocorre apenas nos locais de culto – que por vezes também são atacados, infelizmente – mas, de modo claro ou velado em diferentes ambientes, como nos locais de trabalho. Isso foi devidamente constatado e catalogado pela Fundação *Pontifícia Aid to Church in Need* – ACN no Relatório Mundial de Liberdade Religiosa, que dedica um capítulo ao Brasil:

> Casos de discriminação em locais de trabalho têm sido reportados com frequência no Brasil. Geralmente, as vítimas são funcionários que utilizam trajes característicos de suas religiões (como roupas brancas e adereços, no caso de religiões afro-brasileiras, e véus, no caso de muçulmanos). Na cidade de Mesquita, na Baixada Fluminense, um jovem foi imediatamente demitido no dia em que foi trabalhar na prefeitura da cidade vestido de branco e com adereços religiosos afro-brasileiros (ACN, 2018, s/p.).

Observa-se que o conteúdo legislativo formal não faz com que a intolerância religiosa seja combatida com a eficácia necessária. O dever do Estado é maior e não se resume à previsão normativa abstrata. Por isso se afirma que:

> A liberdade religiosa não consiste apenas em o Estado a ninguém impor qualquer religião ou a ninguém impedir de professar determinada crença. Consiste ainda, por um lado, em o Estado permitir ou propiciar a quem seguir determinada religião o cumprimento dos deveres que dela decorrem (em matéria de culto, de família ou de ensino, por exemplo) em termos razoáveis. (MIRANDA, 2000, s/p.).

É nesse contexto que se cogita da implantação de outras normas jurídicas, não limitadas somente a multas ou reclusão como atos punitivos, haja vista à insuficiência para mitigar a intolerância religiosa em âmbito nacional. Este, contudo, é o assunto do próximo capítulo.

4. A EDUCAÇÃO COMO COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A realidade dos adeptos da Umbanda e de outras religiões de minorias é extremamente crítica no Brasil. E ainda não se consegue por meio dos dispositivos legais existentes mudar essa triste realidade, o que se afirma a partir de dados do Relatório de Liberdade Religiosa da ACN:

> Casos de intolerância e discriminação religiosa têm refletido muitas vezes problemas de compreensão e aplicação dos princípios do Estado laico, num momento de grande antagonismo político e social no Brasil. Em Londrina, no Paraná, nas comemorações do Dia da Independência (7 de setembro) de 2016, em frente à prefeitura da cidade, foi encenada uma peça teatral que apresentava uma história ligada às religiões de matriz africana. Um vereador comentou o fato no Facebook: "MACUMBA EM FRENTE À PREFEITURA. Se fosse um Culto ou uma Missa, essas mesmas pessoas estariam agora gritando que o Estado é laico". O comentário foi considerado discriminatório porque macumba é um termo pejorativo para referir-se às religiões de matriz africana e a manifestação cultural não era um culto religioso (ACN, 2018, s/p.).

O preconceito nada mais é do que um juízo pré-concebido de algo que se desconhece, e é dessa forma

que a intolerância religiosa cresce na sociedade. Esse desconhecimento acerca das religiões de minoria se verifica, inclusive, em sacerdotes de outras religiões.

> Uma situação constrangedora envolveu, nesse período, o Padre Fábio de Melo, sacerdote e cantor, muito conhecido nas mídias sociais brasileiras. Numa missa gravada e disponibilizada no YouTube, fez declarações consideradas ofensivas às religiões Afro-brasileiras Referiu-se a elas com o termo pejorativo macumba e declarou que poderia até comer os alimentos ofertados à divindade nos rituais – gesto considerado pelos fiéis dessas religiões como profanação (ACN, 2018, s/p.).

Em caso exposto acima, é nítida a falta de conhecimento dessas religiões, o estudo sobre cada religião desconhecida é essencial para combater o preconceito religioso da sociedade brasileira.

Pode-se dizer que a religião (escolhida livremente pelo indivíduo) o fundamentará para tomadas de decisões em relação a sua particularidade como também em relação aos indivíduos ao seu entorno, ajudando-o a traçar, livremente, caminhos a percorrer para formar seu caráter e seus ideais. Somente essa escolha sendo livre e liberta de preconceito e discriminação, viabilizará ao indivíduo o desfrute por completo (como deve ser) dos seus direitos, da sua cidadania, das suas liberdades de consciência, locomoção, informação etc. *O constrangimento à pessoa humana de forma a enunciar sua fé representa o desrespeito à diversidade democrática de ideias, filosofias e a própria diversidade espiritual* (MORAES, Alexandre, 2016, p. 63).

Dessa maneira o indivíduo terá o seu desenvolvimento humano digno e se tornará um indivíduo pleno. No caso específico da Umbanda, o indivíduo irá se orientar através de ensinamentos como, de respeito ao próximo (seja ele quem for), de respeito consigo mesmo e respeito à natureza.

A falta de educação acerca da diversidade religiosa da sociedade brasileira é o principal fato gerador da intolerância religiosa. Em 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria Geral da República, na qual se sustentava o ensino religioso, nas escolas públicas, voltado a doutrinas de várias religiões, incluindo as posições não religiosas, afirmando assim a laicidade do Estado. Evidente é a divergência da decisão com o cumprimento da Constituição Federal de 1988.

> Primeiramente, não se poderá instituir nas escolas públicas o ensino religioso de uma única religião, nem tampouco pretender-se doutrinar os alunos a essa ou àquela fé. A norma constitucional pretende, implicitamente, que o ensino religioso deverá constituir-se de regras gerais sobre religião e princípios básicos da fé (MORAES, 2016, p. 66).

Não educando o individuo desde tenra idade acerca da diversidade religiosa presente na sociedade contribui-se para que a intolerância religiosa seja difundida, acarretando dessa forma o total desrespeito ao Estado laico brasileiro. Somente através da educação combate-se o preconceito e constrói-se o respeito.

É manifesta a existência de dispositivos legais que punem a intolerância religiosa, mas não são suficientes exatamente por que somente punem, mas não educam. É o caso da Lei n.° 7.716/89. É nesse contexto que se insere a solução proposta com a presente pesquisa.

A intolerância religiosa precisa ser combatida de forma realmente eficaz para a garantia de diversos direitos fundamentais. Nesse caso, não há maneira melhor do que através de sanções que promovam cursos religiosos básicos acerca da história dessas religiões a quem praticar intolerância religiosa.

Solução similar, com excelente resultado, foi aplicada involuntariamente por vítima de discriminação de gênero. Em caso reportado por um influente jornal televisivo brasileiro, uma mulher transgênero após ser vítima de discriminação por funcionários de uma pastelaria ingressou com ação judicial, porém trocou a indenização a que teria direito pela possibilidade de educá-los através de curso acerca da trasngeneridade. Os resultados alcançados demonstraram a importante influência da educação na percepção do indivíduo em relação ao outro através do respeito auferido por meio do conhecimento.

5. CONCLUSÃO

É notório o fato de que a mitigação da liberdade religiosa atinge outros direitos e liberdades fundamentais e sociais, como: liberdades de locomoção, expressão, pensamento, direito a integridade física, ao trabalho etc. Por esse motivo é fundamental educar crianças sobre todas as doutrinas religiosas e, principalmente, sobre a relevância do respeito a todas.

Ademais, é preciso educar indivíduos já adultos, após a condenação por atos de intolerância religiosa, o que pode ser feito por meio de cursos obrigatórios promovidos como sanções alternativas. O caráter pedagógico voltado à ressocialização é instrumento ideal à retomada do convívio social em harmonia.

Dessa forma será possível transformar em realidade o que já está expressamente previsto em inúmeros dispositivos legais. A educação é fundamental para redução da persistente discriminação contra os adeptos das religiões minoritárias.

O indivíduo que tiver respeitado seus direitos e liberdades fundamentais irá se desenvolver como pessoa humana e com liberdade sobre suas escolhas, como assegura a Constituição Federal de 1988, o que lhe permitirá tornar-se um cidadão melhor à sociedade.

Nesse sentido, o indivíduo que for educado e conscientizado acerca da importância do respeito ao próximo e à diversidade religiosa do País, seguramente contribuirá à construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

O saber é fundamental para a liberdade dos indivíduos. É a educação que combaterá de forma eficaz essa grave "doença" social - a intolerância religiosa -que fere e desrespeita tantos direitos fundamentais, e construirá o respeito à diversidade religiosa existente no País, de modo a, finalmente, viabilizar o almejado respeito ao Estado laico.

REFERÊNCIAS

AID DO CHURCH IN NEED. Relatório Mundial da Liberdade Religiosa 2018. Disponível em:<https://www.acn.org.br/relatorio-liberdade-religiosa/brasil/>. Acesso em 04 dez. 2018.

BARBOSA, Ademir Junior. O Livro Essencial de Umbanda. São Paulo: Universo dos Livros, 2004.

BARROSO, Luis Roberto. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. Disponível em: <http://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf> Acesso em: 01 dez. 2018.

BERNARDI Claci Jose; CASTILHO, Maria Augusta. A religiosidade como elemento do desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122016000400745>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BERNARDO, André. Umbanda completa 110 anos em meio a ataques e queda no número de devotos. BBC 02 jun 2018 – Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44297088>. Acesso em: 01 dez. 2018

BRASIL, Constituição (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade (med. Liminar) - 4439. Disponível em:<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=ensino%20religioso&processo=4439>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL.Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cCivil_03/LEIS/L7716.htm>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.635 de 25 de dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm>. Acesso em: 01 dez. 2018.

IGUALDADE DE GÊNERO. Fantástico. Rio de Janeiro:Rede Globo, 16 de setembro de 2018. Programa de TV. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XnZOFW9LG3U>. Acesso em 18 mar. 18.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito Constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. 3. ed. Coimbra:Coimbra Editora. 2000.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções – 1981 – Universidade de São Paulo – Biblioteca Virtual de Direito Humanos. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Preven%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Discrimina%C3%A7%C3%A3o-e-Prote%C3%A7%C3%A3o-das-Minorias/declaracao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-intolerancia-e-discriminacao-fundadas-na-religiao-ou-nas-conviccoes.html>. Acesso em: 01 dez. 2018.

REDUÇÃO DE DESPERDÍCIOS EM UMA EMPRESA DO RAMO ALIMENTÍCIO ATRAVÉS DE FERRAMENTAS DE GESTÃO

Reducing waste in a food business through management tools
Reducir los residuos en un negocio de alimentos através de herramientas de gestión

ALINE JAUCH ANTONIO
Bacharel em Engenharia de Controle e Automação, Mestranda em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), Pós-graduada em Engenharia e Gestão da Produção pela UniCesumar. Professora das Faculdades Galileu e Gran Tietê.
E-mail: aline_jauch@hotmail.com
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8388695D5 2

DOUGLAS RICARDO FUMES
Bacharel em Engenharia de Controle e Automação, Mestrando em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), Pós-graduado em Docência nos Ensinos Técnico e Superior pela Faculdade Galileu e Instituto Égia. Professor das Faculdades Galileu e Gran Tietê.
E-mail: douglas.fumes@hotmail.com
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8388645T4

RESUMO

O presente estudo demonstra os resultados da aplicação de uma metodologia para organização, padronização e controle de estoque, aplicada à uma empresa do ramo alimentício (restaurante) do interior do estado de São Paulo. A empresa apresentava oportunidades de melhorias relacionadas à organização física do estoque, padronização dos processos, aquisição de materiais, controle de obsolescência e perecibilidade de produtos e ao valor monetário aplicado para manutenção dos níveis de estoque. Com a aplicação da metodologia houve a redução de 80% dos custos quanto à perda pela obsolescência e perecibilidade e 30% do capital investido para manutenção dos níveis de estoque. O layout e a organização do setor foram melhorados, os processos padronizados e formalizados, e por fim, houve a implantação de um indicador para controle da precisão do estoque. A metodologia utilizada foi coleta de dados através de entrevista com os colaboradores do setor e observação direta realizada pelo autor do artigo. Diante das oportunidades de melhorias relatadas e observadas, foi realizado o estudo das possíveis soluções baseadas em pesquisa bibliográfica. As melhorias implantadas proporcionaram mais precisão, segurança e produtividade à empresa, o que a tornou mais competitiva no mercado globalizado atual.

Palavras-chave: Oportunidades de melhorias. Padronização. Obsolescência. Produtividade. Restaurante.

SUMMARY

This study demonstrates the results of applying a methodology for organization, standardization and inventory control, applied to a food company (restaurant) in the interior of the state of São Paulo. The company

presented opportunities for improvements related to physical inventory organization, process standardization, material purchasing, product obsolescence and perishability control, and to the monetary value applied to maintain inventory levels. By applying the methodology, costs were reduced by 80% in terms of loss due to obsolescence and perishability and 30% of capital invested to maintain inventory levels. The layout and organization of the sector were improved, the processes standardized and formalized, and finally, an indicator was implemented to control inventory accuracy. The methodology used was the data collection through interviews with industry collaborators and direct observation by the author of the article. Considering the improvement opportunities reported and observed, the study of possible solutions based on bibliographic research was conducted. The improvements implemented provided to the company more accuracy, security and productivity, making it became more competitive in today's globalized market.

Key-words: Improvement Opportunities, standardization, obsolescence, productivity, restaurant.

RESUMEN

Este estudio demuestra los resultados de aplicar una metodología de organización, estandarización y control de inventario, aplicada a una empresa de alimentos (restaurante) en el interior del estado de São Paulo. La compañía presentó oportunidades para mejoras relacionadas con la organización del inventario físico, la estandarización de procesos, la adquisición de materiales, la obsolescencia del producto y el control de perecebilidad y el valor monetario aplicado para mantener los niveles de inventario. Al aplicar la metodología, los costos se redujeron en un 80% en términos de pérdidas debido a la obsolescencia y la pereceza y el 30% del capital invertido para mantener los niveles de inventario. Se mejoró el diseño y la organización del sector, se estandarizaron y formalizaron los procesos y, finalmente, se implementó un indicador para controlar la precisión del inventario. La metodología utilizada fue la recopilación de datos a través de entrevistas con colaboradores de la industria y observación directa por parte del autor del artículo. Dadas las oportunidades de mejora reportadas y observadas, se realizó el estudio de posibles soluciones basadas en la investigación bibliográfica. Las mejoras implementadas le han proporcionado a la compañía más precisión, seguridad y productividad, haciéndola más competitiva en el mercado globalizado de hoy.

Palabras-Clave: Oportunidades de mejora. Estandarización. Obsolescencia. Productividad. Restaurante.

1. INTRODUÇÃO

As organizações buscam pela sobrevivência no mercado globalizado atual, para sobreviver as mesmas devem ser competitivas, ou seja, devem ser mais produtivas que seus concorrentes. Segundo Campos (2014), a produtividade é o quociente entre o faturamento e os custos da produção, ou seja, quanto menor o custo, maior será a produtividade da empresa.

Visando a redução dos custos, o presente trabalho tem como principal justificativa, reduzir ou eliminar os desperdícios relatados e observados no setor do almoxarifado de um restaurante, a fim de, reduzir os custos da empresa e assim torna-la mais produtiva e consequentemente mais competitiva. Junior et al. (2011, p.224) citam como sendo um dos novos paradigmas de produção, a eliminação de desperdícios, que são gastos que não contribuem para a produção ou melhoria do produto.

Segundo Slack et al (2013) um dos desperdícios é o estoque, quando não há uma gestão adequada do mesmo, pode haver um capital investido em produtos que muitas vezes não tem previsão de ser utilizado ou pode ocorrer o efeito inverso, precisar de certos materiais que não se encontram em estoque.

Os produtos no estoque de empresas do ramo alimentício, são em sua maioria, produtos perecíveis, ou seja, possuem uma data de validade. Quando não se faz adequadamente a gestão do estoque deste tipo de empresa, um dos desperdícios observados é o descarte de produtos por estarem vencidos. Um dos objetivos do estudo é adequar as quantidades dos produtos em estoque, baseando-se nas demandas reais apresentadas até o momento, na disponibilidade de espaço físico e na pericibilidade.

2. GESTÃO DE ESTOQUE

Estoque é definido segundo Slack et al (2013), como sendo os materiais e suprimentos que as organizações armazenam, afim de, suprir as necessidades das áreas de vendas e dos processos produtivos.

Pozo (2006) orienta que as organizações devem preocupar-se com o controle dos níveis de estoque, pois afetam de maneira significativa os resultados da empresa. Os níveis do estoque devem ser controlados, ou seja, deve haver controle do estoque para que não haja falta ou sobra de materiais. A falta de materiais causa parada de produção, insatisfação dos clientes, entre outros problemas. Quando há materiais em excesso, pode haver vários problemas também, como: perda por perecibilidade e obsolescência, alto valor de capital investido para manter materiais que não são necessários, ocupação de espaço físico, custo em excesso com o controle e armazenamento, etc.

Slack et al (2013) citam que apesar dos estoques terem um custo elevado, comprometerem parte significativa do capital de giro das empresas, ocuparem espaços valiosos e muitas vezes perdem-se por obsolescência, deterioração, etc., proporcionam segurança quando a demanda é incerta. Este é o desafio da gestão de estoque, conciliar o suprimento com a demanda.

2.1 Custo de Estoque

Como já foi citado, o estoque compromete parte significativa do capital de giro da empresa, além deste custo existem outros que são tão importantes quanto este segundo Slack et al (2013).

Custo do pedido: sempre que é realizado um pedido de compra, existem várias transações que são necessárias, que geram um custo para a empresa, como: atividades para preparo da documentação, negociação e pagamento da entrega, custos gerais para realizar todo processo de pedido de compra.

Custos de falta de estoque: a falta de materiais pode ocasionar a parada do processo produtivo, e por consequência, a falta de produtos para os clientes e com isto a insatisfação dos mesmos.

Custos de capital de giro: os custos associados ao capital de giro, são os juros que são pagos aos bancos por empréstimos, e os custos das oportunidades que foram perdidas do investimento deste dinheiro.

Custos de estocagem: são associados à armazenagem física dos materiais. Custos relacionados à manutenção do local apropriado para armazenamento dos materiais, como: iluminação, aluguel, climatização, mão de obra para organização e limpeza, etc.

Custos de obsolescência: quando existem itens em excesso no estoque, pode acontecer de se tornarem obsoletos, deteriorar-se com o tempo, ou ainda, em caso de itens perecíveis, perde-se por ultrapassar a data de validade.

Pozo (2006), explica que devesse manter os estoques em níveis ótimos, ou seja, deve-se minimizar os custos e as quantidades, de modo que, não deixe de atender as demandas e oscilações do mercado, mantendo a total satisfação dos clientes.

2.2 Previsão de Estoques

A previsão de estoques é baseada na previsão de demanda, Slack et al (2013) descrevem que a previsão deve ser realizada a fim de estimar as condições e necessidades que existirão dentro de um período futuro, pois os clientes geralmente esperam a entrega de produtos em um prazo curto, e os fornecedores devem atendê-los quase que imediatamente. Existem diversos fatores que influenciam a demanda de uma empresa, por mais que não seja possível a identificação de todos eles, é muito importante considerar o que for possível.

As demandas possuem algumas características que influenciam na previsão, e por consequência nas técnicas utilizadas para obtenção da mesma. Para visualizar o padrão (características) de uma demanda, deve-se levantar os dados históricos à demanda, e analisa-los em função do tempo, ou seja, qual o comportamento, ou padrão de variação da demanda ao longo do tempo.

2.2.1 Métodos de Previsão Intrínsecos

Existem vários métodos para realizar a previsão de demanda e consequentemente a previsão dos estoques, mas o estudo irá descrever as que utilizam dados históricos da demanda.

Os métodos intrínsecos utilizam os dados

históricos da demanda para realizar previsão, segundo Pozo (2006), pode-se utilizar vários métodos para obtenção da previsão, mas citar-se-á quatro deles, que serão selecionados de acordo com o padrão de variação da demanda.

Método do último período (MUP): é o mais comum e não possui fundamento matemático, este método consiste em utilizar como previsão para o período futuro, a demanda real do período anterior.

Método da média aritmética (MMA): com este método a previsão para o período futuro é obtida através da média aritmética dos períodos anteriores.

Método da média ponderada (MMP): neste método a previsão é obtida a partir da ponderação atribuída a cada período anterior. Os períodos mais próximos recebem maior peso, sendo que a soma dos mesmos deve sempre ser igual a 1.

Método da média com suavização exponencial (MMSE): a ponderação neste método é realizada somente no último período, esta ponderação é denominada constante de suavização exponencial, e pode variar de 0 a 1.

2.3 Controle dos Níveis de Estoques

Slack et al (2013) mencionam que um dos grandes desafios na gestão de estoques é a determinação dos níveis ótimos dos mesmos, pois como já foi citado no estudo, existem vários fatores que influenciam nos custos de estoque, e a principal atividade é minimizar esses custos, de maneira que não falte materiais.

Existem vários métodos para controlar os níveis de estoques, entre estes, citar-se-á o sistema máximo-mínimo. Este sistema tem como principal função automatizar a reposição do estoque, de maneira que respeite as quantidades pré-estabelecidas para cada produto.

Para implantar e administrar corretamente o sistema máximo-mínimo, deve-se estabelecer alguns parâmetros importantes, tais como estoque mínimo (E_{min}), ponto de pedido (PP), tempo de reposição de cada produto (TR), lote de compra (LC) e estoque máximo ($E_{máx}$)

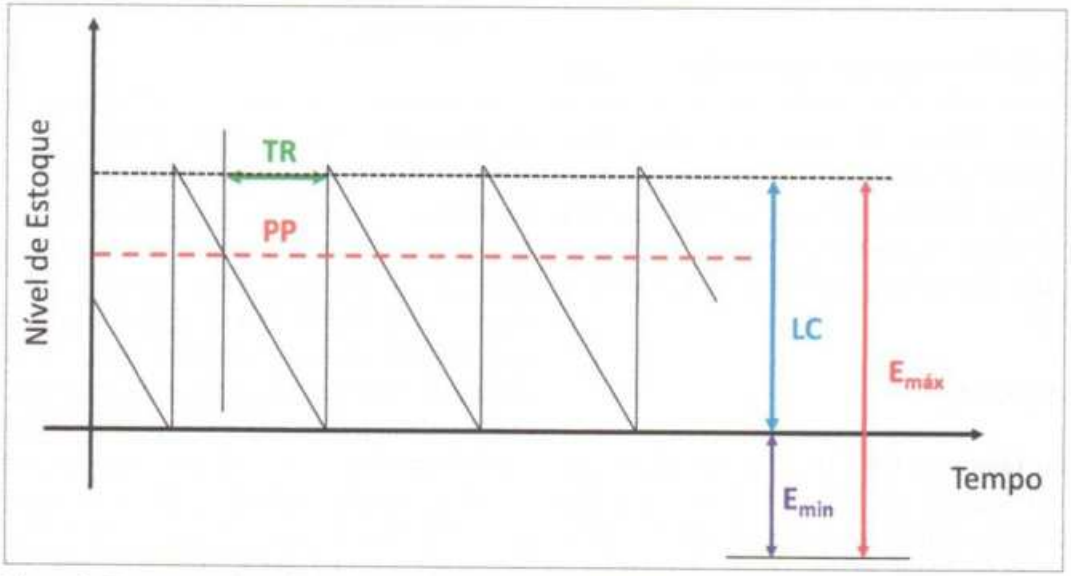


Figura 1. Representação gráfica dos parâmetros para controle de estoque.
Adaptado de Slack et al (2013)

Estoque mínimo: também conhecido como estoque de segurança, é o nível mínimo de estoque que assegura o atendimento caso haja algum imprevisto, como aumento repentino da demanda, atrasos nas entregas, falta do material no mercado, parada de produção, quebra de máquina, etc.

Tempo de reposição: é o tempo desde o pedido de compra até a entrega do produto, este tempo leva em consideração três elementos: tempo para elaborar e confirmar o pedido, tempo para separação e entrega do produto, tempo de processamento e liberação interna.

Ponto de pedido: é quando a quantidade em estoque de um produto atinge o ponto em que é necessário realizar o pedido de compra, o que há em estoque neste momento, é suficiente para suprir as necessidades até que o produto seja entregue.

Lote de compra: é a quantidade a ser comprada, para determinar o lote de compra, deve-se considerar vários fatores como tempo de reposição,

qual período a ser suprido, demanda, etc.

Estoque máximo: considerado como sendo a soma do lote de compra e o estoque mínimo.

BORBA, J.C.R; et al (2015), concluem em seu estudo que o sistema máximo-mínimo é uma ferramenta extremante importante para se estabelecer os níveis ótimos de estoque.

MOREIRA, J. P. S (2017) realizou um estudo em uma empresa do segmento metalomecânico, utilizando a curva ABC em conjunto com o sistema máximo-mínimo. O sistema de produção deste estudo era puxado, e houve uma melhoria no controle de estoque.

BORGES, T.C; CAMPOS, M. S e BORGES, E. C (2010) implantaram um sistema de estoque em uma gráfica/editora e obtiveram muito benefícios, tais como redução do tempo de reposição, aumento da confiabilidade nos níveis de estoque; redução das paradas de produção; aumento da produtividade, etc.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma visita na empresa estudada, a fim de, realizar o trabalho de organização e padronização das atividades da mesma, o processo de mudança iniciou-se no almoxarifado, o que é objeto de estudo deste trabalho.

A primeira etapa do estudo foi o levantamento de dados, através de entrevista não estrutura com os colaboradores do setor do almoxarifado e dos setores que fazem interface com o mesmo. Nesta entrevista, foi questionado sobre os pontos fortes e fracos da empresa e do setor, as dificuldades encontradas, as atividades realizadas e o objetivo de cada uma delas e as oportunidades de melhorias percebidas por cada um.

Após a entrevista, foi realizada a observação direta não participante, para validar os relatos dos colaboradores. De tudo que foi relatado e observado, algumas oportunidades de melhorias foram priorizadas.

- Muitas atividades relatadas eram realizadas sem ter um objetivo claro, muitas vezes eram realizadas em duplicidade e sem necessidade. Não havia padrão de processo, cada colaborador realizava as atividades de uma forma.
- O layout do setor não era funcional, havia muita movimentação desnecessária, não existia endereçamento das prateleiras, delimitação por produtos, etc.
- Não havia padrão de compra, simplesmente o setor de compras comprava baseado na percepção, e na maioria das vezes em excesso, empatando capital em produtos desnecessários.
- Como havia produtos em excesso, a perda por vencimento era inevitável.

Existiam outras oportunidades de melhorias, mas foram classificadas como secundárias e seriam priorizadas em outro momento.

Diante das oportunidades apresentadas, foram planejadas e implantadas algumas ações:

Eliminando as atividades desnecessárias, foi possível elaborar o fluxograma e a instrução de trabalho das mesmas, formalizando-as em um padrão de processo. Todo redesenho do processo foi realizado com o auxílio dos colaboradores.

O estudo layout foi realizado utilizando uma modelagem 3D, e após várias simulações, foi definido qual seria utilizado.

Para controlar o estoque, que foi o maior desafio do trabalho, o levantamento dos dados históricos das demandas, compras, prazos de entregas e das perdas foi realizado, assim como o acompanhamento dos fatores pertinentes. Utilizando os dados, um estudo foi realizado, para definir quais seriam as quantidades mínima e máxima de cada produto, considerando o tempo entre pedido de compra e entrega de cada fornecedor, a demanda histórica, espaço físico, perecibilidade, entre outros fatores.

As quantidades mínimas e máxima de cada produto foram estabelecidas e para auxiliar em todo o controle, uma planilha eletrônica foi desenvolvida. A empresa possuía um sistema gerencial, entretanto, o mesmo não atendia por completo as necessidades do almoxarifado;

Um indicador de precisão de estoque foi implantando para assegurar o controle adequado do mesmo. Uma amostra semanal de vinte itens era selecionada aleatoriamente para verificação de acuracidade entre as quantidades física e sistêmica. A meta estabelecida a princípio foi de 80% de precisão.

Como um dos problemas era a perda de produtos por vencimento, além da compra na quantidade certa,

que foi uma das ações, foi implantado ainda um controle de validade preventivo, onde o almoxarife realizava todo início do mês um levantamento do que iria vencer no mês seguinte, e diante destes dados a priorização de utilização destes produtos era definida.

3.1 Delimitação da Pesquisa

O trabalho foi desenvolvido em uma empresa varejista do ramo alimentício (restaurante), localizado as margens da rodovia Castelo Branco, no interior do estado de São Paulo. A empresa possui três unidades de negócio, mas que o trabalho desenvolvido foi a princípio na matriz. Seu diferencial competitivo consiste de um famoso prato considerado referência na região. Cerca de mil clientes são atendidos por mês, a empresa possui aproximadamente setenta empregados e dez anos de existência.

3.2 Técnica Utilizada

Como citado acima, foi utilizada a entrevista não estruturada para o levantamento das informações necessárias para a realização do trabalho. Esta entrevista foi realizada com todos os colaboradores do setor do almoxarifado e dos setores de interface.

Cada colaborador foi questionado sobre as atividades realizadas, a percepção quanto as dificuldades, problemas, oportunidades de melhorias, pontos fortes e fracos e a importância de cada atividade desenvolvida.

Após a entrevista, foi realizado a observação direta não participante das atividades realizadas por cada colaborador, afim de concluir o mapeamento dos processos, e finalizar as oportunidades de melhorias que seriam priorizadas.

3.3 Análise dos dados e interpretação dos resultados

Após a implantação de todas as melhorias supracitadas, pode-se mensurar ganhos relevantes.

Com a implantação do sistema máximo-mínimo e com a planilha de controle (Fig.2), constatou-se a redução de 30% do capital investido. A empresa possui mais de três mil itens em estoque, com esta adequação da quantidade, houve também a redução da quantidade de itens estocados, e por consequência dos custos de estocagem.

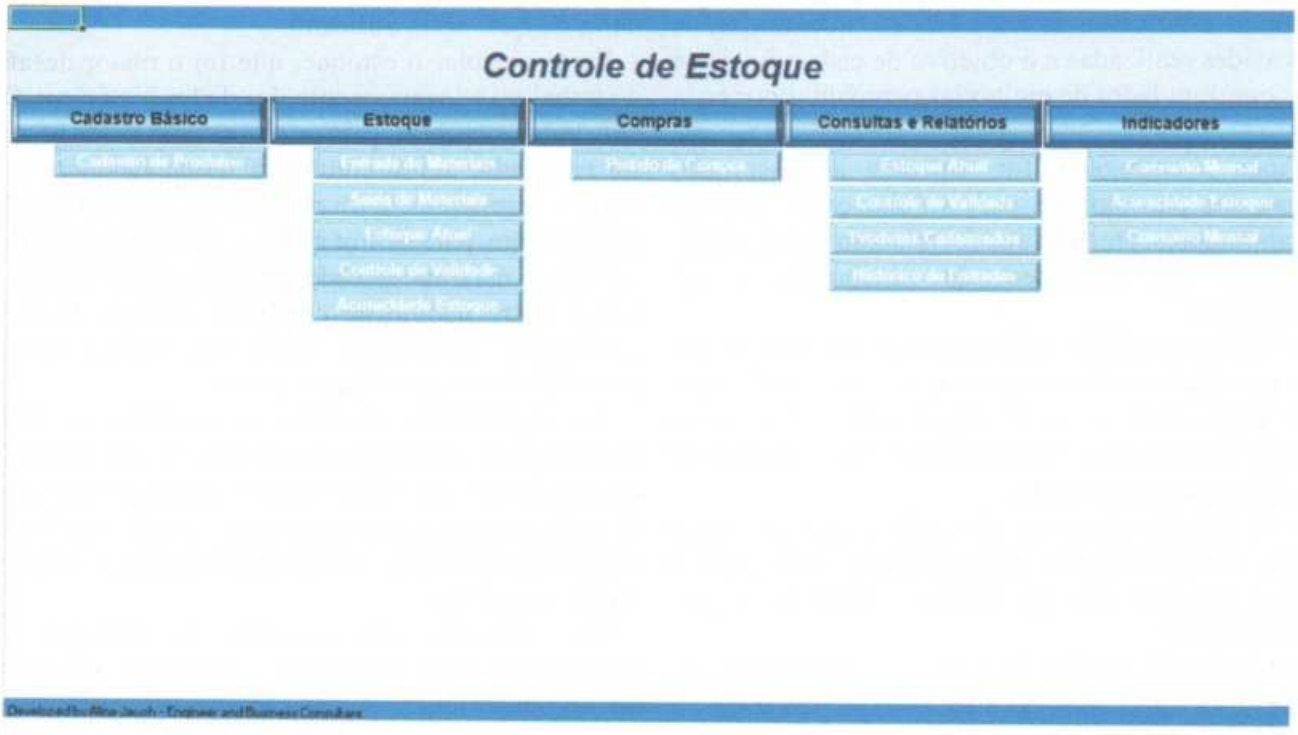


Figura 2. Planilha eletrônica para controle de estoque

Através da adequação das quantidades, do estudo das demandas e do controle de validade preventivo, houve a redução de 80% das perdas por obsolescência e perecibilidade.

O controle da precisão do estoque começou com 69% de certo, abaixo da meta, mas após 3 semanas já estava alcançando 100% de precisão.



Figura 3. Indicador de acuracidade mensal

Após a padronização das atividades, os colaboradores foram treinados e orientados sobre os objetivos e importância das mesmas para a organização.

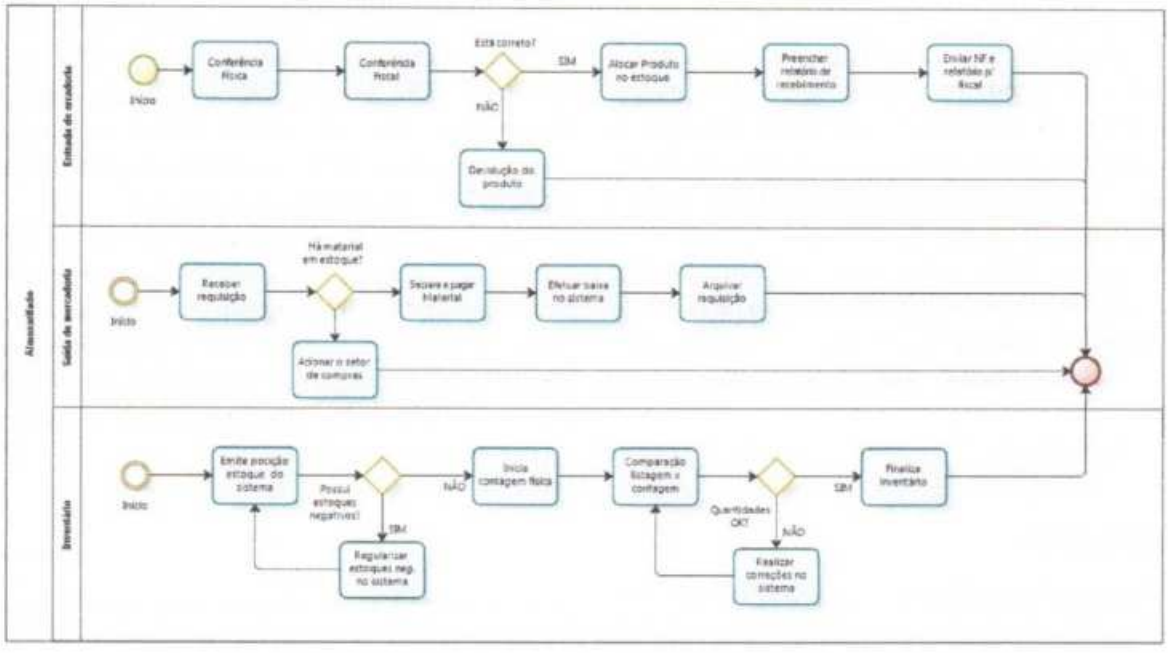


Figura 4. Fluxograma dos processos

Após várias simulações, o layout do setor foi alterado (Fig. 5, nº 1) proporcionando assim maior visibilidade e organização dos produtos e reduzindo a movimentação.

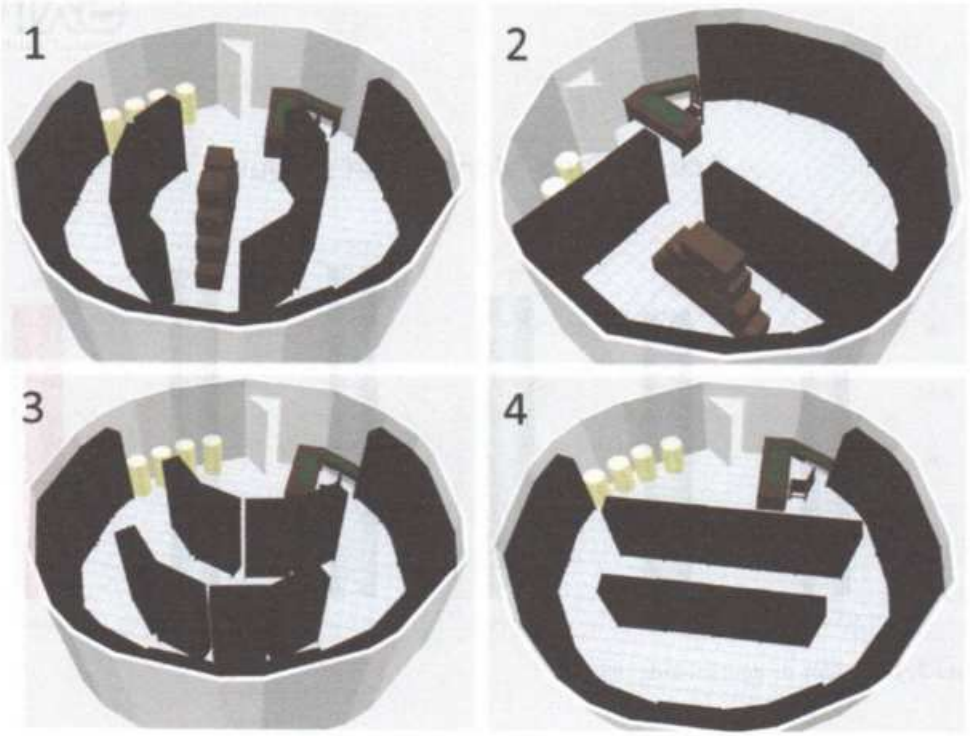


Figura 5. Simulação do layout

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma empresa sobreviver no mercado, a mesma precisa ser produtiva e competitiva. Muitas empresas deixam de ser produtivas por apresentar custos acima do ideal. O trabalho desenvolvido teve como objetivo eliminar custos que são classificados como desperdícios, por não agregar valor ao bem ou serviço do ponto de vista do cliente.

Através deste estudo, e das ações implantadas por meio dele, muitos custos decorrente da falta de controle eficaz do estoque, padronização dos processos, layout adequado, ressuprimento com referência, foram reduzidos.

Após a implantação das ações a empresa obteve total controle do estoque, reduzindo 80% das perdas por perecibilidade e obsolescência e 30% do capital investido. Os custos de estocagem não foram mensurados, mas certamente houve a redução, pois com a adequação do sistema de ressuprimento reduziu a quantidade de produtos em estoque.

Pode-se concluir portanto que o estudo foi de grande valia para a empresa, proporcionou um retorno muito positivo, reduziu custos significantes, tornou o ambiente mais organizado, padronizado e profissional. Hoje a empresa certamente é mais produtiva e competitiva, e está no caminho para sobreviver a este mercado que é tão competitivo e volátil.

REFERÊNCIAS

VI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2017, Ponta Grossa. Implantação do Sistema Máximo-Mínimo para o Gerenciamento de Estoques através da Demanda: um Estudo de caso em uma empresa do setor metalomecânico. Ponta grossa: Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção (CONBREPRO), 2017.

XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUCAO, 2015, Fortaleza. Aplicação Do Sistema Máximo-Mínimo No Controle De Estoque De Uma Empresa Do Segmento Termoplástico. Fortaleza: Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção, 2015.

BORGES, T.C; CAMPOS, M. S; BORGES, E. C. Implantação de um sistema para o controle de estoques em uma gráfica/editora de uma universidade. Revista Eletrônica Produção & Engenharia, v. 3, n. 1, p. 236-247, Jul./Dez. 2010

JUNIOR, J. H. P; OLIVEIRA, L. M; COSTA, R. G. Gestão Estratégica de Custos. 7ª Edição. São Paulo: Atlas S.A.,2011.

POZO, H. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, 3ª Edição. São Paulo: Atlas S.A.,2006.

SLACK, N; BRANDON-JONES, A; JOHNSTON, R. Princípios de Administração de Produção, 1ª Edição, São Paulo: Atlas S.A., 2013.

O DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO

MARCIO GONÇALVES CAMPOS
Pós-graduando em Docência do Ensino Superior e Técnico, certificado pela Faculdade Galileu, pólo Botucatu/SP.
E-mail: arciocamposagronomo@gmail.com.

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é analisar a formação do Engenheiro Agrônomo, por meio da perspectiva das bases curriculares do Ministério da Educação e dos projetos político-pedagógicos propostos pelas Instituições de Ensino Superiores no Brasil. Este estudo incorpora os marcos teóricos da ciência e da educação para avaliar a metodologia, os conteúdos e as possibilidades pedagógicas para dinamizar a formação de um "novo modelo" de engenheiro agrônomo no país. Apresenta, também, um estudo de caso do curso de graduação em engenharia agronômica, da Faculdade Gran Tietê no município de Barra Bonita, estado de São Paulo.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the formation of the Agronomist Engineer, through the perspective of the curricular bases of the Ministry of Education and the political-pedagogical projects proposed by the Higher Education Institutions in Brazil. This study incorporates the theoretical frameworks of science and education to evaluate the methodology, contents and pedagogical possibilities to boost the formation of a "new model" of agronomist in the country. It also presents a case study of the undergraduate degree in agronomic engineering of the Gran Tietê College in Barra Bonita, state of São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Agronomia; Práxis; Instituições de Ensino Superior; Etnografia.

1. INTRODUÇÃO

A formação para os cursos de Engenharia Agronômica ou Agronomia são regidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas por Resolução nº 01 de 02/02/2006 do Conselho Nacional de Educação. Estas referências legais sobre a formação profissional da Agronomia é coerente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reconhecida pela Lei Federal nº 9.394 de 20/11/2006, que estabeleceu importantes mudanças no ensino superior no Brasil, como, a substituição dos currículos mínimos, que determinavam conteúdos básicos à formação e ao exercício profissional por diretrizes curriculares (DIAS, 2008).

As diretrizes curriculares permitiram um avanço nas bases e componentes curriculares na formação do profissional das ciências agronômicas tais como a organização de cursos de graduação por Instituições de Ensino Superiores (IES) públicos e privados; o projeto

político-pedagógico conforme a realidade regional, incluindo conteúdos e disciplinas para a formação profissional com habilidades e competências de acordo com as demandas socioambientais, o qual está inserido.

Na Faculdade Gran Tietê, o projeto político-pedagógico ou projeto pedagógico do curso de Engenharia Agronômica definiu a missão profissional desta ciência agrária como: "O curso de Agronomia tem como objetivo formar Engenheiros Agrônomos com capacidade técnico-científico e responsabilidade social. A sua formação eclética visa gerar e difundir conhecimentos científicos e técnicas agronômicas adequadas à concepção e manejo de agroecossistemas sustentáveis e cadeias produtivas, contribuindo para a melhoria da sociedade" (PPC-FGT, 2016).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Engenharia Agronômica ou Agronomia são estabelecidas por Resolução do Conselho Nacional de Educação e execução pelo Ministério da Educação (MEC), deverão ser as seguintes:

> [...] Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia são as seguintes:
> § 1º O projeto pedagógico do curso, observando tanto o aspecto do progresso social quanto da competência científica e tecnológica, permitirá ao profissional a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.
> § 2º O projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Agronômica deverá assegurar a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.
> § 3º O curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:
> a) o respeito à fauna e à flora;
> b) a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
> c) o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
> d) o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e
> e) o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.
> Art. 4º O curso de graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia deverá contemplar, em seu projeto pedagógico, além da clara concepção do curso, com suas peculiaridades, seu currículo e sua operacionalização, os seguintes aspectos:
> I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, política, geográfica e social;
> II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
> III - formas de realização da interdisciplinaridade;
> IV - modos de integração entre teoria e prática;
> V - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
> VI - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
> VII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
> VIII - regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de curso de acordo com as normas da instituição de ensino, sob diferentes modalidades;
> IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado contendo suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; e,
> X - concepção e composição das atividades complementares.
> Parágrafo único. Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

A ciência agronômica surgiu no Brasil, no período meados de 1859, com a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, ainda no governo imperial. A partir do período republicano até os anos de 1970 a formação agronômica era inteiramente vinculada ao estado Brasileiro, primeiramente vinculado ao Ministério da Agricultura e atualmente ao Ministério da Educação, através do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967.

Ultimamente as Instituições de Ensino Superiores (IES) aprimoraram a formação acadêmica adotada nas universidades públicas alicerçadas nos conceitos do ensino, pesquisa e extensão. As faculdades particulares de Agronomia são regulamentas por estes marcos legais e normativos oportunizando a graduação de profissionais com perfil identificado nas DCN. A formação nas ciências agrárias superou a concepção de ensino superior de conteúdos limitados ao setor agrícola. Valorizam-se também competências e habilidades profissionais associadas à promoção dos direitos da cidadania, responsabilidade socioambiental e respeito à diversidade étnica e cultural (DIAS, 2008).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais o perfil do profissional formado por IES públicas e privado será como o:

> [...] Art. 5º O curso de Engenharia Agronômica deve ensejar como perfil:
> I - sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver tecnologia;
> II - capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com

> visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;
> III- compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente; e
> IV- capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações.
> Art. 6º O curso de Engenharia Agronômica ou Agronomia deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:
> a) projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;
> b) realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;
> c) atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;
> d) produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;
> e) participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio;
> f) exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;
> g) enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.
> Parágrafo único. O projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia deve demonstrar claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu formando e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, bem como garantir a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática da Engenharia Agronômica, capacitando o profissional a adaptar-se de modo flexível, crítico e criativo às novas situações.

Diante deste amplo contexto das bases curriculares para a formação superior de Engenharia Agronômica este artigo científico tem o objetivo de estudar as turmas de 2017 e 2018 de Agronomia da Faculdade Gran Tietê, no município de Barra Bonita, estado de São Paulo. Com o objetivo geral de ponderar desde a disciplina de "Introdução à Agronomia" até o estágio curricular obrigatório, utilizando como documentos orientadores o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Engenharia Agronômica, os dados obtidos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação do cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Agronomia.

Neste artigo utilizam-se da metodologia da etnografia e do estudo de caso para analisar a relação entre o processo de ensino-aprendizagem, referenciada no conceito da teoria-prática e da práxis que estão interligados e se trazem a possibilidade de formação inovadora para os estudantes do curso. Portanto, a prática é um processo fundamental na aquisição do conhecimento para a experimentação e aplicação de conceitos teóricos. Considerando que a formação profissional possui um processo constante entre teoria e prática, permitindo sucessivas aproximações à realidade, contribuindo inclusive para a sua transformação (FREIRE, 2001, p.245).

2. JUSTIFICATIVA

O conhecimento agrícola, historicamente acumulado no agricultor, foi gradualmente deslocado para os meios intelectuais e acadêmicos, destacado por Paulo Freire da seguinte forma:

> Não é possível entender as relações dos homens com a natureza, sem estudar os condicionamentos histórico-culturais a que estão submetidas suas formas de atuar. A capacitação técnica, que não é adestramento animal, jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos camponeses, de sua visão cultural de suas crenças. Deve partir do nível em que eles se encontram, e não daquele em que o Agrônomo julgue deveriam estar. (FREIRE, 1988)

O Engenheiro Agrônomo continua a ser formado com base numa abordagem pedagógica tradicionalista, em que os conhecimentos técnicos e científicos são repassados por especialistas, através de uma coletânea de disciplinas que são reorganizadas periodicamente nas grades curriculares (CAVALLET, 1999). A ciência agronômica, embora com efetiva presença nas propriedades rurais, não tinha como objetivo

o desenvolvimento agrário em seus aspectos mais amplos como as questões sociais e ambientais. A partir de políticas públicas comandadas pelos órgãos de governo, seu objetivo visava muito mais o agrário como meio para a obtenção da produção agrícola (CAVALLET, 1999).

Em menos de dois séculos, de seu início até os dias de hoje, a Agronomia contribuiu para uma profunda alteração das formas de produção na agricultura. O seu objetivo central, dentro dos pressupostos que fundamentaram a sua criação e organização como ciência, de viabilizar uma produção agrícola em quantidades adequadas ao comércio capitalista, já foi amplamente atingido. (TUBIANA; MARLOIE, 1995).

O Brasil, no cenário científico internacional, é ainda um país periférico e a Agronomia brasileira, como ciência de um país dependente tecnologicamente, procede muito mais uma difusão de tecnologia externa do que uma geração de conhecimentos adequados à realidade nacional (AGUIAR, 1986).

Embora as contestações e alternativas ao paradigma agronômico já sejam expressivas, a Agronomia não atingiu ainda a sua maturidade, o que possibilitaria uma ação de vanguarda na realidade agrária brasileira, colocando-se de forma ética, pluralista e propositiva, juntamente com outras ciências, a serviço do conjunto da sociedade brasileira (CAVALLET, 1999).

Segundo TUBIANA e MARLOIE (1995), o desafio que havia sido posto para a Agronomia no início de sua instituição, o da produção de alimentos em quantidade compatível com o crescimento populacional, já foi amplamente superado. No entanto, em função do processo de desenvolvimento econômico e social, outros desafios econômicos, ecológicos, sociais e culturais, foram surgindo. Este viés do ensino agronômico vem sendo, desde os anos 1980, colocado em questão, suscitando a necessidade de outros enfoques teóricos e de novos instrumentos metodológicos e pedagógicos que contribuam para a formação de profissionais capacitados a trabalhar a partir de uma concepção mais ampla e humana da promoção do desenvolvimento rural (DIAS, 2006).

3. METODOLOGIA

A metodologia ativa indicada na formação profissional deve possibilitar igualmente, sob as referências das teorias educacionais, a formulação de componentes estratégicos para um modelo de ensino de Agronomia, dentro do objetivo de formar um profissional com perfil desejado para atuar em um meio complexo e multidisciplinar (CAVALLET, 1999).

Assim sendo, a metodologia utilizada no artigo foi pela pesquisa etnográfica, seguindo a conceituação e princípios descritos em ENGERS (1994) e ANDRÉ (1995) para aprofundar uma análise restrita da ciência agronômica, a Etnografia contribuiu descrevendo os fenômenos educacionais, culturais e étnicos respeitando seus contextos e sua totalidade como elementos básicos. Para ENGERS (1994), a Etnografia busca descrever, compreender e interpretar os fenômenos educativos, com abordagem cultural, objetivando estudar os significados e ações humanas na vida social e educacional.

Os dados utilizados para as análises e sínteses realizados foram baseados em "pesquisa descritiva bibliográfica" (KÖCHE, 1997) e complementados por "observação participante" (LUDKE; ANDRÉ, 1986); (EZPELETA; ROCKWELL, 1989) e pelo "estudo de caso" que é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange fenômenos complexos em abordagens especificas de coletas e analise de dados (YIN, 2001).

Para o alcance dos objetivos propostos por este artigo foi realizado a coleta de dados através de um levantamento de documentos do PPC e da CPA. Foram efetuadas entrevistas com 100 alunos do curso de graduação da Agronomia. Todas as informações foram coletadas por meio da aplicação de questionário semiestruturado, com roteiro previamente elaborado dando enfoque em perguntas relacionadas ao tema abordado. As entrevistas tinham como objetivo verificar o grau de atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o estudo de caso.

O questionário da pesquisa foi elaborado com questões qualitativas e quantitativas buscando descrever e analisar a implantação curso. O presente artigo foi dividido em seções: organização e estrutura curricular; coordenação acadêmica e estrutura física; avaliação da CPA e DCN e a formação profissional desejada. Todas as coletas de dados ocorreram de Fevereiro a Maio de 2018.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ciências agrárias, no qual, a ciência agronômica está inserida é uma área do conhecimento que exige dialogo de saberes dos campos das ciências naturais e biológicas, sociais e humanas juntamente ao conhecimento acumulado pelos camponeses e agricultores ao longo da história. É necessário também contextualizar os conhecimentos agronômicos na História das Ciências, trabalhando conceitos básicos de técnica, ciência e tecnologia (DIAS, 2008). De acordo com Paulo Freire (2005), para quem a práxis pedagógica esta baseada no diálogo de saberes, propõe em sua metodologia a superação das dicotomias do sujeito-objeto do conhecimento e da teoria e prática, propondo, uma produção coletiva de conhecimentos.

Considerando o título deste artigo como o diálogo entre a teoria e a prática no processo de aprendizagem do ensino superior: estudo de caso sobre a formação do engenheiro agrônomo. A finalidade principal é analisar as turmas de 2017 e 2018 do curso de Engenharia Agronômica da Faculdade Gran Tietê, com o objetivo de avaliar se há a formação integral e com o perfil do profissional que atenda as demandas do século XXI utilizando metodologias da pesquisa descritiva, etnográfica e do estudo de caso, desta forma, foram avaliados o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), os dados obtidos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Agronomia.

4.1 Organização e estrutura curricular

Observa-se que ponto fundamental na construção da proposta pedagógica do curso é a superação da dicotomia entre teoria e prática. Nesse contexto, identifica-se a articulação Ensino-Pesquisa-Extensão como orientadora da produção de um novo saber e momento privilegiado no rompimento dessa dicotomia, oportunizando, com isto, o exercício da crítica fundamentada teórica e eticamente. A relação teoria-prática como eixo articulador do currículo é estabelecida nas diferentes práticas de ensino, de laboratório e na vivência nas propriedades rurais que permeiam as disciplinas do curso, desde o seu início. É concretizada, também, nos estágios curriculares, entendidos como atividades teórico-práticas e desenvolvidos por meio de projetos de estágios integrados, com a finalidade de promover a aproximação concreta com o campo de trabalho. A figura 1 demonstra a relação teórico-prática na carga horária total.

Figura 1: Relação de disciplinas da matriz curricular, horas teóricas, práticas e total.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA			
Administração Rural e Agronegócios	18	18	36
Agricultura I	36	36	72
Agrometeorologia e Climatologia	18	18	36
Agricultura II	36	36	72
Anatomia e Morfologia Vegetal	36	36	72
Anatomia e Fisiologia Animal	36	36	72
Biologia Celular	18	18	36
Bioquímica e Biotecnologia	18	18	36
Cartografia	18	18	36
Construções Rurais	36	36	72
Desenho Técnico e Expressão Gráfica	18	18	36
Entomologia Agricola	36	36	72
Estatística e Probabilidade	36	36	72
Fertilidade do Solo	36	36	72

Fertilizantes e Corretivos	18	18	36
Fitopatologia Geral	18	18	36
Fitopatologia Aplicada	36	36	72
Física Geral e Experimental II	18	18	36
Fundamentos de Ciência do Solo	18	18	36
Gênese, Morfologia e Classificação do Solo	36	36	72
Geoprocessamento e Georeferenciamento	18	18	36
Hidráulica Geral	18	18	36
Informática Aplicada	18	18	36
Introdução à Agronomia	18	18	36
Irrigação e Drenagem	36	36	72
Máquinas e Mecanização Agrícola	36	36	72
Manejo de Pragas Agrícolas	18	18	36
Manejo e Conservação do Solo	18	18	36
Metodologia da Pesquisa Científica	18	18	36
Microbiologia	18	18	36
Nutrição Animal	18	18	36
Pastagem e Forragicultura	36	36	72
Projeto Integrador I	18	18	36
Projeto Integrador II	18	18	36
Projeto Integrador III	18	18	36
Projeto Integrador IV	18	18	36
Química Analítica	18	18	36
Química Geral	18	18	36
Química Orgânica	18	18	36
Sociologia e Extensão Rural	18	18	36
Topografia	36	36	72
Zootecnia I	18	18	36

Fonte: PPC – FGT 2016.

Como pode ser verificada, na Figura 1, ocorre a analogia teoria-prática na carga horária do currículo pesquisado. A coleta de dados mostra que é estabelecida nos diferentes núcleos de disciplinas 50% das horas com atividades educacionais práticas de ensino em sala de aula e de laboratório. Isto significa que nas disciplinas básicas ocorrem exercícios práticos e recursos metodológicos como a Aprendizagem Baseado em Problemas (ABP). O segundo momento com disciplinas específicas, como discussão deste artigo, as didáticas evoluem da aula expositiva dialogada para estudos dirigidos em grupos e pautada na Aprendizagem Baseada em Projetos por meio da disciplina de Projeto Integrador. A terceira fase do processo de aprendizagem com o envolvimento da pedagogia ativa para a realização de disciplinas optativas e realização de projetos e visitas técnicas com os produtores rurais.

È importante destacar que os conteúdos curriculares são distribuídos em três núcleos de conteúdos: Núcleo I - O núcleo de conteúdos básicos é composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística, Informática e Expressão Gráfica.

Portanto, o Núcleo II – é o núcleo de conteúdos profissionais essenciais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional de atuação, integrando as subáreas de conhecimento que

identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Introdução à Agronomia; Agrometeorologia e Climatologia; Avaliação e Perícias; Biotecnologia, Fisiologia Vegetal e Animal; Cartografia, Geoprocessamento e Georeferenciamento; Comunicação, Ética, Legislação, Extensão e Sociologia Rural; Construções Rurais, Paisagismo, Floricultura, Parques e Jardins; Economia, Administração Agroindustrial, Política e Desenvolvimento Rural; Energia, Máquinas, Mecanização Agrícola e Logística; Genética de Melhoramento; Manejo e Produção e Florestal; Zootecnia; Fitotecnia; Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio; Hidráulica, Hidrologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Sistemas de Irrigação e Drenagem; Manejo e Gestão Ambiental; Microbiologia e Fitossanidade; Sistemas Agroindustriais; Solos, Manejo e Conservação do Solo e da Água; Nutrição de Plantas e Adubação; Técnicas e Análises Experimentais; Tecnologia de Produção, Controle de Qualidade e Pós-Colheita de Produtos Agropecuários.

Com relação ao Núcleo III – é o núcleo de conteúdos profissionais específicos e disciplinas optativas, descrito na Figura 2, inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permite atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade do contexto. O estágio curricular supervisionado é um conteúdo curricular obrigatório, com regulamentação própria – são 300 horas (7,5%). As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitem, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico – 208 horas (5,2%). O trabalho de curso é componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso – são 108 horas (2,7%). Obtendo o total da Carga Horária de 4.000 horas, conforme dados obtidos do PPC. A estrutura curricular encontra-se organizada numa sequência lógica e contínua, de modo semestral. O currículo do curso está em pleno acordo com os objetivos apresentados e com o perfil do profissional que se pretende impetrar dentro do contexto do mercado de trabalho e das exigências éticas e sociais.

Figura 2: Relação de disciplinas optativas da matriz curricular e outras didáticas.

NÚCLEO DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS			
Conteúdos de Estudos		Disciplinas	C/H
I.	Optativas	Libras – Linguagem Brasileira de Sinais	36
		Comercialização de produtos agrícolas	36
		Avaliação de impacto ambiental	36
		Empreendedorismo	36
		Tecnologia e Produção de Sementes	36
		Cafeicultura	36
		Cultura da Cana-de-Açúcar	36
		Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal	36
		Nutrição Animal	36
II.	Trabalho de Conclusão de Curso	Projeto de Graduação I	36
		Projeto de Graduação II	72
III.	Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado	300
IV.	Atividades Complementares	Atividades Complementares	208

Fonte: PPC – FGT 2016

Por meio da avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Agronomia da Faculdade Gran Tietê ao todo 52 disciplinas do núcleo I, II e III conferem a interdisciplinaridade. Entre todas as disciplinas a de "Iniciação à Agronomia" tem o papel fundamental de apresentar estes desafios profissionais a partir de sua complexidade, estimulando uma percepção do curso como um arranjo pluridisciplinar que deve buscar sua coerência no Projeto Político-Pedagógico que orienta para a formação de um tipo de profissional, considera DIAS (2008). Outra disciplina observada que confere conhecimento multidisciplinar na teoria e na prática são as disciplinas de "Projeto Integrador I, II, III e IV" que atribui objetivos didáticos e pedagógicos para a formação baseada na resolução de problemas e na elaboração de projetos.

A materialização da flexibilização curricular é observada pela inclusão de disciplinas optativas, que têm por finalidade oferecer ao estudante a especialização em determinadas áreas para sua formação profissional. Isso é percebido por meio das atividades curriculares complementares, estágio curricular obrigatório e trabalho de conclusão de curso para as diferentes práticas e programas institucionalizados que levam em consideração os espaços escolares e não escolares, na articulação das diferentes áreas que compõem o currículo do curso de Agronomia da Barra Bonita.

Para DIAS (2008), o Agrônomo ou Agrônoma especialista perde cada vez mais espaço nos "mercados de trabalho" e perde também capacidade de intervir e atuar na complexidade dos processos de promoção de desenvolvimento rural. Estes processos demandam certa especialização e capacidade de orientação técnica, mas requerem principalmente habilidades para articular de modo interdisciplinar campos de saber, conhecimentos, informações, técnicas e instrumentos. A imagem do especialista se distancia cada vez mais da imagem do cientista que trabalha isoladamente sobre um tema muito particular.

Verifica-se que há a integração entre ensino, pesquisa e extensão, portanto, torna-se consistente nessas diferentes disciplinas que compõem os núcleos curriculares do curso e na dinâmica da sala de aula e laboratórios, a união dos saberes teóricos e práticos, mediada por meio de aprendizagens do método da pesquisa pela iniciação científica e pela extensão rural universitária desenvolvida. Como pode ser verificado no projeto pedagógico, a definição das linhas de pesquisa e dos programas de extensão de cada curso, que orientam o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão apoiados pela instituição e em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP) através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

4.2 Coordenação acadêmica e estrutura física

Para GADOTTI (1992) a escola pode em sua intencionalidade retificar, ignorar ou desvelar as diferentes relações e condições da realidade aos seus alunos. Na busca de reformas para a educação formal, existe uma tendência a centrar na grade curricular as possibilidades de mudanças, afirma CAVALLET (1999). Existem muitos estudos sobre o novo modelo pedagógico na formação do profissional da Agronomia, mas poucas referências bibliográficas sobre o desenvolvimento integral da coordenação docente e a importância da estrutura física das instituições de ensino superior para otimização do processo de ensino-aprendizagem.

Analisando a coordenação acadêmica do curso de engenharia agronômica, ela ocorre mediante a contratação de profissionais específicos pelo regime de trabalho da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em tempo integral. Podem ser verificado que a Faculdade tem como norma que os coordenadores sejam aqueles de maior titulação, em regime de tempo integral, portadores de experiência profissional e acadêmica na Agronomia.

Nesta seção, os resultados da pesquisa no PPC mostram que o perfil de professor desejado na engenharia agronômica, também seja de um educador, fundamentado em métodos e didáticas adequadas, na realização de pesquisa de campo, de laboratório, levantamento bibliográfico e nas áreas do conhecimento dominado pelo professor. Ressalta-se ainda que exista uma política de capacitação dos docentes, que está claramente definida no Plano de Capacitação Docente, que preocupada com a formação pedagógica de seus docentes, tem como proposta de promover o desenvolvimento, aprimoramento e qualificação do professor de graduação através de "Especialização em Docência do Ensino Superior e Técnico" oferecido de forma gratuita ao professor para melhoria da didática e no aperfeiçoamento pedagógico. Uma de suas principais diretrizes está em facilitar o acesso à formação pedagógica de profissionais graduados, habilitando-os, assim, para o exercício da docência.

No que se refere ao apoio psicopedagógico, a Faculdade disponibiliza profissionais da Psicologia e da Pedagogia, objetivando auxiliar sua comunidade acadêmica, tanto alunos e professores, para um melhor desempenho em suas atividades, sejam relacionadas

ao processo de aprendizado como também fatores psicopedagógicos que influenciam o desenvolvimento emocional do indivíduo.

Constatou-se que as estruturas físicas, de acordo com a Figura 3, apresentam boas instalações gerais, incluindo salas de aula, instalações para docentes, área de alimentação, laboratórios, biblioteca, auditório e instalações sanitárias.

Figura 3: Quadro de estruturas físicas para atividades teóricas e práticas.

LABORATÓRIOS							
LABORATÓRIO	CARACTERÍSTICAS				UTILIZAÇÃO		
	Área (m²)	Capacidade	Existente	A Construir	M	T	N
Informática I	60,00	25	x		x	x	x
Informática II	50,00	25		x	x	x	x
Multidisciplinar I	100,00	50	x		x	x	x
Multidisciplinar II	50,00	25	x		x	x	x
Multidisciplinar III	70,00	25	x		x	x	x
Multidisciplinar IV	100,00	25		x	x	x	x
Multidisciplinar V	100,00	25		x	x	x	x
Multidisciplinar VI	100,00	25		x	x	x	x
Desenho Técnico	50,00	25	x		x	x	x
Fazenda Escola Gran Tietê	62,9 ha	200	x		x	x	x

Fonte: PPC – FGT 2016

Como resultado do levantamento do estudo de caso, houve uma análise da estrutura física presentes na instituição de ensino superior para avaliar as condições materiais, para que em conjunto com as bases curriculares e metodologias utilizadas, possibilitem a formação integral do perfil do egresso desejado com base nas Diretrizes Curriculares Nacional.

Considerando a existência de laboratório de informática para a realização de atividades práticas e trabalhos participativos com as disciplinas dos núcleos curriculares básicos e específicos, como calculo e projeto integrador I. Existe o laboratório multidisciplinar I para realizar as atividades práticas das disciplinas de biologia e física do núcleo I de disciplinas. O Laboratório II estruturado para atender as disciplinas de química e bioquímica. O laboratório III especializado na microscopia atende demandas pedagógicas da biologia e química.

Foi observado que os laboratórios IV, V, VI para as práticas de hidráulica, topografia, máquinas, motores, defesa sanitária vegetal e anatomia animal serão construídos dentro do cronograma de apresentação das disciplinas do núcleo II.

O que chama atenção é a estrutura da Fazenda Escola onde ocorrem aulas práticas de Introdução à Agronomia e a correlação de conteúdos teóricos com práticas de campo com outras disciplinas, como de Ecologia, Botânica, Solos, Projetos, principalmente, vinculadas ao núcleo curricular II. A Fazenda

Escola possui completa estrutura para a realização de atividades práticas com os alunos do curso, permitindo, desde o 1° semestre até o 10° semestre, a vivência dos sistemas de produção agropecuária e à iniciação científica, conforme ilustram as figuras 4 e 5.

Figura 4: Aula Pratica na Fazenda Escola. Figura 5: Transporte cedido pela FGT.





Fonte: próprio autor.

O reforço do conteúdo teórico apresentado em sala de aula e praticado na aula prática na Fazenda Escola com a metodologia das visitas técnicas à produção agrícola, para o desenvolvimento de experimentos para estímulo a iniciação científica e a realização de oficinas sobre temas agronômicos variados permitem o estudante conhecer a abrangência da profissão e estimulá-lo ao estudo mais profundo dos problemas e soluções encontrados nas disciplinas apresentadas pelo curso de Agronomia.

Estes resultados avaliados sobre a coordenação docente e estrutura física possibilitam afirmar que a Faculdade Gran Tietê possui primíssimas condições para a formação profissional de um novo modelo de engenheiro agrônomo comprometido com as questões socioambientais e com o desenvolvimento rural sustentável.

4.3 Avaliação da CPA e DCN e a formação profissional desejada

Nesta seção apresentam-se os resultados do questionário aplicado por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) à amostra de alunos selecionados para a pesquisa. Dentro do contexto nacional poucos são os cursos de graduação em Agronomia no Brasil que possuem um projeto pedagógico inovador e pautado nos compromissos sociais do profissional do século XXI.

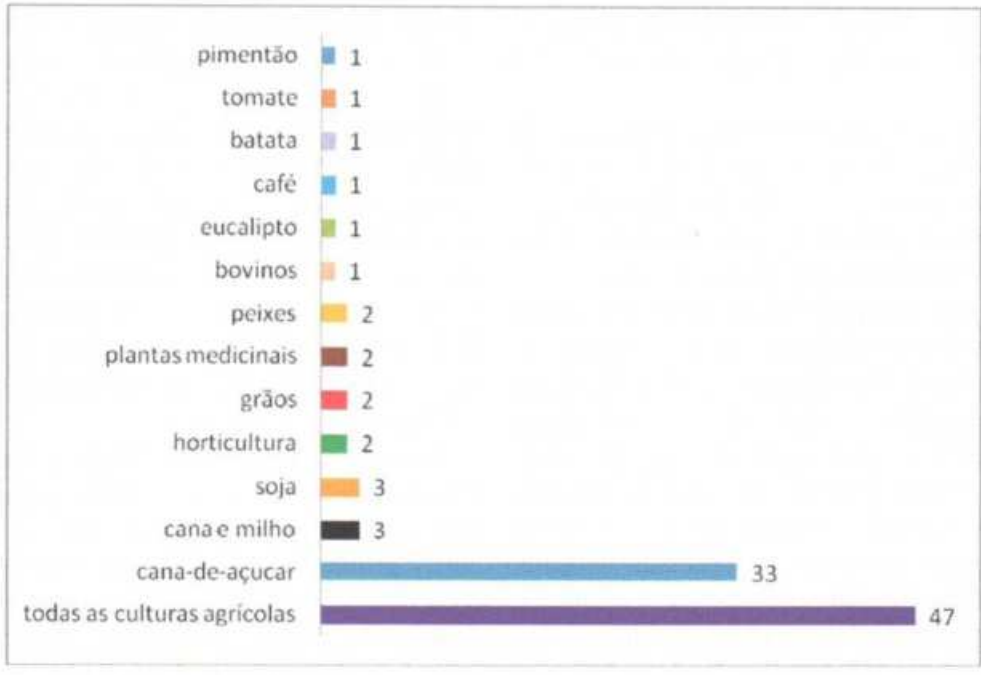
Ao estudar a questão curricular e a formação do engenheiro agrônomo, Valdo José Cavallet (1999) arrola diversas situações das fragmentações curriculares no curso, dos questionamentos sobre a pedagogia passiva e tradicional na formação superior em ciências agronômicas e na falta de infraestrutura física adequada para o ensino superior em Agronomia.

A análise de CUNHA (1991) faz da política educacional brasileira, que enfoca a escola pública de primeiro e segundo grau, contribui também para compreender as características curriculares no ensino superior, visto que as culturas e as matizes ideológicas que influenciam os diferentes níveis educacionais são as mesmas, conclui o autor.

Entretanto, pôde ser verificado que os alunos entrevistados possuem dificuldade de compreensão das aulas do núcleo I, principalmente das disciplinas de cálculo e física; que os estudantes que não tem maturidade acadêmica para aprender diversas áreas do conhecimento, têm grande dificuldade inicial no curso, deixando ou desistindo do curso nos primeiros anos; outros alunos apontaram maiores dificuldades na compreensão dos conteúdos básicos e específicos, respectivamente, haja vista, não terem uma boa qualificação educacional (ensino fundamental e médio), principalmente na língua portuguesa e nas ciências exatas, dificultando o desenvolvimento posterior no próprio curso. Isso pode significar que o aluno ingressante em instituição de ensino superior privado vem de escolas publicas com defasagem de aprendizagem nas disciplinas básicas de matemática, física, química e biologia.

Com base na entrevista semiestruturada tivemos acesso a algumas informações sobre conteúdos e a área de atuação profissional desejado pelos estudantes do curso de graduação em Agronomia, de acordo com a figura 6.

Figura 6: Tabela das culturas agropecuárias de interesse profissional.



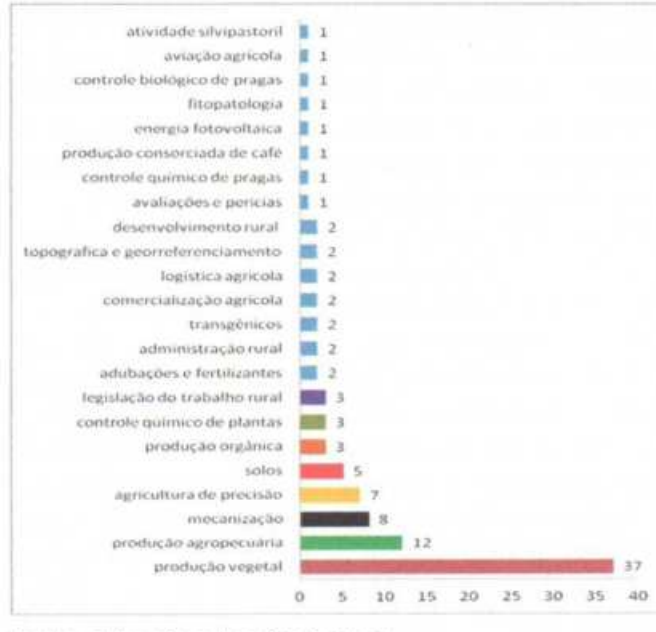
Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Aproximadamente 47% dos alunos entrevistados demonstram que têm interesse em aprender sobre todas as culturas agrícolas. Esta informação revela que quase 50% dos pesquisados querem possuir conhecimentos agronômicos sobre diversas culturas agrícolas, interessado no policultivo ou pautado no conhecimento sobre a diversidade agro-biológica. Apenas 2% apresentaram interesse específico nas áreas da horticultura que abrange a olericultura, fruticultura, plantas ornamentais, cogumelos comestíveis. Neste observamos 2% com interesse direto no cultivo de plantas medicinais e assim também com o cultivo de grão em geral, criação de peixes e outras culturas agrícolas e de criação animal destacados na figura 4.

Por outro lado, a região é importante polo canavieiro do estado de São Paulo. Sede de grandes empresas do setor da cana-de-açúcar, que diretamente, influencia no que se refere à monocultura da cana, com praticamente 33% dos entrevistados mostraram-se convictos da importância do estudo da cultura agrícola da cana-de-açúcar para a sua formação profissional. Neste contexto aparece a associação de culturas agrícolas da cana e milho e soja, ambas, com 3% de interesse especifico nestas culturas.

Outra informação importante é sobre a área de atuação profissional no futuro e o possível tema para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e para a realização do Estágio Curricular Obrigatório, dentro da amostragem de 100 alunos selecionados, apuraram-se, na figura 7, as áreas de principal interesse profissional dos alunos.

Figura 7: Tabela das áreas de atuação profissional.



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Segundo a figura 5 demonstra que 37% querem atuar como profissional tradicional da Agronomia na orientação na produção vegetal, através da assistência técnica e extensão rural clássica. Somando-se a este

percentual, outros 12% com uma atuação mais ampla na produção agropecuária, que soma atividades de produção vegetal e animal. Seguidos pelas áreas da mecanização (máquinas e tratores) de 8% dos entrevistados, com 7% na agricultura de precisão. Em relação aos solos, 5% tem interesse nesta área especifica.

Verifica-se que há interesse na produção orgânica de apenas 3% dos entrevistados, seguidos pelo controle químico de plantas espontâneas ou daninhas por outros 3% e também pela atuação na área do trabalho rural e normas reguladoras por 3% dos alunos.

Dentro da amostragem em 2% de interesse seguem as atividades ligadas aos adubos e corretivos agrícolas, administração rural, transgênicos, comercialização agrícola, logística agrícola, topografia, georrefenciamento e pelo desenvolvimento rural. Por fim, com apenas 1% de interesse profissional aparecem áreas como avaliações, perícias, controle químico de pragas, produção consorciada de café, energia fotovoltaica, fitopatologia, controle biológico de pragas, aviação agrícola e atividade silvipastoril.

Analisando todas estas possibilidades de atuação dos estudantes e correlacionando com as Diretrizes Curriculares Nacionais e os núcleos curriculares existentes através das diferentes disciplinas avaliadas no curso, entende-se, que há viabilidade de aplicação de conteúdos teóricos e práticos para o direcionamento da formação desses alunos por meio do atendimento das áreas de interesse profissional. É importante mencionar que estes dados servem de subsidio para a coordenação do curso para viabilizar aulas práticas, cursos e seminários, visitas técnicas e conteúdos teóricos para a especialização ou para o ganho de conhecimento para que os egressos possam atuar de forma integral e consciente nas áreas desejadas.

Os resultados obtidos com as entrevistas mostram que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em estudo está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Observa-se que existem disciplinas que abordam diretamente o tema da Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes estão inclusas na disciplina Ética Geral e Profissional (3º Termo) e atividades curriculares do curso previstas no Plano de Implantação da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A Faculdade Gran Tietê garantiu na forma de Portaria da Direção Geral a inclusão da Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), do Regimento Interno, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Além disso, a IES optou na inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização curricular como um conteúdo específico da disciplina de Direito e Legislação Agrária (3º Termo).

A IES, por meio de portaria específica da Direção Geral, estabeleceu as políticas institucionais referentes ao assunto. No curso, a questão da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista também é tratada na disciplina de Sociologia e Extensão Rural (2º Termo). Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, garantido pela Política de Educação Ambiental da IES. Além disso, há um conteúdo abordado na disciplina de Ecologia (2º Termo).

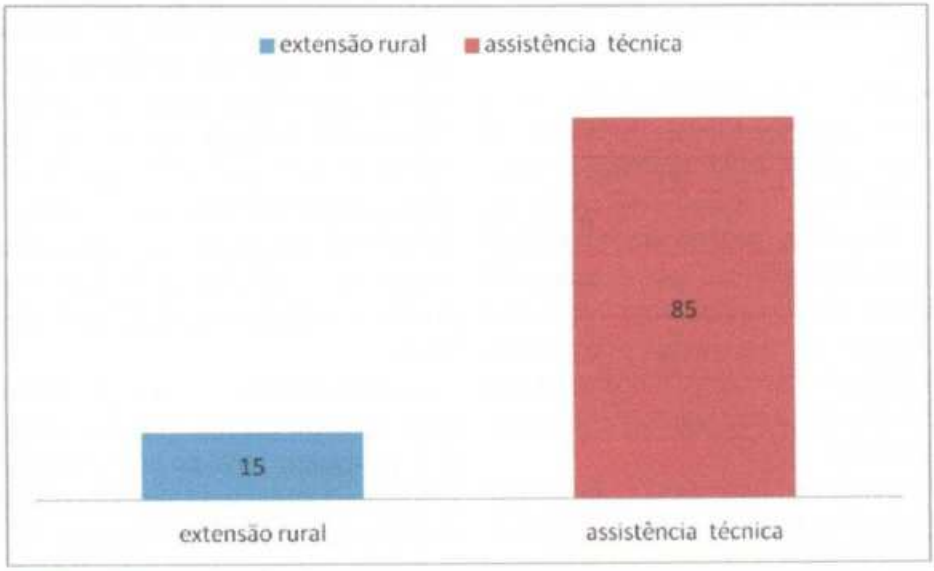
Segundo CAVALLET (1999), a Agronomia deve buscar uma base de conhecimentos ampla e pluralista que, paralelo ao processo de contribuir tecnicamente com a produção, lhe possibilite construir e contribuir para que se construa um desenvolvimento integral, levando em conta todas as interações desdobramentos e necessidades do meio agrário. Deve, também, interagir amplamente com outras ciências na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Dentro de um contexto de atuação profissional da Agronomia, a Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) são serviços fundamentais no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária, pois é um instrumento de comunicação de conhecimento de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e outros conhecimentos agrícolas ou não agrícolas, destaca SILVA (2016).

A ATER possui princípios de uma abordagem multidisciplinar e interdisiciplinar na viabilização de estratégias para melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, a conservação e recuperação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, assegure a produção agrícola para a promoção do desenvolvimento rural sustentável em conjunto com agricultores familiares, assentados rurais, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, povos da floresta, seringueiros e produtores rurais em geral (BRASIL/ PNATER, 2004).

Com relação ao tema da Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) a amostra de alunos pesquisados relataram interesse na atuação profissional, no futuro, de acordo com os dados da figura 8.

Figura 8: Atuação profissional na Assistência Técnica e a Extensão Rural.



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Os dados mostram que 15% escolheram atuar na Extensão Rural que possui características do profissional servidor público que trabalha nos órgãos públicos municipais e estaduais, diretamente, com o pequeno e médio produtor rural, principalmente na agricultura familiar, na execução de políticas públicas de desenvolvimento rural. Por outro lado, a maioria, com 85% decidiram que atuariam profissionalmente na Assistência Técnica que trabalham em empresas privadas, diretamente, com médios e grandes produtores rurais, principalmente com culturas agrícolas extensivas ou commodities na execução de serviços de produção agrícola e pecuária, conforme as figuras 4 e 5.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise qualitativa do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Agronomia da IES privada, objeto do estudo de caso, há o estímulo de uma matriz curricular do curso com um arranjo pluridisciplinar coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que lhe conferem objetivos didáticos e pedagógicos para a formação integral do aluno, baseada em metodologias ativas e participativas na resolução de problemas e na elaboração de projetos.

A flexibilização curricular é observada pela inclusão de disciplinas básicas, específicas e optativas, também, através das atividades curriculares complementares, estágio curricular obrigatório e trabalho de conclusão de curso, e na articulação das diferentes áreas acadêmicas que compõem as bases curriculares do curso de Agronomia. Os resultados apresentados no artigo mostram que núcleos de conteúdos estão dispostos, em termos de carga horária e de planos de estudo, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como: na participação em aulas práticas na Fazenda Escola e teóricas; na experimentação em condições de campo ou laboratório; na utilização de sistemas computacionais; nas consultas à biblioteca; nas viagens de estudo; nas visitas técnicas; nas pesquisas temáticas e bibliográficas; nos projetos de pesquisa e extensão; nos estágios profissionalizantes em instituições credenciadas pelas IES; na participação em encontros, congressos, exposições, feiras, simpósios e fóruns de discussões.

Torna-se evidente a importância de uma política de capacitação dos docentes, concretizada na proposta do Plano de Capacitação Docente, que promove a formação em "Especialização em Docência do Ensino Superior e Técnico" qualificando o exercício da docência. Outro fator positivo analisado foi o apoio psicopedagógico para alunos e professores disponibilizados pela Faculdade, no auxilio de sua comunidade acadêmica. Constatou-se que as estruturas fisicas estão dentro do necessário, através das instalações gerais, incluindo salas de aula, salas para docentes e coordenadores, área de alimentação, laboratórios multidisciplinares, biblioteca, auditório, fazenda escola e instalações sanitárias. Devem-se analisar as estruturas curriculares, as bases

metodológicas e didáticas para a formação de um novo modelo de profissional da Agronomia comprometido com as questões socioambientais do século XXI por meio, também, de condições dignas de estruturas físicas da IES para que este objetivo do perfil desejado no egresso seja atingido.

A superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos entrevistados na compreensão das disciplinas do núcleo I, principalmente de cálculo, química e física, devem ser reforçadas com metodologias ativas de aprendizagem com mais aulas práticas em laboratório e no reforço do conteúdo teórico em sala de aula com didáticas de correlação da disciplina com conteúdos específicos da profissão da Agronomia. Entretanto, como mostrado, as disciplinas do núcleo II acorrem mais aprendizado, por haver mais aulas práticas e interesse conceitual neste conteúdo.

Com base na entrevista semiestruturada, utilizando o método da etnografia, tivemos acesso às informações sobre as áreas de atuação profissionais desejados pelos estudantes, estas estão plenamente de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Agronomia. Portanto, a atuação profissional dos egressos do curso está inteiramente dentro do contexto regional ligado às principais cadeias produtivas do agronegócio em sua maioria, mas, outro elemento de análise, que ficou evidente na pesquisa é que 15% dos entrevistados buscam atuar profissionalmente com o desenvolvimento rural sustentável, na produção orgânica de alimentos, com o policultivo de plantas e criações animais e com o público da agricultura familiar e do pequeno produtor rural.

Por fim, pode-se concluir que a diálogo entre a teoria e a prática no processo de aprendizagem, associado a uma pedagogia ativa no ensino da Agronomia permite a formação integral do aluno e contextualizada com as questões agrárias contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. Abrindo o pacote tecnológico. São Paulo: Polis/CNPQ, 1986.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A.. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus,1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

CAVALLET, V. J. A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação, estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991.

DIAS, M. M. Agricultura familiar, desenvolvimento e os desafios para o ensino agrícola no Brasil hoje. Educação Agrícola Superior, Brasília, v. 21, p. 23-28, 2006.

DIAS, Marcelo Miná. A formação do agrônomo como agente de promoção do desenvolvimento. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun de 2008. Santa Maria – Rio Grande do Sul. 2008.

ENGERS, Maria Emília Amaral. Pesquisa educacional: reflexões sobre a abordagem etnográfica. In: _____ . Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação: notas para reflexão. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

ENZENSBERGER, Hans- Magnus. LUXO. Folha de São Paulo, 30 mar. 1997. Caderno mais!

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. 9. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

_____. Pedagogia do Oprimido. 47ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PPC - Projeto Político-Pedagógico do Curso ENGENHARIA AGRONÔMICA. Aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso ENGENHARIA AGRONÔMICA. Organizado por Érica Regina Daiuto, Erica Fujita, Elza Alves Corrêa, Mauro Afonso Rizzo, Nathalie Cardoso Cábia, Antonio Aparecido Mendes Júnior. Barra Bonita: Faculdade Gran Tietê, 2016.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A.. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

SILVA, Rosana de Oliveira Pithan e. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. Instituto de Economia Agrícola (IEA). Análises e Indicadores do Agronegócio. v. 11, nº. 5, 2016.

TUBIANA, Laurence; MARLOIE, Marcel. Agronomia: como organizar a pesquisa. In: WITKOWSKI, Nicolas (Org.). Ciência e tecnologia hoje. São Paulo: Ensaio, 1995.